

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura
Departamento de Design e Expressão Gráfica

RELATÓRIO PESQUISA:
**O estudo do mobiliário urbano em espaços públicos representativos da matriz
imigratória do Rio Grande do Sul**

ADRIANA ECKERT MIRANDA

Porto Alegre, dezembro de 2021.

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Considerações históricas dos núcleos imigrantistas.....	9
3. Objetivo Geral.....	10
4. Objetivos específicos.....	11
5. Revisão Bibliográfica.....	11
6. Metodologia.....	14
7. Grupo 1: Núcleos imigratórios alemães.....	18
7.1 Ivoti: Praça Concórdia.....	18
7.1.1 Origem do núcleo urbano.....	18
7.1.2 A Praça como espaço público.....	20
7.1.2.1 A fundação e localização da Praça.....	20
7.1.2.2 Características da população usuária.....	22
7.1.2.3 Vias de entorno.....	23
7.1.2.4 Pontos de interesse no entorno.....	24
7.1.2.5 Praça, população e eventos.....	24
7.1.3 O mobiliário urbano.....	25
7.1.3.1 Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	25
7.1.3.2 Uso do mobiliário e as atividades.....	29
7.1.3.3 Valor histórico, de memória e identitário.....	30
7.1.3.4 Uso, degradação, manutenção.....	31
7.1.4 Diagnóstico.....	33
7.2 São Leopoldo: Praça do Imigrante.....	35
7.2.1 Origem do núcleo urbano.....	35
7.2.2 A Praça como espaço público.....	35
7.2.2.1 A fundação e localização da Praça.....	35
7.2.2.2 Características da população usuária.....	39
7.2.2.3 Vias de entorno.....	41
7.2.2.4 Pontos de interesse no entorno.....	41
7.2.2.5 Praça, população e eventos.....	42
7.2.3 O mobiliário urbano.....	43
7.2.3.1 Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	44
7.2.3.2 Uso do mobiliário e as atividades.....	45
7.2.3.3 Valor histórico, de memória e identitário.....	47
7.2.3.4 Uso, degradação, manutenção.....	50
7.2.4 Diagnóstico.....	51
8. Grupo 2: Núcleos imigratórios italianos.....	53
8.1 Monte Belo do Sul: Praça Padre José Ferlin.....	53
8.1.1 Origem do núcleo urbano.....	53
8.1.2 A Praça como espaço público.....	54

8.1.2.1	A fundação e localização da Praça.....	54
8.1.2.2	Características da população usuária.....	56
8.1.2.3	Vias de entorno.....	57
8.1.2.4	Pontos de interesse no entorno.....	58
8.1.2.5	Praça, população e eventos.....	59
8.1.3	O mobiliário urbano.....	61
8.1.3.1	Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	61
8.1.3.2	Uso do mobiliário e as atividades.....	62
8.1.3.3	Valor histórico, de memória e identitário.....	63
8.1.3.4	Uso, degradação, manutenção.....	65
8.1.4	Diagnóstico.....	66
8.2	Antônio Prado: Praça Garibaldi.....	68
8.2.1	Origem do núcleo urbano.....	68
8.2.2	A Praça como espaço público.....	70
8.2.2.1	A fundação e localização da Praça.....	70
8.2.2.2	Características da população usuária.....	72
8.2.2.3	Vias de entorno.....	73
8.2.2.4	Pontos de interesse no entorno.....	73
8.2.2.5	Praça, população e eventos.....	74
8.2.3	O mobiliário urbano.....	75
8.2.3.1	Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	76
8.2.3.2	Uso do mobiliário e as atividades.....	78
8.2.3.3	Valor histórico, de memória e identitário.....	79
8.2.3.4	Uso, degradação, manutenção.....	82
8.2.4	Diagnóstico.....	83
9.	Grupo 3: Núcleos imigratórios açorianos	84
9.1	Taquari: Praça da Matriz.....	84
9.1.1	Origem do núcleo urbano.....	86
9.1.2	A Praça como espaço público.....	86
9.1.2.1	A fundação e localização da Praça.....	86
9.1.2.2	Características da população usuária.....	89
9.1.2.3	Vias de entorno.....	90
9.1.2.4	Pontos de interesse no entorno.....	91
9.1.2.5	Praça, população e eventos.....	93
9.1.3	O mobiliário urbano.....	93
9.1.3.1	Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	93
9.1.3.2	Uso do mobiliário e as atividades.....	96
9.1.3.3	Valor histórico, de memória e identitário.....	97
9.1.3.4	Uso, degradação, manutenção.....	99
9.1.4	Diagnóstico.....	100
9.2	Piratini: Praça da República Rio-Grandense.....	102
9.2.1	Origem do núcleo urbano.....	102

9.2.2	A Praça como espaço público.....	105
9.2.2.1	A fundação e localização da Praça.....	105
9.2.2.2	Características da população usuária.....	108
9.2.2.3	Vias de entorno.....	108
9.2.2.4	Pontos de interesse no entorno.....	109
9.2.2.5	Praça, população e eventos.....	110
9.2.3	O mobiliário urbano.....	112
9.2.3.1	Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo.....	112
9.2.3.2	Uso do mobiliário e as atividades.....	113
9.2.3.3	Valor histórico, de memória e identitário.....	114
9.2.3.4	Uso, degradação, manutenção.....	114
9.2.4	Diagnóstico.....	115
	Considerações finais.....	117
	Referências Bibliográficas.....	119
	Anexo Ivoti.....	123
	Anexo São Leopoldo.....	123
	Anexo Monte Belo do Sul.....	123
	Anexo Antônio Prado.....	123
	Anexo Taquari.....	124
	Anexo Piratini.....	124

Lista de Figuras

Grupo 1: Núcleos imigratórios alemães

- Figura 01:** Localização Grupos pesquisados, p. 17
Figura 02: Divisão da Colônia de São Leopoldo, p. 18
Figura 03: Situação Praça Concórdia, Ivoti. Divisão da praça, p. 21
Figura 04: Sociedade Concórdia, p. 24
Figura 05: Kerb em janeiro 2020 na Praça Concórdia e Av. Presidente Lucena, p. 25
Figura 06: Praça Concórdia na década de 1970, p. 26
Figura 07: Abrigo de ônibus na Pres. Lucena, p. 27
Figura 08: Borda da floreira como assento na Pça. Concórdia, p. 27
Figura 09: Abrigo de ônibus na Concórdia e Pres. Lucena, p. 27
Figura 10: Idoso em aparelho ginástica, p. 28
Figura 11: Aparelho ginástica para brincar, p. 28
Figura 12: Arquibancada, p. 28
Figura 13: Banco e lixeira, p. 28
Figura 16: Banco como suporte de ginástica, p. 29
Figura 17: Equipamento ginástica utilizado pelas crianças, p. 28
Figura 18: Apropriação da árvore, p. 31
Figura 19: Piso irregular e banco quebrado, p. 32
Figura 20: Canteiro, p. 32
Figura 21: Placa academia pichada 08.04.2016, p. 32
Figura 22: Placa academia nova 12.06.2016, p. 32
Figura 23: Cúpula luminária quebrada, p. 33
Figura 24: Banco quebrado p. 33
Figura 25: Situação Praça do Imigrante, São Leopoldo, p. 36
Figura 26: Vista Praça Centenário/Imigrante. Década de 1930, época da fundação, p. 37
Figura 27: Vista ponte 25 de julho e Igreja Matriz. Déc.de 1930, p. 37
Figura 28: Vista edifícios Castelinho e monumento. Déc.de 1930 p. 37
Figura 29: Rodoviária. s/d, p. 37
Figura 30: Acesso escadarias e cais na praça. Déc. De 1930, p. 39
Figura 31: Evento de ginástica na década de 1930, p. 40
Figura 32: Evento pouco antes da 2ª Guerra, p. 40
Figura 33: Comemorações da imigração na década de 1980, p. 40
Figura 34: Crianças e adultos no chafariz. Déc. 1970, p. 40
Figura 35: Chafariz atual, p. 40
Figura 36: Acesso fechado da Igreja Matriz, Seminário Central e acesso ponte, p. 42
Figura 37: Castelinho (Câmara), p. 42
Figura 38: Feira do Vale Tudo, p. 44
Figura 39: Feira do Peixe, p. 44
Figura 40: Pergolado e passeio junto ao rio, p. 44
Figura 41: Substituição para atual muro do dique, p. 44
Figura 42: Assento em linha, p. 46
Figura 43: Banco de catálogo, p. 46
Figura 44: Marco do desembarque, p. 47
Figura 45: Monumento ao Centenário da Imigração. Déc. de 1930, p. 47
Figura 46: Bancos na Praça do Imigrante nos anos 30, p. 49
Figura 47: Banco na Praça do Imigrante atualmente, p. 49
Figura 48: Assentos/Bancos em linha, p. 51
Figura 49: Base do monumento pichada e lixeira, p. 51

Grupo 2: Núcleos imigratórios italianos

- Figura 01:** Monte Belo do Sul: Igreja no promontório, p. 54
Figura 02: Capela nas "linhas", p. 54
Figura 03: Paróquia São Francisco de Assis antiga, p. 55
Figura 04: Paróquia São Francisco de Assis e campanário, p. 55
Figura 05: Praça José Ferlin, década de 1960, p. 55
Figura 06: Paróquia São Francisco de Assis, p. 56
Figura 07: Vindima Praça José Ferlin, s/d, p. 56
Figura 08: Festa da Vindima s/d. , p. 57
Figura 09: Polentaço, 2017 , p. 57
Figura 10: Jovens músicos em ensaio, p. 57
Figura 11: Apresentação musical s/d, p. 57
Figura 12: *Nostro Natale*, p. 57
Figura 13: Praça Padre J. Ferlin, Monte Belo do Sul, RS, p. 58

- Figura 14:** Prensa de uvas no entorno, p. 59
- Figura 15:** Salão Paroquial, p. 59
- Figura 16:** Casarão. Cafeteria, p. 59
- Figura 17:** Evento *Viene, Vivere la Vita*. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul, p. 60
- Figura 18:** Evento do Polentaço na Praça, p. 60
- Figura 19:** Retirada iluminação e instalação itinerantes na Praça, p. 61
- Figura 20:** Inserção de palco na Praça P. José Ferlin, Monte Belo do Sul, p. 61
- Figura 21:** Banco atual, p. 62
- Figura 22:** Vista da Praça antes da reforma de 2006, p. 62
- Figura 23:** Coreto sobre os banheiros, p. 63
- Figura 24:** Coral no coreto no *Nostro Natale*, p. 63
- Figura 25:** Chafariz. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul, p. 64
- Figura 26:** Água / Vinho Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul, p. 64
- Figura 27:** Poste de rede: apropriação p. 65
- Figura 28:** Poste iluminação: adaptações e falso histórico, p. 65
- Figura 29:** Balaustrada do coreto sobre os banheiros, p. 66
- Figura 30:** Poste de iluminação: adaptado para retirada em eventos, p. 66
- Figura 31:** Aglomeração de elementos, p. 67
- Figura 32:** Levantamento Cadastral 2012 de Antônio Prado, p. 69
- Figura 33:** Praça Garibaldi, Antônio Prado, p. 70
- Figura 34:** Área da futura Praça Garibaldi na década 1900, p. 71
- Figura 35:** Praça Garibaldi, década de 1930, p. 71
- Figura 36:** Praça Garibaldi, década de 1950. Divisão em área pavimentada (eventos) e área de vegetação (estar), p. 72
- Figura 37:** Traçado Praça Garibaldi, década de 1960, p. 72
- Figura 38:** Festa de Sto. Antônio em 1906, p. 75
- Figura 39:** Comemorações do Centenário da Imigração Italiana, 1975, p. 75
- Figura 40:** Fenamassa na Pça. Garibaldi, 2017, p. 75
- Figura 41:** Feira ecológica semanal na Pça. Garibaldi p. 75
- Figura 42:** Praça Garibaldi em 1926: arrimo, encaminhamentos, mobiliário, p. 76
- Figura 43:** Praça Garibaldi em 1950: vista do setor área “seca” e rua dividindo setores, p. 76
- Figura 44:** Ampliação de imagem com os primeiros bancos. Década de 1920, p. 76
- Figura 45:** Praça Garibaldi em 1960: luminárias de desenho contemporâneo e bancos em concreto, p. 77
- Figura 46:** Praça Garibaldi déc. 1960: rua suprimida no centro dá lugar a base para bandeiras, p. 77
- Figura 47:** Iluminação mais recente e parte da próxima remodelação. LED, p. 78
- Figura 48:** Poste de iluminação, 2018, p. 78
- Figura 49:** Banco e instalação, p. 78
- Figura 50:** Chafariz atual, p. 78
- Figura 51:** Instalação de toldos, p. 79
- Figura 52:** Feira ecológica, p. 79
- Figura 53:** Fenamassa 2019, p. 79
- Figura 54:** Corpus Christi: ruas com tapetes, p. 79
- Figura 55:** Leão de São Marco: marca as relações de *gemellagio*, p.81
- Figura 56:** Lambrequins no ponto de taxi: reflexos da arquitetura colonial, p.81
- Figura 57:** Casa com lambrequins em A. Prado, p. 81
- Figura 58:** Lambrequins em estandes na Praça Garibaldi.s/d., p. 81
- Figura 59:** Lixeiras, p.82
- Figura 60:** Banco, p.82
- Figura 61:** Adaptação de refletores, p. 82
- Figura 62:** Feira do livro. s/d., p. 82

Grupo 3: Núcleos imigratórios açorianos

- Figura 01:** Planta da Vila de S. José. Original: Arquivo Histórico do Exército/RJ, p.85
- Figura 02:** Planta do Jardim Barreto Viana (Praça da Matriz), p.87
- Figura 03:** Praça São José em 1884. Potreiro. Ao fundo, a Capela do Divino Espírito Santo, p.88
- Figura 04:** Praça S. José arborizada s/d (atual Praça da Matriz), p.88
- Figura 05:** Praça S. José e vista para a Intendência Municipal na esquerda, p.88
- Figura 06:** “Jardim Barreto Viana”. Traçado do projeto original. De A. Herbert, p.88
- Figura 07:** Praça da Matriz. Ao fundo a capela do Divino e a antiga Câmara, p.88
- Figura 08:** Vista encaminhamento Praça atual, p.89
- Figura 09:** Vista centro Praça da Matriz, p.89
- Figura 10:** Jovens descansando, p.90
- Figura 11:** Jovens descansando, pais e criança com bicicleta, p. 90
- Figura 12:** Situação Praça da Matriz e ruas do entorno, p.90
- Figura 13:** Rebaixo cadeirantes e faixa, p.91
- Figura 14:** Estacionamento oblíquo na via, p.91
- Figura 15:** Igreja Matriz de São José, p.92
- Figura 16:** Antiga Casa de Câmara e atual jornal “O Fato”, p.92

Figura 17: Antiga Intendência e jornal O Açoriano, **p.92**
Figura 18: Residência unifamiliar inventariada, **p.92**
Figura 19: Residência unifamiliar inventariada, **p.92**
Figura 20: Museu da Cultura Açoriana (Casa inventariada), **p.92**
Figura 21: Feira na Praça s/d, **p.93**
Figura 22: Tapetes coloridos na Praça s/d, **p.93**
Figura 23: Praça da Matriz. Os bancos sobre o passeio em concreto pré-moldado. s/data, **p.94**
Figura 24: Banco Boni em imagem anterior à reforma, **p.95**
Figura 25: Banco Boni, **p.95**
Figura 26: Lixeiras sobre base de laje e alvenaria, **p.95**
Figura 27: Bancos em laje e alvenaria, **p.95**
Figura 28: Arco e luminária, **p.95**
Figura 29: Esquinas com bancos e floreiras: barreiras, **p.95**
Figura 30: Pergolado com luminárias adaptadas e banco com propaganda, **p.96**
Figura 31: Antigo Convento da Caloura: fachada azulejada C.1684.Iilha de São Miguel dos Açores, **p.98**
Figura 32: Aplicação no arco, **p.98**
Figura 33: Pavimentação em pedra portuguesa, **p.98**
Figura 34: “Reencontro com as origens: placa comemorativa, **p.98**
Figura 35: Aplicação de azulejos em floreiras, **p.98**
Figura 36: Pergolado, **p.98**
Figura 37: Base luminária. **p.99**
Figura 38: Pergolado com ligação de energia, **p.99**
Figura 39: Banco colapsado, **p.100**
Figura 40: Acesso aos banheiros, **p.100**
Figura 41: Bases sem manutenção **p.100**
Figura 42: Van de lanches com ligação na CD da Praça **p.100**
Figura 43: Traçado urbano do período da Vila de Piratinim., 1832, **p.103**
Figura 44: Vista Esquina 20 de Setembro e R. Gen. Bento Gonçalves a partir da Praça, **p.105**
Figura 45: Vista esquina R. Gen. Bento Gonçalves com Comendador Freitas a partir da Praça, **p.105**
Figura 46: Vista da Praça a partir da escadaria da Igreja, **p.105**
Figura 47: Vista atrás da igreja. Casa de Camarinha, **p.105**
Figura 48: Igreja Matriz, **p.106**
Figura 49: Vista da Praça a partir da escadaria da Igreja. Anos 1930, **p.106**
Figura 50: Balaustrada. Praça em nível único. Anos 1930 **p.106**
Figura 51: Vista da Praça e Prefeitura (antiga Intendência), **p.106**
Figura 52: Vista da Praça e Igreja **p.107**
Figura 53: Vista da Praça e Obelisco **p.107**
Figura 54: Arquitetura colonial luso-brasileira, **p.107**
Figura 55: Visual a partir da Praça da República, **p.107**
Figura 56: Roda de chimarrão com cadeiras de praia, **p.108**
Figura 57: Situação Praça da República Rio-Grandense e ruas do entorno, **p.109**
Figura 58: Casa de Camarinha **p.110**
Figura 59: Casa Comercial Fabião, **p.110**
Figura 60: Patamares diversos na Praça, **p.111**
Figura 61: Espaço onde deveria estar o espelho d’água com areia, **p.111**
Figura 62: Bancos lineares sem encosto disposição em “L”, **p.113**
Figura 63: Bancos soltos com disposição em “L”, **p.113**
Figura 64: Visual a partir da Praça (R. Vinte de Setembro), **p.113**
Figura 65: Visual a partir da Praça (R. B. Gonçalves), **p.113**
Figura 66: Bancos com apoios modificados, **p.115**
Figura 67: Degradação na pintura **p.115**
Figura 68: Luminárias na Praça: problemas com fiação e degradação, **p.115**
Figura 69: Luminárias na Praça: problemas com fiação e degradação, **p.115**
Figura 70: Luminárias na Praça: problemas com fiação e degradação, **p.115**

Lista de Quadros

Quadro 1: **p.38**

Quadro 2: **p.45**

Quadro 3: **p.50**

Resumo

A pesquisa do mobiliário urbano em praças, que visam projetos de requalificação, envolve aspectos intrínsecos aos elementos de mobiliário, mas também deve cuidar das relações do objeto mobiliário com o lugar e a comunidade a que pertence. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a relação entre espaços públicos históricos, nas cidades históricas imigrantistas do Rio Grande do Sul, com o mobiliário urbano instalado nesses espaços, a fim de conhecer os valores intrínsecos ou construídos – histórico, de memória, identidade e de uso – destes elementos urbanos e subsidiar ações de projeto, preservação e reabilitação. A investigação baseou-se em métodos de Avaliação Pós-Ocupação (APO), observando *in loco* em arquivos e bibliografia pertinente os critérios de: interferência e/ou conflitos; valor histórico; memória e identidade. Com essas informações, foram construídas as bases de pesquisa e cadastral, que forneceram os subsídios para as análises relacionadas aos conceitos estudados no mobiliário das praças. A partir das bases foram elaboradas as análises de cada uma das praças e seus diagnósticos que poderão contribuir não só para a requalificação destes espaços mas também como subsídio para iniciativas semelhantes em outros locais.

Palavras chave: Mobiliário urbano; Espaços públicos; Valor histórico; Identidade; Memória.

Abstract

The research on urban furniture in squares, aimed at requalification projects, involves aspects that are intrinsic to furniture elements, but it must also take care of the relationship between the furniture object and the place and community to which it belongs. The main objective of this work is to analyze the relationship between historical public spaces, in the historic immigrant cities of Rio Grande do Sul, with the urban furniture installed in these spaces, in order to know the intrinsic or constructed values - historical, memory, identity and use – of these urban elements and subsidize project, preservation and rehabilitation actions. The investigation was based on Post-Occupancy Evaluation (POE) methods, observing in loco the criteria of: interference and/or conflicts; representation of local culture; historical value; memory and identity. With this information, the research and cadastral bases were built, which provided the subsidies for the analyzes related to the concepts studied in the furniture of the squares. From the bases, analyzes of each of the squares and their diagnoses were elaborated, which may contribute not only to the requalification of these spaces but also as a subsidy for similar initiatives in other places.

Keywords: Urban furniture; Public spaces; Historical value; Identity; Memory

1. Introdução

O projeto e a inserção de mobiliário urbano envolvem uma série de dimensões, que passam desde as questões técnicas relacionadas à sua concepção como objeto ou microarquitetura até a sua pertinência no espaço urbano como elemento de memória e histórico da cidade. Necessariamente o seu projeto e inserção possibilitam, facilitam ou restringem o uso do espaço público e devem ser percebidos como parte de um sistema integrado à paisagem. São definidos como elementos urbanos que se utilizam e se integram a paisagem urbana e devem, por isso, serem compreensíveis ao cidadão¹ (SERRA, 1996, p.6). Ampliando essa definição, como mobiliário urbano são considerados “os elementos da paisagem urbana que podem ser utilitários ou não, e que, em conjunto com o seu patrimônio visual natural, compõe a identidade de uma urbe” (ROSSI, 2010, p.10).

No estudo deste tema, consideramos que a conjugação do design e as formas de inserção do mobiliário no espaço público contribuem na identificação da identidade local, demonstrando os hábitos e valores daquela comunidade. Os elementos atuais e as pré-existências, por exemplo, de quiosques, barracas de feiras, os bancos, os bustos, os marcos e chafarizes concorrem para evidenciar como uma comunidade utiliza ou mesmo utilizou seus espaços públicos delineando, por vezes, suas idiossincrasias.

Nesse sentido, o estudo da origem das cidades poderia esclarecer as diversas configurações dos seus espaços públicos históricos e as formas de apropriação destes junto ao seu mobiliário urbano.

Partimos da vinda de açorianos para o território do então Rio Grande de São Pedro como marco de início de sua ocupação efetiva, em meados do século XVIII². A preocupação da Coroa Portuguesa com a defesa das suas possessões e fronteiras fez com que o povoamento do território se tornasse uma questão fundamental, promovido de forma planejada principalmente na região do Vale do Jacuí.

A partir do século XIX, os alemães e italianos viriam a contribuir para a ocupação dos vales de outros rios e as serras, formando núcleos urbanos instalados que ora seguiam sua tradição de configuração urbana de origem ou eram projetados pelas equipes de técnicos da província.

Segundo Santos (2006), a imigração no Rio Grande do Sul era focada na colonização para ocupação de áreas que ainda não eram utilizadas economicamente. Essa ocupação daria origem a um novo tipo de campesinato no país, construindo núcleos urbanos e desenvolvendo o mercado regional.

¹ Esta definição é estabelecida por Márius Quintana Creus no artigo *Espacios, muebles y elementos urbanos* (SERRA, 1996).

² Ainda que o território do Rio Grande de São Pedro já estivesse ocupado, principalmente em função da proteção da Colônia de Sacramento e da rota para a mesma a partir de Laguna, é consenso entre autores do tema que tal ocupação fosse transitória e de fundo militar, excetuando aquelas jesuíticas a Oeste. Os açorianos representaram a primeira ocupação permanente do território.

Os camponeses italianos ao chegar no nordeste do Rio Grande do Sul assumiam a identidade de “colonos”, definidos como aqueles que eram proprietários de uma fração de terra denominada colônia e de uma forma mais ampla, é também utilizada como sinônimo de agricultor de origem europeia (SANTOS, 2006, p. 4). Assim, como sugere Santos, a palavra colono tem conotação simbólica de diferenciação étnica (2006, p.4).

A partir desta matriz imigrante formadora do estado do Rio Grande do Sul, o trabalho enfoca o tema do mobiliário urbano em cidades históricas representativas desses grupos. O grupo que teve maior fluxo imigratório foram os açorianos, vindos já no início do século XVIII³; os alemães, a partir de 1824; e os italianos, em 1874. Como comentamos antes, se instalaram através de processos diversos, de acordo com o momento político e econômico do país.

Dentre estas culturas, algumas mantiveram a estrutura de traçado e configuração urbana do seu país de origem; outras se estruturaram segundo uma miscigenação da tradição de ocupação original com a da cultura hegemônica; e outras, por fim, tiveram as suas cidades projetadas por técnicos.

Ao mesmo tempo, na instalação das cidades de maioria imigrante, houve situações em que, apesar da configuração urbana não possuir necessariamente características da sua base cultural, a arquitetura era produzida com adaptações, contribuindo para a concepção de espaços urbanos com atributos tradicionais e peculiares ao mesmo tempo.

Algumas dessas cidades contam atualmente com um expressivo número de bens tombados pelos órgãos de patrimônio federal e estadual tais como: Porto Alegre, Antônio Prado, Piratini, Santa Tereza, São Leopoldo e Ivoti. No entanto, somam-se a essas outras, que apesar de contar com edificações e espaços públicos históricos significativos ainda não contam com a proteção do tombamento.

O presente trabalho faz uma seleção de cidades a serem pesquisadas segundo suas matrizes imigrantes, e analisará as diferentes formas de concepção de suas praças e as formas de apropriação desses espaços por seus cidadãos – que, a priori, teriam hábitos culturais distintos em função da influência de cada tradição imigratória.

O levantamento e estudo possibilitaria verificar as características históricas e atuais e as singularidades existentes em cada caso e no conjunto, construindo um quadro do mobiliário urbano em cidades de origem imigratória do Rio Grande do Sul. Assim, a seleção de cidades e núcleos baseou-se nas principais matrizes imigratórias historicamente reconhecidas por serem formadoras de povoamentos no território do Rio Grande do Sul e na atribuição de valores conferida por medidas legais de proteção do patrimônio. Conforme esses parâmetros foram formados três grupos de estudo:

³ Ainda que seu influxo mais significativo – e que de fato ocupou o Vale do Jacuí, especificamente – tenha vindo a partir de 1747, por Provisão Real.

Grupo 1- Alemão: São Leopoldo e Ivoti;

Grupo 2- Italiano: Monte Belo e Antônio Prado.

Grupo 3- Açoriano: Taquari, Piratini;

Salientamos que a ordem dos grupos não correspondeu a sequência imigratória e, sim conforme o planejamento da investigação e visita nos locais.

2. Considerações históricas dos núcleos imigrantistas

O Rio Grande do Sul no século XVIII era um território despovoado e disputado por Portugal e Espanha. O fato de encontrar-se afastado do núcleo político colonial e nacional formado pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo agravava seu isolamento e dos grupos que viviam nesta região. Além disso, se configurava em uma área de transição fronteiriça entre os países da zona do Rio da Prata como Argentina e Uruguai que estabeleciam, na época, a sua autonomia. Esta condição acabou por refletir na formação social, política e econômica da Província. Por isso, o povoamento tornou-se uma questão vital, iniciada pelos portugueses de origem paulista e pelos açorianos que chegaram a maior número a partir de 1746 (LANDO, BARROS, 1980).

Conforme expôs Laytano, cinco foram os assentamentos de origem açoriana: Porto Alegre, Taquari, Piratini, Santo Amaro e Osório sendo que, outros poderiam ser elencados, se observando esta origem como parte significativa da população (1968).

Com enfoque na conformação dos núcleos urbanos da colonização açoriana, no título “Origem das cidades rio-grandenses” Weimer expõe que, dentre os assentamentos ditos “açorianos” pouquíssimos poderiam ser assim denominados, pois alguns não só foram fundados antes do princípio desta imigração como outros apresentavam traçados urbanos regulares, o que divergia da tradição de origem das ilhas dos Açores (2004).

A identidade dos traçados açorianos no Rio Grande do Sul foi pesquisada por Luisa Durán Rocca, que verificou que não foram plenamente encontradas estas características no espaço colonial rio-grandense devido principalmente, às condições do sítio. Contudo, ela avaliou que outros aspectos seriam significativos para detectar a “açorianidade” nos assentamentos iniciais tais como: a origem compor a maioria da população; a presença da arquitetura doméstica açoriana e a existência da Capela do Império (2009).

A ocupação do Sul também aconteceu sob o nome de “colonização” a partir da necessidade de se conseguir efetivo para engrossar o exército Imperial. Na época, esse objetivo foi encoberto pela tarefa de trazer agricultores para colonizar o Brasil. Os imigrantes que não foram incorporados às forças armadas acabaram sendo enviados para o Rio Grande do Sul para consolidar a Província (WEIMER, 2004).

A tradição germânica era basicamente de assentamentos rurais, como os aldeamentos. Contudo, no Rio Grande do Sul, a implantação de cidades do período imperial

foi firmada pelo governo provincial, que mantinha a tradição da configuração de planos regulares. Apesar disso, alguns núcleos se desenvolveram a partir das suas “picadas”, como um modelo tipo aldeia-ponto que remeteu à origem alemã de suas populações. Os italianos por sua vez, viriam em 1875, de diferentes regiões da Itália e, portanto, com uma tradição variada no urbanismo:

...as cidades ora se filiam à tradição dos planos regulares (preponderância na planície), ora à tradição aldeã germânica (mais frequente nas altitudes) (WEIMER, 2004, p.149).

Assim como os alemães, os italianos também estavam sujeitos às deliberações provinciais, nas quais os técnicos projetavam conforme os princípios dos planos regulares, que muitas vezes não podiam ser seguidos rigorosamente devido à topografia dos sítios.

Apesar da configuração urbana como vimos, não ter tido na maioria dos casos das cidades imigrantistas os reflexos da tradição, com a arquitetura, isso se deu de maneira mais livre, com vários exemplares construídos com similaridades as suas regiões de origem. Na realidade, a produção de arquitetura imigrante mesclou a técnica, a funcionalidade e a estética das regiões de origem com aquelas alterações necessárias ao processo de adaptação local daquelas populações.

Os espaços públicos das praças são resultantes tanto da configuração de traçado quanto do entorno construído. Mais que isso, são aqueles espaços referenciais dos cidadãos e da memória da cidade.

Assim, o estudo do mobiliário inserido nesses espaços pressupõe a complexidade do entorno, dada pela proximidade de edificações tombadas ou pelo mero pertencimento a núcleos históricos que contém espaços também tombados. Além disso, geralmente são locais de expressivo fluxo de pessoas, com caráter simbólico, demandando, para além da qualidade do seu mobiliário urbano o respeito pela memória e identidade local.

Destacamos que o mobiliário urbano em cidades históricas ainda é um tema muito pouco abordado. Requer o estudo de aspectos que vão além daqueles inerentes ao próprio design do elemento de mobiliário, como a funcionalidade, a racionalidade e a emotividade ampliando-se para a história, o patrimônio, a identidade e a memória.

3 Objetivo Geral:

O objetivo principal desta pesquisa é o estudo da relação entre os espaços públicos históricos, nas cidades históricas imigrantistas, com o mobiliário urbano instalado nestes espaços, a fim de se conhecer os valores intrínsecos ou construídos - histórico, de memória, identidade e de uso - destes importantes elementos urbanos e subsidiar possíveis ações de projeto, preservação e reabilitação.

4. Objetivos Específicos:

- a) Levantar a situação atual do mobiliário urbano nos espaços públicos das cidades de matriz imigrante dos grupos de estudo, produzindo uma base de dados através fichamentos;
- b) Estudar a transformação desses espaços públicos e seu mobiliário ao longo do tempo buscando informações sobre as atividades, elementos preexistentes e referências da origem imigrante que existam;
- c) Verificar as influências culturais de origem sobre o mobiliário e seus espaços;
- d) Analisar as adequações e conflitos com relação à inserção, funcionalidade, preexistências, memória e identidade colonial imigratória;
- e) Fornecer informações e subsídios para as municipalidades na qualificação do mobiliário urbano e seus espaços;
- f) Publicar os resultados obtidos a fim de incentivar e embasar pesquisas para projeção de mobiliário e espaços públicos para outras cidades.

5. Revisão Bibliográfica

A pesquisa envolve três grupos de abordagem que interagem com o tema: a evolução urbana e de origem imigratória dos núcleos históricos e seus grupos sociais; o espaço público da praça e a do mobiliário urbano.

No primeiro grupo, destacam-se aqueles títulos que tratam da origem imigratória do Rio Grande do Sul como Laytano (1968), Lando e Barros (1980) bem como aqueles autores que fazem a interação entre a formação urbana do Estado e as suas correntes imigratórias tais como Rocca (2009), Souza (2000) e Weimer (2004).

O espaço público, de modo amplo, foi estudado por Lynch (1997), Cullen (2002) e mais recentemente por Gehl (2013). No Brasil, uma abordagem metodológica no tratamento de espaços foi realizada por Gatti (2013) em *Manual de espaços públicos: diagnóstico e metodologia de projeto*, e em um dos Cadernos Técnicos do IPHAN, intitulado *Mobilidade e acessibilidade em centros históricos*, organizada por Ribeiro (2014), no qual são descritos exemplos no exterior e as ações de revitalização de espaços públicos no país.

A abordagem histórica de praças é tratada por Robba e Macedo (2010), no qual os autores expõem o traçado e a evolução das principais praças públicas brasileiras em várias capitais.

Especificamente a interação espaço-mobiliário ainda possui poucos estudos, porém se destacam autores como Silva e Nogueira (2012) já citados, que abordaram o mobiliário urbano em cidades históricas a partir da análise da inserção de vários tipos de elementos junto a bens e conjuntos arquitetônicos tombados em cidades e capitais do nordeste e sudeste

do Brasil. Ao mesmo tempo, Mourthé e Menezes (2000) propõem estudos comparativos de mobiliário em determinadas cidades brasileiras (Salvador, Curitiba e Belo Horizonte), contribuindo para as análises ergonômicas e demonstrando que, a cultura local e as políticas públicas são fatores fundamentais na concepção do mobiliário o que reforçaria a pertinência desta proposição de pesquisa.

No que tange o mobiliário urbano como objeto ou microarquitetura, verifica-se que este faz parte da vida das pessoas, suprimindo necessidades como lazer, descanso, limpeza, comunicação, entre tantas outras (SERRA, 1996). Estes *elementos urbanos*, como são referidos por Creus (1996), sempre estiveram presentes nas cidades como complementação de sua urbanização – algumas cidades ainda preservam exemplares de mobiliário urbano de séculos passados, como bancos de pedra, bicas d'água e postes de ferro fundido. O mobiliário urbano visto como um produto, entretanto, só foi concebido em meados do século XX, com o processo de industrialização, oriundo da Revolução Industrial.

Por definição da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), mobiliário urbano são *“todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados”* (ABNT, 1986, p. 1).

O foco de interesse deste trabalho, entretanto, é o estudo do mobiliário urbano vinculado a cultura local: isso interpõe conceitos de memória, identidade e históricos. Os itens 2.8 e 2.9 da Metodologia colocam estes conceitos na abordagem da APO para o estudo do mobiliário urbano neste trabalho. Necessitamos, portanto, esclarecer melhor esses conceitos a fim de justificar a identificação dos elementos de mobiliário em cada uma das praças.

A memória, conceitualmente, é muitas vezes confundida com a história. Halbwachs (1990) explica que, inclusive, são termos que se opõem em alguns pontos, dizendo que a história começaria no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apagaria ou se decomporia a memória social. É quando a memória de acontecimentos não teria mais suporte em um grupo envolvido, então, como meio de salvar as lembranças, se fixa por escrito uma narrativa, já que os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990).

Nora (1993) confirma Halbwachs (1990), ao colocar que a memória é a própria vida carregada por grupos vivos sempre em evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente das deformações que podem ocorrer, vulnerável aos usos e manipulações, as latências e revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, enquanto a história é uma representação do passado e a reconstrução incompleta do que não existe mais. Nora (1993) reforça que a memória estará sempre vinculada a um grupo e ela os une e, como Halbwachs (1990) diz, existem quantas memórias quantos grupos existirem enquanto, a história, se liga às continuidades temporais e as evoluções.

Já a memória de um indivíduo cujas lembranças foram vividas ou passadas não serão necessariamente só dele, podendo ser propriedade de uma comunidade ou grupo,

constituindo-se, portanto, na memória coletiva. Esta última, poderá fundamentar a própria identidade de um grupo que tende a se apegar a um evento fundador bem como a imagens e paisagens (SILVA; MACIEL, 2009).

O historiador Jacques Le Goff (2003) escreveu sobre a história da memória e suas diferentes abordagens. No que tange ao estudo das sociedades, ele coloca a importância da tradição, que se funda na rotina do grupo e no progresso individual sendo que, neste contexto, a memória é um elemento essencial para uma identidade coletiva.

O conceito de memória coletiva na relação com o espaço público é trazido por Pedro Brandão (2008) em *Identidade dos lugares e sua representação coletiva*, onde ele argumenta que, para a memória, é atribuída a própria identidade espacial, no qual o lugar seria produto da sedimentação de vivências das quais a comunidade teria memória. Salienta que para os cidadãos de um lugar, ao longo de uma ou mais gerações, o aspecto físico da cidade tem muita importância: o desaparecimento de uma rua, edifício ou árvore pode impactar mais do que um acontecimento ou inovação de repercussão. Brandão (2008) especifica ainda, que nesta relação entre lugar e memória, a última pode ser ligada: ao passado (história pessoal, local, familiar); as pessoas e acontecimentos especiais (desastres, guerras); a alterações técnico-econômicas (a fábrica, a energia, o transporte); ou a hábitos culturais relacionados ao espaço (festa, religião, desporto, gastronomia).

O termo identidade significa “a qualidade ou a condição de ser o mesmo; a condição ou fato de que uma pessoa ou coisa é ela mesma, e não outra pessoa ou outra coisa” (COELHO, 2008, p. 201). O conceito, por sua vez, é relacionado a outros também complexos como aqueles do indivíduo, da etnia, da religião, de nação e de cultura.

Como se trata de conceito amplo, utilizado em várias áreas do conhecimento, nos concentramos nos âmbitos em que se estabelecem as relações entre o mobiliário urbano como objeto no seu espaço público onde as ações são de um grupo ou grupos sociais locais.

A identidade social urbana derivaria do pertencimento de grupos sociais nos quais seus membros identificam-se entre si e geram um conjunto de atribuições internas e externas que definem os conteúdos dessa identidade (VALERA, 2014). Neste sentido, a identidade social urbana teria as seguintes dimensões:

- territorial: fixação de limites socialmente compartilhados que definem uma área;
- temporal: história das relações socioambientais;
- psicossocial: estilos de vida que caracterizam a área;
- de conduta: práticas sociais características de um grupo local;
- social: percepção da homogeneidade social;
- ideológica: valores compartilhados (VALERA, 2014, p. 11).

São dimensões comuns observadas em cidades e, principalmente, naturais de alguns bairros. A identidade de um grupo ou grupos em um determinado espaço pode ser referenciada pelo conjunto das dimensões acima.

Ainda no espectro desta discussão, Lagunes argumenta que o foco do patrimônio histórico e artístico em espaços públicos seriam elementos como monumentos e fontes, muitas vezes destacados unicamente pelo seu valor artístico (LAGUNES, 2012). Estas colocações admitem que, no que tange ao mobiliário urbano, a noção de patrimônio é restrita. Questões, portanto, que envolveriam a memória e a cultura local precisam ser discutidas para se reconhecer a identidade ou o caráter espacial.

Verifica-se, portanto, que, o espaço público como os elementos de mobiliário instalados, possuem significados práticos e de uso, mas também outros, construídos ao longo do tempo, que se vinculariam as ações do grupo social de usuários e as suas memórias.

A APO (Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído) se desenvolve historicamente a partir dos estudos das Relações Ambiente Comportamento que integra vários campos do conhecimento (ORNSTEIN, 1995). A partir do final da década de 1960 e, principalmente na década de 1970, os estudos de APO se multiplicam, principalmente na área da arquitetura. Nas avaliações dos espaços construídos se verificam como eles interferem no comportamento humano, ao mesmo tempo como estes espaços acabam por sofrer alterações através das ações de seus usuários, considerando-se o contexto social, político, econômico e cultural (PREISER, 1988). Deste modo, as análises produzidas permitem o diagnóstico de pontos positivos e negativos, a minimização e solução de problemas e estratégias para futuras intervenções.

Para Ornstein(1995), os ambientes são percebidos, compreendidos e interpretados de maneiras diferentes por profissionais como arquitetos e os usuários. A autora ainda acrescenta: “em outras palavras, tendo em vista a herança e as variações culturais, o significado do ambiente construído difere entre as categorias de agentes do processo decisório da produção e uso do ambiente construído” (ORNSTEIN, 1995, p. 37). Assim, acontece a personalização grupal, étnica, a identificação, a intervenção e a apropriação, que é muito importante para o usuário do espaço (ORNSTEIN, 1995).

Consideramos que a abordagem de APO a ser utilizada deverá contemplar justamente esses aspectos pois pretende-se verificar os reflexos da cultura colonial no mobiliário urbano.

6. Metodologia

As praças selecionadas são aquelas que foram traçadas ainda no núcleo imigratório inicial e que guardam, até os dias de hoje, elementos de mobiliário urbano como referências de memória, com valor identitário ou valor histórico para as suas comunidades. Neste caso, a seleção das praças foi definida a partir de critérios como: registros históricos em bibliografia e

arquivos; informações no site IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); IPHAE/RS (Instituto Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul) e bibliografia relacionada.

As praças pesquisadas cujo mobiliário urbano é apresentado neste trabalho são: Praça Concórdia (Ivoti); Praça do Imigrante (São Leopoldo); Praça Padre José Ferlin (Monte Belo do Sul); Praça Garibaldi (Antônio Prado); Praça da Matriz (Taquari) e Praça da República Rio-Grandense (Piratini).

Definido o estudo de casos para a análise dos espaços públicos, o trabalho utiliza uma estratégia de pesquisa baseada na Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído – APO, que é uma das metodologias correntes de avaliação de desempenho de ambientes construídos. Conforme Ornstein a APO é “um conjunto de multimétodos e técnicas para avaliação do ambiente no decorrer do uso, que considera especialmente as relações biunívocas entre o homem e o ambiente construído” (1996, p. 33).

Os métodos e técnicas de APO são adaptados com os objetivos da pesquisa e envolvem etapas de coleta ou levantamento de dados, diagnóstico, recomendações para o ambiente e, finalmente, insumos para novos projetos (ORNSTEIN, 1995). Sendo o foco da pesquisa voltada ao valor do mobiliário urbano nos aspectos históricos, de memória e identitários nos concentramos na “função mnemônica do ambiente” conceito apresentado por Ornstein que considera que cada ambiente construído apresenta memórias diferenciadas para grupos sociais diferenciados. Esses ambientes estariam impregnados de convenções culturais que precisariam ser decodificadas e, os ambientes tradicionais ou vernaculares se comunicariam muitas vezes de modo mais fácil que ambientes contemporâneos (1995, p.9).

Assim, ao analisar espaços públicos de matriz imigratória e colonial estudamos os elementos de mobiliário com atributos relacionados à cultura e a trajetória desses lugares.

As atividades de cada etapa realizadas neste estudo, são listadas a seguir:

1. Planejamento: contato com a prefeitura; verificação de tipos de arquivos para a pesquisa e a disponibilização destes no local; roteiro para levantamento de campo e entrevistas; visitas nos locais: levantamentos e observações;
2. Aplicação Avaliação Pós-Ocupação (APO)
Envolveu as seguintes técnicas:
 - 2.1 Medição; localização do mobiliário e organização espacial dos tipos;
 - 2.2 Observação do desempenho do mobiliário urbano quanto ao uso; à degradação e manutenção;
 - 2.3 Observação do usuário: formas de uso do mobiliário; apropriação;

- 2.4 Entrevistas: com pessoas chave (relacionadas à história da praça; funcionários e responsáveis pelo patrimônio em espaços públicos);
 - 2.5 Registros fotográficos;
 - 2.6 Verificação de interferências e conflitos do e no mobiliário urbano;
 - 2.7 Identificação do mobiliário urbano representante e ou difusor da cultura local: preexistentes ou atuais que remetem a aspectos culturais: resgatados para fins turísticos e relativos a eventos tradicionais.
 - 2.8 Identificação do mobiliário urbano com valor histórico: elementos que foram referenciados em documentos e bibliografia como presentes nas atividades e eventos ao longo da história da praça; tombados;
 - 2.9 Identificação do mobiliário urbano com valor de memória e identitários: aqueles que referenciam a cultura e a identidade comum: detectados através de arquivos, entrevistas nas prefeituras e citados pelos usuários;
- 3. Construção e organização das bases:
 - 3.1 Base de pesquisa: repositório de material levantado no local (arquivos; levantamento de campo e entrevistas) e bibliografia relacionada;
 - 3.2 Base Cadastral: fichamento da praça como espaço público e do entorno;
- 4. Análise e Diagnóstico: identificação de problemas e conflitos; enfoque nas relações identitárias, valores históricos e de memória do mobiliário instalado com a praça e a população usuária. No diagnóstico são apontadas recomendações, orientações para a manutenção e revitalização do mobiliário urbano. Contudo, não nos propomos a fazer as discussões de caráter estético e ergonômico do objeto de mobiliário. Evidenciamos, porém, os conflitos com o espaço e entorno e, como o trabalho envolve o conceito de valor histórico, chamamos atenção para o mobiliário que representaria o falso histórico.

Abaixo o mapa com a localização das cidades visitadas por grupos imigratórios:



Figura 01: Localização Grupos pesquisados.
Fonte: www.google.com.br/maps.

7.GRUPO 1: Núcleos imigratórios alemães

7.1 Ivoti: Praça Concórdia

7.1.1.Origem do núcleo urbano

No período Imperial (1822-1889), mais precisamente entre 1824 e 1825, foram abertas três picadas principais na área serrana do Rio Grande do Sul: Dois Irmãos, Bom Jardim e São José do Hortêncio. Entre 1826 e 1828, Bom Jardim recebeu famílias de origem germânica na sua maioria proveniente da região de Hunsrück. Assentaram-se em 54 lotes retangulares com 140.000 braças quadradas cada um, partindo simetricamente de uma via central e em outros 48 lotes distribuídos ao longo do Arroio Feitoria (KREUTZ, 2013).

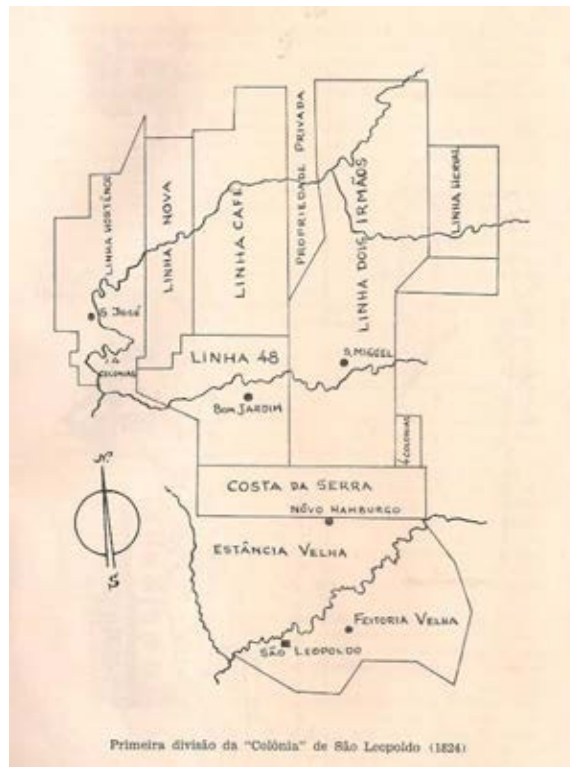


Figura 02: Divisão da Colônia de São Leopoldo.
Fonte: Petry, 1964, p. 95.

A picada de Bom Jardim era denominada popularmente de *Berghanschneiss* ou *Berghanerschneiss* ou ainda Picada Berghan⁴. As terras pertenciam a duas fazendas imperiais: Feitoria Velha e a Estância Velha. Juntas faziam parte da chamada Real Feitoria do Linho Cânhamo⁵, região dos primeiros assentamentos das levas de imigrantes alemães.

⁴ Ademir Rost destaca que ainda haviam outras denominações para a localidade como: *Morro Jardim*, *Picada jardim*, *Cerro Jardim* (KREUTZ, 2013,p.489).

⁵ O Cânhamo foi produzido por ordem de Lisboa para a produção de cordas, cabos e tecidos necessários à navegação a partir do final do século XVIII. A feitoria foi estabelecida às margens do Rio dos Sinos, produzindo também outras culturas como milho, feijão e abóbora. Com a Independência do Brasil passava-se a chamar de "Imperial Feitoria do Linho Cânhamo". (PETRY, 1964,p.34).

A estrada Presidente Lucena aberta em 1885, ligava os principais núcleos imigratórios que viriam a se desenvolver próximos à Porto Alegre. Começava em São Leopoldo, Novo Hamburgo e transpassava Estância Velha chegando a Bom Jardim (atual Ivoti). Continuava sua trajetória descendo até o chamado Buraco do Diabo (zona de relevo mais baixo de Ivoti junto ao rio Feitoria) e chegava a Nova Petrópolis. Era caminho usual para o trajeto de tropeiros que conduziam suas boiadas para o norte do país.

Segundo Patro, Hess e Kreutz, esta estrada promoveu principalmente o comércio entre os núcleos de origem alemã e das vias conectadas a elas denominadas de “picadas ou linhas”:

...a abertura da nova estrada beneficiou muito o sistema de transporte: Os comerciantes de Linha Brasil, Linha Imperial, Nova Petrópolis, Linha Olinda, Picada Café, todos trafegavam pela Estrada presidente Lucena, com grandes carretas puxadas em geral por 8 mulas (2013,p.161)

Esta antiga estrada permanece com o nome original e, dependendo do município que ela atravessa é considerada rua ou avenida. Em Ivoti, continua sendo a principal via, onde estão localizados o maior número de edifícios institucionais e comerciais, além de fazer a ligação com o bairro histórico da Feitoria Nova, o já citado e popularmente conhecido como Buraco do Diabo⁶ e as conexões para fora do município. Atualmente, o Buraco do Diabo - com seu conjunto de casas em enxaimel e a ponte de pedra do Rio Feitoria (tombada pelo IPHAN)⁷ - estão entre os principais pontos turísticos do município.

Na realidade, com a criação da Freguesia de São Pedro de Bom jardim (Ivoti) em 1867, o Buraco do Diabo e a Picada 48 (núcleo de lotes do outro lado da margem do Rio Feitoria) integravam o então terceiro distrito de São Leopoldo que, um século mais tarde seria parte do município vizinho de Estância Velha.

O nome Ivoti, surge somente em 1938, ligado a palavra tupi-guarani “ipotí-catu” que significa flor, ligada à tradição de jardins com flores em frente às casas (<http://www.ivoti.rs.gov.br/historia>). O município, contudo, só seria emancipado de Estância Velha em 19 de outubro de 1964.

A evolução do traçado urbano desenvolveu-se a partir da atual avenida Presidente Lucena – que fazia a ligação de núcleos de assentamentos de Bom Jardim e da Picada 48. Este tipo de desenvolvimento, apesar de vinculado à divisão de terras para colonização, estabeleceu centralidades que encontram semelhanças à morfologia de aldeações de origem germânica.

⁶ O motivo para este nome seria diverso, originado do termo em alemão *Teufelsloch* (Buraco do Diabo). Conforme Klassmann, existem documentos que o atribuem a crenças locais e a relatos de enchentes no vale do Rio Feitoria. Contudo o autor formula a hipótese de que esse nome tenha sido resultado de atrocidades cometidas à população local por bandidos que se diziam farrapos durante a Revolução Farroupilha. (KREUTZ,2013,p.351-354).

⁷ Mais sobre a Ponte do Imperador ver Koppe, L. V. “Homenagem da Picada de Bom Jardim a D. Pedro II”. (KREUTZ,2013,p.493-494).

A chamada “aldeia-rua” que Weimer coloca como tradicional em conurbações germânicas tinha, na sua origem, um pouco mais de meia centena de construções (2004). No caso do Brasil, estes núcleos teriam vias bem mais longas, chegando a ultrapassar 5 km como o caso de Ivoti. O autor neste caso, faz referência especificamente, a Avenida Presidente Lucena (WEIMER, 2004, p.147)

Destacamos que a primeira nucleação de Ivoti, concentrava-se junto ao Rio Feitoria que, com as sistemáticas enchentes promoveu o desenvolvimento na parte mais alta do território de Bom Jardim. A Ponte do Imperador, construída entre 1857 e 1864 foi erguida a fim de dar passagem à produção local e faz a ligação e o conseqüente desenvolvimento de Bom Jardim e da Picada 48. Constitui-se em uma presença histórica significativa para a população local, sendo tombada em 1986 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

7.1.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura de Ivoti. Os fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo Ivoti.

7.1.2.1 A fundação e localização da praça:

A Praça Concórdia é a mais antiga da cidade de Ivoti. A data da sua inauguração foi em 1959, ainda quando Ivoti pertencia ao município de São Leopoldo. Trata-se de uma praça localizada ao longo da principal avenida: a Presidente Lucena. Fig.01

A Praça Concórdia divide-se em duas partes por uma rua transversal a presidente Lucena: uma seção congrega a maior parte da sua área, e é intensamente arborizada, (nomeada a seguir como “sombreada”) enquanto a outra metade é pavimentada e conta com um chafariz (nomeada como “praça do chafariz”).

Justamente em frente à praça, localiza-se uma das principais sociedades históricas da cidade e aquela que traz seu nome: a Sociedade Concórdia. As sociedades de Ivoti nasceram da necessidade dos colonos de manter um ponto de encontro para a vida social e cultural da cidade. Tradicionalmente, os encontros sociais na colônia – a exemplo dos *Kerb*⁸- aconteciam em casas particulares e em salões espaçosos. Com o passar dos anos, foram fundadas as sociedades – entre elas a Concórdia e a Harmonia – clubes que promoviam bailes, atividades dos corais e da prática do bolão.

⁸ Festa tradicional comum em várias localidades de colonização alemã no Rio Grande do Sul. Ver MÜLLER, 2005.

Históricamente, a praça teve três momentos significativos: aquele da inauguração, onde foi construído o marco comemorativo; o da primeira reforma de 1973, onde foram instalados banheiros, bancos de madeira artesanais e brinquedos de playground; e por fim, aquele da praça atual, reformada em 2004 por meio de um projeto de arquitetos não locais elaborado em 1997.

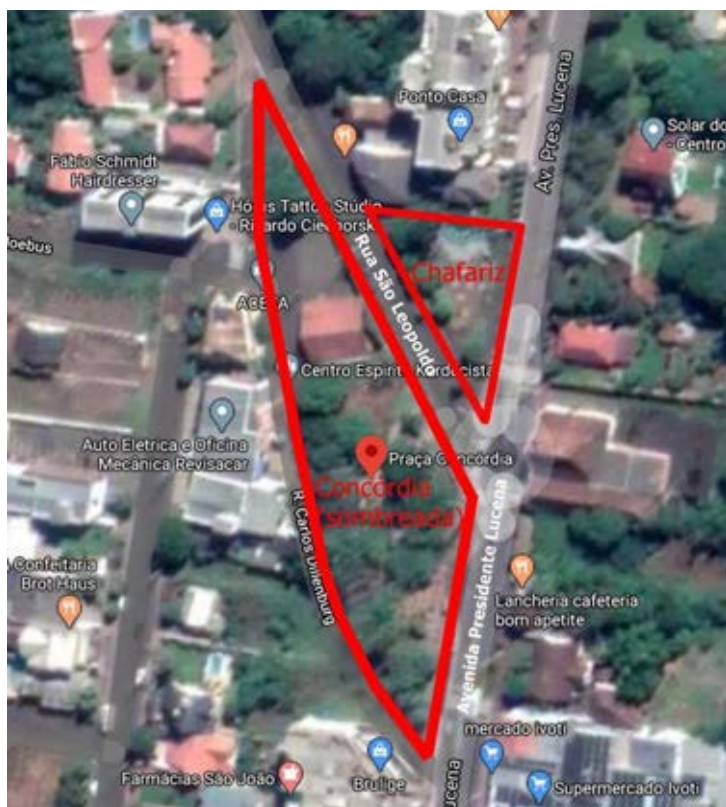


Fig.03: Situação Praça Concórdia, Ivoti. Divisão da praça.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Da praça original, só obtivemos as imagens da inauguração e do seu marco, construído como um pedestal de alvenaria. No período da segunda fase, nos arquivos da Prefeitura, constam uma fotografia do desfile na Festa do Colono e da própria Praça, antes de 2004. Nesta, que é uma imagem noturna, podemos reconhecer alguns dos seus antigos elementos de mobiliário bem pintados e conservados, com farta iluminação decorativa. Fig.04

Atualmente, na área sombreada da Praça Concórdia, o playground foi suprimido. A atividade de ginástica é a principal atração, com equipamentos próprios. Eles são constantemente requisitados pelos adultos usuários e até pelas crianças. Verificamos, em entrevistas, que a ginástica é uma atividade mantida pela prefeitura e muito difundida principalmente entre os idosos da comunidade, que são assíduos em programas da prefeitura para a terceira idade.

7.1.2.2 Características da população usuária:

Como mencionado antes, a praça é dividida em duas partes, sendo que o fluxo maior de usuários acontece na área sombreada. A população usuária fora do período de eventos é diversa⁹:

- adultos de diversas faixas etárias;
- idosos (acima de 60 anos);
- crianças menores de 12 anos;
- jovens (de 12 a 18 anos);

Os idosos e adultos são aqueles que utilizaram durante mais de 30 minutos os aparelhos de ginástica. A interação entre os frequentadores foi pouco significativa, ou seja, os usuários não conversavam.

Quando perguntados se eram moradores próximos a maioria afirmava que sim. Os idosos informaram que eram habituais os eventos de ginástica promovidos pela prefeitura na praça, mas que foram realocados no centro de eventos do município. Mesmo assim, iam com frequência utilizar os equipamentos de ginástica da praça.

Como foi relatado antes, o núcleo inicial de Ivoti foi fundado por imigrantes alemães. A ginástica, apesar de não se constituir em uma atividade relatada pelos primeiros colonos, encontrou repercussão entre seus descendentes no estado ainda no século XIX. Tinha lugar nas chamadas “sociedades de ginástica” fundadas em algumas localidades. Esta tradição teve origem na sistematização dos exercícios físicos ainda no século XVIII, na Alemanha assim como na França e Suécia e, como descreve Evelise Quitzau, estas escolas apresentavam “a crença na necessidade de regeneração da população; a ideia de uma relação direta entre corpo e mente, bem como do uso do exercício físico como instrumento para a educação moral e a preparação para a defesa da pátria” (QUITZAU, 2015,p.112). O movimento e o termo *turnen* (termo para ginástica) difundiu-se no sul do Brasil através das sociedades teuto-brasileiras e dos seus personagens. Seyferth coloca essas sociedades como instituições que, mais que promover a ajuda mútua ou outro tipo de atividade recreativa, “tomam para si a função de propagadoras e conservadoras da cultura germânica” (1999, p.26). Em 1896, seis sociedades de ginástica (*Turnverein*) do estado participaram de um torneio na capital Porto Alegre e, nos anos seguintes, outras muitas fariam parte de uma liga, disseminando a prática em muitas comunidades de origem germânica (LEVIEN, 2011,p.24). Ressaltamos que na Praça Concórdia, embora os equipamentos de ginástica sejam padronizados (de catálogo) a instalação e manutenção desse tipo de equipamento se justifica

⁹ Observações limitadas a visitas realizadas em 08.04.2016 e 12.06.2016. A observação da praça foi realizada no período da manhã das 9:30 às 11:30 (sábados) nas duas visitas e, também no turno da tarde no dia 12.06.

pela tradição das sociedades de ginástica, o afluxo, o envolvimento e prática de usuários, devendo, portanto, ser valorizada.

Outra característica da cidade e da praça que se relaciona à origem da sua população diz respeito aos canteiros floridos da praça e do seu entorno. A prefeitura mantém um horto especialmente para a manutenção dos jardins e canteiros da cidade.

Vincula-se a esta postura, o que já foi destacado como um traço cultural colonial:

Mas o que dá uma aparência específica à casa do colono, qualquer que seja sua origem, é a presença de um jardim, por mais modesto que se apresente. O jardim na parte da frente da casa e a horta nos fundos costumam ser recorrentes nas propriedades rurais. [...]. Nos centros maiores a horta tende a desaparecer, mas o estereótipo do jardim permanece, mesmo quando ele não existe [...] na verdade, a presença de uma pequena área destinada ao cultivo de flores, na frente da casa, é um costume mantido nas regiões de imigração, costume particularmente cultivado por teuto-brasileiros (SEYFERTH, 1990, p.47).

O cuidado com os jardins, portanto, é característica da comunidade local. Isso se estende ao respeito dos espaços da praça, mas também a correta conservação do mobiliário instalado de forma geral.

7.1.2.3 Vias de entorno

A praça Concórdia, como já comentamos, está dividida em duas partes: uma área sombreada e uma área seca chamada também de praça do chafariz. A rua que divide as duas partes se chama São Leopoldo e se conecta a Avenida Presidente Lucena que era, como vimos a estrada que interconectava as propriedades da colonização na região.

Conforme Patro, Hess e Kreutz, a presidente Lucena atravessava vários municípios onde continua a manter o nome original (KREUTZ, 2013).

É nesta avenida que, todo mês de julho, entre a Sociedade Concórdia e a Praça de mesmo nome, ocorre a famosa Festa do Colono ou a *Kolonistenfest*, realizada para a integração de todas as comunidades do município em homenagem ao imigrante. O desfile alegórico comemorativo se desenvolve ao longo da avenida e em frente à praça, difundindo a história colonial e a cultura local. As arquibancadas instaladas na metade “seca” da praça possibilitam assistir a apresentações ou eventos no centro deste espaço.

Outros limites da praça são a Rua Carlos Alberto Dillenburg que também conecta com a Pres. Lucena e alinhamentos com terrenos privados. Um deles é limitado por um muro e gradil e faz desnível com o terreno da Capela Mortuária.

As atividades desenvolvidas no entorno são essencialmente aquelas do pequeno comércio, serviços (cabelereiros, estética) e residencial em edificações de um ou dois pavimentos.

7.1.2.4 Pontos de interesse do entorno

Os pontos de interesse do entorno são essencialmente o pequeno comércio e serviços como: lancheria; lojas de vestuário; farmácia; oficina mecânica; estética e funerária. Destaca-se edificação de serviços comunitários como a Capela Mortuária; o supermercado como comércio de médio porte e, em frente a praça a Sociedade Concórdia. Esta sociedade é pioneira associação recreativa da cidade e é ponto de atração para atividades comunitárias.

O mobiliário urbano que exerce atração como mobiliário de serviços são os dois pontos de ônibus (um na praça e outro na calçada em oposição na Pres. Lucena) e o orelhão.

7.1.2.5 Praça, população e eventos

As sociedades nas comunidades coloniais alemãs surgiram da necessidade dessas comunidades frequentarem um espaço de encontro para vida social e cultural.

A Sociedade Concórdia, como foi dito, tem sua sede junto à Praça de mesmo nome. A partir da desvinculação de alguns de seus membros, foi fundada uma outra sociedade na Pres. Lucena, porém mais afastada da praça: a Sociedade de Canto Harmonia.

As sociedades além de abrigar atividades recreativas e artísticas como bolão e canto coral era o local dos bailes tradicionais. Estas sociedades ainda são pontos de encontro da população de Ivoti. Figura02.



Fig.04: Sociedade Concórdia.
Fonte: Autor, 2016.

Os *kerbs*¹⁰ – festas tradicionais para o encontro com vizinhos, amigos e parentes- são eventos que contavam com farta e elaborada preparação de comidas e bebidas, grupos

¹⁰ Ver KREUTZ, 2013.

musicais e de bailes que ocorriam em salões fechados. De acordo com Moraes (1981), o sinal de que haveria o *Kerb* em uma determinada sociedade ou salão era dado quando, junto à porta, era colocada uma árvore enfeitada com papéis coloridos. Isto efetivamente indicava onde todos deveriam entrar.

Originalmente os *kerbs* tiveram início com comemorações após missas ou cultos nas igrejas com cortejos com bandas e bailes nos salões. Atualmente, extrapolaram os salões e é evento municipal que acontece na Presidente Lucena e na Praça Concórdia, com repercussão regional. Além da Festa do Colono com desfiles na Avenida, o *Kerb* impacta diretamente na praça Concórdia com adaptações no trânsito, inserção de tendas, etc. Figura 03.



Fig.05: Kerb em janeiro 2020 na Praça Concórdia e Av. Presidente Lucena.

Fonte: Jornal Correio do Povo, 13.01.2021 Disponível em:
<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/festa-do-kerb-de-ivoti-%C3%A9-suspensa-1.552538>

7.1.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça Concórdia, documentação nos arquivos da Prefeitura de Ivoti, e bibliografia. Ver Fichamento mobiliário urbano no Anexo Ivoti.

7.1.3.1 Localização do mobiliário atual e mobiliário urbano antigo

Em termos de configuração e inserção de mobiliário, a praça teve três momentos significativos: aquele da inauguração, onde foi construído um marco comemorativo; o da primeira reforma de 1973, onde foram instalados banheiros, bancos e brinquedos de playground; e por fim, aquele da praça atual, reformada em 2004 por meio de um projeto de

arquitetos não locais¹¹ elaborado em 1997. A seção atual da chamada praça do chafariz não fazia parte deste projeto. Contudo, o tipo de mobiliário instalado é o mesmo para as duas seções fazendo a integração dos dois espaços.

Da praça original, só obtivemos as imagens da inauguração e do seu marco, construído como um pedestal de alvenaria e praticamente nenhuma informação de outros tipos de mobiliário. Já o período da segunda fase, nos arquivos da Prefeitura, consta uma fotografia do desfile na Festa do Colono e da própria Praça, antes da reforma de 2004. Nesta, que é uma imagem noturna, podemos reconhecer alguns dos seus antigos elementos de mobiliário, com farta iluminação decorativa para o Natal. Os brinquedos eram de catálogo e os bancos tinham base em alvenaria, construídos artesanalmente.



Fig.06: Praça Concórdia na década de 1970.
Fonte: Secretaria de Turismo de Ivoti.

Atualmente, na Praça Concórdia, o playground foi suprimido. A edificação para os banheiros, centralizada nesta parte sombreada da praça, permanece como o projeto anterior ainda da década de 1970.

Distribuem-se bancos e lixeiras de aço e madeira organizados isoladamente em áreas sombreadas. Figura 13. As floreiras com bordas em pedra fazem também o papel de bancos de descanso ou espera para o ônibus. Figura 07.

O abrigo do ônibus instalado na calçada da avenida por sua vez é um elemento em aço com características modernas em relação aos demais abrigos do entorno e da cidade. O tipo de abrigo da praça Concórdia está localizado em oposição ao abrigo tradicional da cidade, que é erguido no local e com materiais tradicionais de construção: em concreto, madeira e telhas cerâmicas. Figura 06. O abrigo em aço cumpre parcialmente, conforme foi observado nas

¹¹ Os arquitetos autores do projeto atual da praça são: Arq. José Augusto S. Lisboa CREA 30.379;
Arq. Mauro S. A. Veras CREA 13.172.

visitas a sua função de proteção pois algumas vezes o número de usuários não é comportado pela cobertura. Além disso, o abrigo da Concórdia não faz parte do sistema de abrigos da cidade, resume-se a um único elemento desse tipo no alinhamento da Presidente Lucena. Figura 09.



Fig.07: Abrigo de ônibus na Pres. Lucena. Fonte: Autor, 2016.



Fig.08: Borda da floreira como assento na Pça. Concórdia. Fonte: Autor, 2016.



Fig.09: Abrigo de ônibus na Concórdia e Pres. Lucena. Fonte: Autor, 2016.

Na outra seção da praça, onde se encontra o chafariz, o espaço é definido por uma extensa área pavimentada, própria para atividades artísticas e outros eventos. Foram instalados nesta área bancos, o chafariz e uma arquibancada em alvenaria com três níveis. Apesar da arquibancada ser pertinente às demandas festivas da cidade (*Kerb*) e desfiles na avenida (Festa do Colono), os comentários, em entrevista, são de que ela é mais utilizada nos finais de semana para descanso e contemplação. Equipamentos como os banheiros e arquibancadas respondem às demandas das festas tradicionais e desfiles. Contudo, cotidianamente, as atividades atratoras ficaram restritas ao descanso e à ginástica, cujos

equipamentos padronizados atendem essencialmente ao uso adulto, mas não ao grupo infantil.



Fig. 10: Idoso em aparelho ginástica
Fonte: Autor, 2016.



Fig.11: Aparelho ginástica para brincar
Fonte: Autor, 2016.



Fig.12: Arquibancada Fonte: Autor, 2016.



Fig.13: Banco e lixeira. Fonte: Autor, 2016.

O chafariz localiza-se na seção seca da praça, junto ao muro de divisa com terreno particular. Portanto a sua borda é parcialmente acessível. A forma é irregular curva e tem três níveis ou, dois níveis de queda d'água. Mostra-se proibitivo e até perigoso pois estão afixadas no local placas de “não entre na água” com advertência para “perigo de choque”. Figuras 14 e 15.



Fig. 14: Chafariz.
Fonte: Autor, 2016.



Fig. 15: Detalhe do chafariz e placa de alerta para choque. Fonte: Autor, 2016.

7.1.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

As áreas de sombra são apreciadas por grupos de faixas etárias diversas para descanso, conversa e até atividade física. A atividade de ginástica, no entanto, é a principal atração, com equipamentos próprios. Eles são constantemente requisitados pelos adultos usuários e até pelas crianças. Verificamos, em entrevistas, que a ginástica é uma atividade mantida pela prefeitura e muito difundida principalmente entre os idosos da comunidade, que são assíduos em programas da prefeitura para a terceira idade no local.



Fig. 16: Banco como suporte de ginástica
Fonte: Autor, 2016.



Fig. 17: Equipamento ginástica utilizado pelas crianças. Fonte: Autor, 2016.

Nas visitas observamos que a seção sombreada da praça é aquela com maior afluxo de pessoas.

Em períodos das festas tradicionais como o Kerb e a Festa do Colono ambas as áreas da praça são demandadas fortemente como bancos, arquibancadas e banheiros.

Podemos afirmar portanto, que os elementos de mobiliário mais demandados no cotidiano são equipamentos de ginástica; ponto de ônibus; bancos e lixeiras. Nos períodos de

festas os dois últimos são demandados pelo fluxo de pessoas locais e visitantes junto com as arquibancadas e banheiros. Como a avenida Presidente Lucena é interrompida para tráfego de veículos o abrigo de ônibus não é utilizado nestes eventos.

7.1.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

Não foram encontrados registros em arquivos ou bibliográficos de mobiliário com valor histórico ou de memória.

Considera-se que a identidade em relação ao mobiliário urbano ocorre quando existe a correspondência do elemento de mobiliário aos valores culturais e tradições da comunidade usuária. Não foi possível identificar mobiliário urbano que tenha referência imediata aos valores identitários locais. Contudo, como a Praça Concórdia é local para a realização de eventos como o Kerb e a Festa do Colono, verifica-se que o uso do mobiliário é demandado nestas ocasiões de festas tradicionais de origem.

Ainda que indiretamente, poderia haver a associação do uso frequente dos equipamentos de ginástica por idosos com a iniciativa da Prefeitura de Ivoti da ginástica para terceira idade. Não existem evidências da promoção da ginástica no local com a tradição das sociedades de ginástica no Rio Grande do Sul, contudo, como vimos antes, eram instituições que também difundiam a cultura no meio colonial sendo que esta relação merece ser aprofundada.

A apropriação por sua vez, envolve a efetiva interação do usuário com esse objeto e o espaço em que este está instalado. O usuário age por vezes no sentido da adaptação, moldando este objeto as suas necessidades, desejos ou contexto social. Assim, o objeto e, mesmo o lugar onde se encontra, se tornam receptivos. Essa influência mútua entre usuário/espaço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem (NARCISO, 2009).

Verificamos que, no caso da Praça Concórdia, o usuário não interferiu nos objetos de mobiliário urbano. Contudo, no espaço da praça houve a apropriação na decoração de uma árvore no local. Figura 16. Esta apropriação, apesar de não ter acontecido no mobiliário urbano, demonstra em certa medida, o apreço da praça como lugar da comunidade e, explica a sua boa manutenção.



Fig. 18: Apropriação da árvore.
Fonte: Autor, 2016.

7.1.3.4 Uso, degradação, manutenção

O uso do mobiliário urbano na Concórdia apresentava-se adequado à suas funções. Salienta-se, contudo, como já foi comentado, a utilização dos equipamentos de ginástica pelas crianças e a escalada em árvores como brincadeira. Isto provavelmente ocorre justamente pela falta de alternativas de brinquedos, demandando mobiliário específico para o público infantil.

Observamos que, de maneira geral nas duas visitas, a utilização do mobiliário urbano pelo público nas suas funções é adequada. A degradação é percebida em algumas poucas unidades do equipamento de ginástica (pontos de ferrugem). A falta de manutenção está em poucos elementos: bancos (dois quebrados em 19 unidades) e uma luminária (cúpula quebrada). Figuras 19, 23 e 24.

Contudo, pontos positivos de manutenção de uso puderam ser observados entre e nas duas visitas de 08.04. 2016 e 12.06.2016:

- as lixeiras estavam intactas e sempre continham saco para lixo;
- os banheiros estavam limpos;
- a placa explicativa dos equipamentos da academia foi pichada e trocada por outra. Figuras 21 e 22.

Para além do mobiliário urbano, a praça apresenta problemas com respeito à pavimentação que prejudica o acesso à alguns bancos. Em termos da manutenção da praça esse é o ponto que mais se destaca, pois interfere na ergonomia se considerarmos que é um problema no envoltório de alcance físico do objeto, dada a dificuldade de acesso e da

percepção de segurança do usuário – que ocorre em determinadas unidades do banco (GOMES FILHO, 2003).

Ainda no que se refere a percepção de segurança, o chafariz instalado como vimos na Figuras 12 e 13, constrange o acesso à água com uma placa com aviso de risco de choque. Esta situação é conflituosa com a função histórica do chafariz que era de prover de água a população. Apesar de atualmente essa função não ser mais necessária e cada vez mais ter função decorativa, o chafariz possui o atributo de produzir prazer com a sonoridade e o contato com a água. Assim, este mobiliário urbano deve ser revisto.

Ao mesmo tempo, o espaço da Praça de forma geral estava limpo, sem folhas e os canteiros muito bem mantidos. Este cuidado geral da praça é também ampliado para os elementos de mobiliário, visto que em espaços públicos agradáveis e limpos promovem o respeito e a conservação do mobiliário.



Fig.19: Piso irregular e banco quebrado.
Fonte: Autor, 2016.



Fig.20: Canteiro.
Fonte: Autor, 2016.



Fig.21: Placa academia pichada 08.04.2016
Fonte: Autor, 2016.



Fig.22: Placa academia nova 12.06.2016
Fonte: Autor, 2016.



Fig.23: Cúpula luminária quebrada.
Fonte: Autor, 2016.



Fig.24: Banco quebrado.
Fonte: Autor, 2016.

7.1.4 Diagnóstico

A Praça Concórdia foi a primeira praça fundada na cidade de Ivoti. Este espaço público é adjacente a principal via da cidade e possui importância comunitária por participar como local de eventos tradicionais como o Kerb e a Festa do Colono. Junto a esta praça está localizada a Sociedade Concórdia que era ponto de reunião tradicional e eventos de caráter cultural. Em termos identitários portanto, a praça e a sociedade estabelecem ponto referencial e cultural da colonização alemã de Ivoti.

Na análise do mobiliário urbano vimos que o mobiliário instalado é aquele de catálogo, sem características projetuais que os vinculem à cultura colonial ou à sua identidade imigratória. Porém, como foi comentado antes, a histórica tradição da ginástica da colonização alemã no Rio Grande do Sul encontra reflexos na Praça Concórdia, pois a prefeitura promove a ginástica como atividade comunitária e os equipamentos na praça são demandados significativamente.

Assim, a ginástica como atividade na praça deve ser valorizada. O espaço para essa atividade deveria contar com piso emborrachado para a proteção, visto que o público principal é idoso e os usuários crianças são frequentes.

Conforme os arquivos da prefeitura, a Praça Concórdia contava, em projetos anteriores, com brinquedos que foram suprimidos. As atividades atuais das crianças na praça envolvem escalar árvores e utilizar os aparelhos de ginástica como brinquedo. Em consideração à esse público, existe a necessidade da instalação de equipamentos de playground.

As áreas de descanso estão adequadas, necessitando principalmente da renovação da pavimentação nas duas seções da praça.

O chafariz, como vimos, é um mobiliário que tem risco de choque e faz um alerta com uma placa de aviso para usuários, ou seja: não assume a sua função ao afastar o usuário e apresenta real perigo. Este elemento deve, portanto, ser repensado para o local.

O abrigo de ônibus por sua vez, deverá ser repensado para abrigar um maior número de pessoas que, em uma situação de chuva ficaria sem proteção. Ao mesmo tempo, sugere-se que este mobiliário faça parte de um sistema de abrigos que possa ter diferentes tamanhos ou estrutura modular flexível considerando-se as diferenças de demandas em diferentes pontos da cidade. A linguagem semelhante de abrigos de ônibus como mobiliário urbano permite com que o usuário o interprete adequadamente e valorize a relação com o serviço de transporte urbano.

7.2 São Leopoldo: Praça do Imigrante

7.2.1. Origem do núcleo urbano

O município de São Leopoldo foi fundado nas terras da Real Feitoria do Linho Cãnhamo (1788-1824) que era um estabelecimento do Governo e devia fornecer através de sua produção as fibras utilizadas na confecção de velas e cordas (MÜLLER, 2005). Essa feitoria foi desativada em 1824, mesmo ano em que seria fundada uma colônia de imigrantes alemães na região. O local era destinado a ser praça desde a primeira planta de traçados das ruas da cidade de 1833.

A antiga feitoria desativada foi o local de desembarque dos primeiros imigrantes vindos de Porto Alegre pelo Rio dos Sinos: primeira leva em julho daquele ano e a segunda em novembro. Outras levas prosseguiriam para a Colônia de São Leopoldo cujos limites se estendiam para além do atual município.¹² Conforme Weimer, tradicionalmente o governador da província seria o responsável pelo projeto do núcleo de São Leopoldo em terras elevadas (2004). Contudo o administrador da colônia instalou efetivamente a vila para a região de baixios impedindo que o traçado original fosse totalmente implementado devido as enchentes (WEIMER, 2004). O traçado do núcleo original, portanto, se desenvolveu junto à trajetória do Rio dos Sinos, importante via fluvial com ligação comercial com Porto Alegre.

O Rio dos Sinos separou em duas partes a colônia: na margem esquerda a cidade se desenvolvia e na direita se ampliava a colônia. A passagem podia ocorrer em tempos de estiagem ou em embarcações. A ligação surge com a ponte 25 de julho, finalizada em 1876. A praça a época era denominada Praça da Matriz.

7.2.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura de São Leopoldo. Visitas em 09.09.2016; 21.10.2016; 28.10.2016 e 13.03.2017. Os fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo São Leopoldo.

7.2.2.1 A fundação e localização da praça:

O desembarque dos primeiros imigrantes teria ocorrido justamente na altura do futuro local da Praça do Imigrante, junto ao rio. A importância deste evento foi comemorada 100 anos depois, com um imponente monumento, que marcaria o centro deste espaço e passou a congrega a sua população em muitos eventos da trajetória pública da praça, conforme a pesquisa em imagens dos arquivos do Museu Visconde de São Leopoldo. A construção da

¹² Os limites à leste iam até aos atuais municípios de Taquara, Igrejinha, Três Coroas e Gramado; a oeste até São Sebastião do Caí, Bom Princípio, São Vendelino e Feliz; ao norte até Nova Petrópolis – ver figura 01 (MÜLLER, 2005).

Praça em si, chamada a época de Praça Centenário, principia em 1924 – ano da inauguração do monumento inconcluso -, continua nos anos seguintes, com o aterramento do espaço e a construção de um cais e, finalmente em 1934, é concluída com o ajardinamento e o calçamento (Memorial de Tombamento da Praça do Imigrante de São Leopoldo, 2012). Passa a se denominar Praça do Imigrante em 1966, por lei municipal¹³.



Fig.25: Situação Praça do Imigrante, São Leopoldo.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

A ponte 25 de julho, integrada à praça, ligava a vila e depois a cidade de São Leopoldo à colônia, que se desenvolvia a partir da outra margem do rio. Era uma ponte considerada fundamental para a ligação com a colônia. Como construção, foi executada “mista” em pedra e madeira e posicionada à frente da Igreja Matriz (PETRY, 1964). Executada entre 1871 e 1876, a ponte foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual em 1980 (IPHAE, Portaria 10/80 de 01.09.1980, Livro do Tombo Histórico 01).

Outro conjunto histórico tombado do entorno é o chamado Castelinho que abrigava o antigo seminário evangélico. Na realidade, é um conjunto de três edifícios históricos situados na Rua Independência, uma via adjacente à praça (IPHAE, Processo n°0604/81/DEC/SCDT, Livro Tombo Histórico 05, 15.03.1982). Estes edifícios abrigam atualmente a Câmara de Vereadores do município. Figura 37.

A Igreja Matriz N. S. da Conceição e o Seminário completam o conjunto arquitetônico histórico do entorno.

¹³ Lei nº 1391, art.1º. 22 de julho de 1966 (Memorial de Tombamento,2012).

A Praça do Imigrante, portanto, é parte do centro institucional, religioso e histórico da cidade. Isso é reconhecido através de imagens de eventos diversos e do perímetro tomado pelo Memorial de Tombamento da Praça do Imigrante (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, 2012), que abrange a área da praça e seu entorno imediato. Completam o entorno de influência a atual Prefeitura e a Rodoviária, reforçando o caráter institucional e de serviços da localização desta Praça.



Fig.26: Vista Praça Centenário/Imigrante. Década de 1930, época da fundação.
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



Fig.27: Vista ponte 25 de julho e Igreja Matriz. Déc.de 1930.
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



Fig.28: Vista edifícios Castelinho e monumento. Déc.de 1930.
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



Fig.29: Rodoviária. s/d
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

No sentido da compreensão dos principais elementos do entorno da praça como espaço público e de seus principais atributos tradicionais organizamos o quadro a seguir obtidos a partir do levantamento no local, dos relatos de usuários e agentes públicos e do acervo documental da praça:

Quadro 1 – Elementos e Atributos

Elementos espaciais/eventos	Atributos tradicionais e antigos (séc. XX)	Atributos e funções atuais
Rio	Valorização das visuais: pergolado para contemplação;	Dique de contenção do rio que funciona como barreira; poluição;
Castelinho	Edificações para seminário evangélico e Câmara;	Câmara de Vereadores;
Igreja	Acesso direto em frente à praça;	Sem acesso pela praça;
Escadarias/Cais	Acesso direto ao rio e a ponte; iluminação pedestre; balaustradas;	Sem acesso ao rio (dique); acesso à ponte por escadaria simples;
Feiras	Feira do Peixe; feira Vale Tudo; Década de 1980;	Não ocorrem;
Rodoviária	Não existia até 1961; Erguida para ser Mercado;	Equipamento existente; grande fluxo de veículos e ônibus interestaduais;
Comemorações imigração/cívicas	Ocorriam junto ao monumento;	Não ocorrem;

Fonte: Autor, 2017.

Percebe-se através do quadro, que a Praça do Imigrante possuía interações importantes com a cidade e o rio, qualificadas através do mobiliário instalado que a tornava um espaço público vivo da cidade e significativo em função da memória imigrante – dada pelo monumento e suas celebrações e pelo acesso direto ao Rio dos Sinos. Porém, como podemos verificar em entrevistas e na observação local, os eventos e parte dos atrativos inexistem nos dias de hoje com significativa perda qualitativa deste espaço.



Fig.30: Acesso escadarias e cais na praça. Déc. De 1930. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

7.2.2.2 Características da população usuária:

Como comentamos antes, a Praça do Imigrante no período de observação das visitas recebeu pouco fluxo interno de usuários. Atribuímos a isso, a progressiva modificação interna e externa dos atributos dos elementos espaciais do entorno e da Praça e seus eventos tradicionais, como mostra o Quadro 1.

Ao mesmo tempo, o acesso principal ao centro de São Leopoldo pela BR 116 é aquele do prolongamento da Rua D. João Becker, que faz limite com a Praça e Ponte 25 de Julho e também progressivamente estabeleceu, ao longo da trajetória da praça, o fluxo intenso de veículos e cruzamentos não-amigáveis ao pedestre: uma única faixa de segurança sobre a rua D. João Becker na altura da quadra da praça.

A população observada no local é variada. O público observado durante as visitas é essencialmente adulto, com diversas faixas etárias. Deste público, verificamos dois grupos predominantemente:

- o adulto e idoso que descansa nos bancos aproveitando a sombra (ambos os sexos);
- o adulto morador de rua (masculino); utiliza a praça para dormir e descansar. Em uma das visitas havia um abrigo de materiais leves construído junto ao dique do rio.

Conforme informações na Prefeitura, a ocupação por moradores de rua ocorre devido à proximidade de um abrigo do município e da Rodoviária.

Os comerciantes de estabelecimentos adjacentes à praça quando perguntados se visitavam a Praça do Imigrante alguma vez na semana responderam que não, por causa dos moradores de rua e da degradação da praça, principalmente do mobiliário. Citam como exemplo o chafariz, que foi desativado e a água drenada (seco). Conforme os comerciantes era comum ver as crianças brincarem na água no verão.

Ao mesmo tempo, nas imagens de arquivo da Praça do Imigrante no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, observamos que o espaço, desde a sua inauguração e utilização ainda no século XX, era majoritariamente frequentada por adultos e crianças em passeio e em comemorações junto ao Monumento ao Imigrante. Figuras 31, 32, 33.



Fig.31: Evento de ginástica na década de 1930. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fig.32: Evento pouco antes da 2ª Guerra. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fig.33: Comemorações da imigração na década de 1980. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fig.34: Crianças e adultos no chafariz. Déc. 1970. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fig.35: Chafariz atual. Fonte: Autor, 2016.

7.2.2.3 Vias de entorno

As vias que envolvem a praça do Imigrante são a Rua D. João Becker, principal acesso a partir da BR 116; a Rua Independência que conecta ao centro e termina junto à praça fazendo alinhamento com a Câmara Municipal e a Av. Caxias do Sul, que tem continuidade na Ponte 25 de julho importante conexão com a outra margem do Rio do Sinos. Excetuando a R. Independência, que termina no dique, as demais são vias de grande fluxo de veículos.

7.2.2.4 Pontos de interesse do entorno

A Praça do Imigrante é um espaço público circundado por edificações históricas de caráter institucionais e religiosas, bem como outros equipamentos culturais e de serviço e a Ponte 25 de Julho.

Nas vias imediatas de entorno está o conjunto de edificações tombadas do Castelinho que abriga a Câmara Municipal e, como comentado, a Ponte 25 de Julho também tombada pelo IPHAE. A localização da Câmara é um ponto de atração de pessoas que promove a permanência na Praça, principalmente em eventos no edifício.

A rodoviária ao lado do acesso à Ponte e junto com ela, estabelece um fluxo intenso de veículos e ônibus que dificulta muito o caminho para pedestres que não contam com passagem de pedestres entre a rodoviária e a praça.

No alinhamento oposto da praça na Rua D. João Becker, está localizada a Igreja Matriz N.S. da Conceição, construída entre 1860 e 1870 planejada por jesuítas alemães (MÜLLER, 1979). Essa igreja é frontal ao acesso à Ponte 25 de julho e forma junto com o Seminário Central ao lado forma significativo conjunto religioso histórico. A igreja mantém o seu principal acesso na rua D. João Becker defronte à praça permanentemente fechado e o Seminário, encontra-se sem uso.

O pequeno comércio e serviços estão presentes junto à Praça, porém separados por uma faixa de pedestres na esquina da Rua Independência com D. João Becker. São eles: sindicato; estabelecimento (casa) com prestação de serviços diversos; academia; loja de adesivos; Detran; e bar.

Demais pontos de interesse próximos são o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e a Prefeitura, no prolongamento da mesma rua.

Apesar da Câmara e Rodoviária apresentarem movimentação de pedestres próximos, observamos que a permanência desses pedestres na Praça é muito transitória. O fluxo de pedestres é maior nas calçadas do alinhamento da praça e ainda mais significativo na calçada oposta da D. João Becker.

Verifica-se, portanto, que Praça do Imigrante está isolada no que se refere às conexões: a Igreja não mantém contato (acesso principal fechado); o edifício do Seminário não é aproveitado como atrativo; atravessar a D. João Becker é difícil (uma única passagem de pedestres); passar da Rodoviária para a Praça requer que se atravesse o acesso à Ponte com intenso fluxo de veículos.



Fig.36: Acesso fechado da Igreja Matriz, Seminário Central e acesso ponte. Fonte: Autor, 2017.



Fig.37: Castelinho (Câmara). Fonte: Autor, 2016.

7.2.2.5 Praça, população e eventos

A Praça do Imigrante (antiga Centenário) era parte do traçado inicial da colônia alemã de São Leopoldo realizado pelo português Miguel Gonçalves dos Santos em 1833 compondo, junto com a Matriz, um largo projetado para ser a praça da igreja (MOEHLECKE, 1998). Essa área, em 1924, receberia um monumento em comemoração ao centenário do início da colonização alemã no estado. Uma comissão foi constituída a partir da iniciativa da *Leopoldenser Turnverein* (Sociedade de Ginástica Leopoldense) e percorreu o Estado para angariar fundos para erguê-lo. (WEBER, 2016).

O monumento foi construído antes mesmo do ajardinamento da praça. Weber salienta que o monumento ao longo dos anos seguintes adquiriu valor de memória para a população local sendo palco entre 1924 a 1935 das celebrações dos festejos de 25 de Julho, data do desembarque dos primeiros imigrantes (2004). Destaca que, “era, no espaço da Praça, em torno do monumento, onde ocorria a afirmação da identidade local a partir da identidade étnica alemã. Assim, esses espaços eram investidos de simbolismo” (WEBER, 2016, p.8).

Este simbolismo, representado pela memória alemã da origem, provocou durante a II Guerra, manifestação popular na praça Centenário contra o bombardeio pela Alemanha do navio brasileiro Cairú. Essas manifestações acabaram por depredar o monumento, principalmente nas faces onde havia a imagem do colono e as inscrições em alemão (WEBER, 2016). Ainda segundo Weber, “o colono representado no monumento expressava a não

aceitação da nacionalidade brasileira, e a atitude da depredação era justificada em defesa do Brasil” (2016, p.10).

A praça então, sofre o enquadramento da memória a fim de defender a nação em relação aos seus inimigos do eixo e os valores de memória e identidade local deveriam ser revistos:

A partir do padrão da nacionalidade, a Praça Centenário, chamada dessa forma em referência ao centenário da imigração alemã, teve sua denominação alterada para Praça Tiradentes, semanas depois da destruição do monumento, mais precisamente no dia 21 de abril, data que demarca o feriado em homenagem a Tiradentes.[...] O prefixo “ex” aparece como um lembrete que alertava para as mudanças. As contingências exigiam uma nova referência ao local (WEBER, 2016, p.11).

Só a partir de 1949 é que a praça foi retomada como lugar das comemorações do 25 de Julho sendo o monumento restabelecido da depredação somente em 1953 (WEBER, 2016).

Além das comemorações da imigração, em imagens de arquivo como as Figuras 31, 32 e 33 vimos que os eventos de ginástica e outros indefinidos tiveram lugar na Praça.

Ainda em imagens outras imagens, vemos que a Praça dava lugar as feiras, com a instalação de barracas ou de veículos abertos na década de 1980. Figuras 38 e 39. Duas delas puderam ser identificadas: a Feira do Peixe e a do Vale Tudo.



Fig.38: Feira do Vale Tudo. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

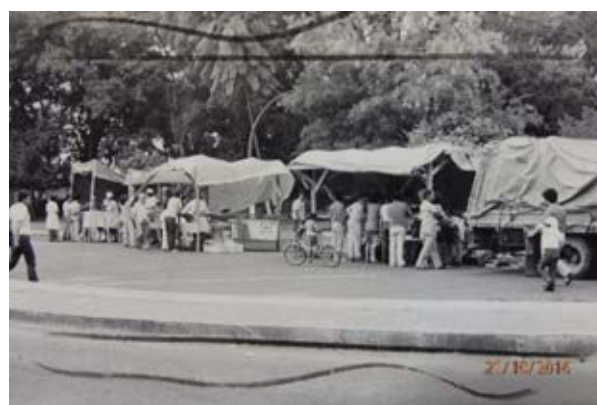


Fig.39: Feira do Peixe. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

7.2.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça do Imigrante, documentação nos arquivos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, e bibliografia. Ver Fichamento mobiliário urbano no Anexo 02: São Leopoldo.

7.2.3.1 Localização do mobiliário atual e do mobiliário urbano antigo

O desenho da Praça Centenário é mantido o mesmo desde a sua inauguração em 1934. Contudo, atualmente, na Praça do Imigrante os elementos de mobiliário urbano como os bancos estão em sua grande maioria deslocados em relação as imagens do período de inauguração, assim como as luminárias originais foram totalmente alteradas no tipo e lugar. Se observarmos as imagens da primeira metade do século XX com o levantamento atual em imagens, é possível identificar que alguns dos mobiliários que permanecem exatamente no mesmo local são: o Monumento do Centenário da Imigração; o chafariz; os bancos de alvenaria com luminárias.

Importantes elementos de mobiliário e de atividades na praça foram suprimidos: a escadaria junto ao rio que fazia um cais e o pergolado com passeio, balaustrada, assentos e luminárias, que estabeleciam um estar com vista para a outra borda do rio e para a Ponte 25 de julho. Figuras 38 e 39. Atualmente, não existe mais o pergolado e o dique e muro impedem o acesso como antes, com notável perda de qualidade na interação com a paisagem.

Elementos de mobiliário que permanecem no local desde a inauguração e podem ser considerados móveis seriam alguns dos bancos de concreto. Outros mais atuais e de catálogo estão presentes principalmente junto aos passeios dos alinhamentos da praça.

As luminárias mais antigas eram em ferro fundido e cúpula de vidro, com altura para iluminação de pedestres. Com conjunto, variavam em número de cúpulas e estavam sempre inseridas junto às bordas de canteiros. As atuais são mais altas, em menor número, modelos variados, em LED e em grande parte mais centrais aos canteiros.



Fig.40: Pergolado e passeio junto ao rio. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fig.41: Substituição para atual muro do dique. Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

A partir da pesquisa documental de imagens da praça e das visitas no local organizamos comparativamente os elementos antigos ou originais da fundação e aqueles atuais e remanescentes conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Comparativo mobiliário antigo e atual

Mobiliário	Antigo/Original	Atual
1. Bancos	Dois tipos: soltos (concreto e madeira) ou como assentos em linha, definidores da geometria de alguns espaços;	Alguns remanescentes soltos (pintados pelos usuários) e inseridos sem critério; assentos em linha perduram; banco mais novos de catálogo (concreto e madeira) junto aos passeios;
2. Postes Iluminação	Instalados a borda do rio e caminhos internos; Diferenciação no desenho conforme número de lâmpadas; Ferro fundido e cúpulas em vidro;	Variados tipos; menor número de unidades com mais altura e abrangência de iluminação;
3. Postes de rede	Sem informações;	Localizados no perímetro; interferem nas visuais; concreto;
4. Lixeiras	Sem informações;	Tonéis de aço adaptados; elementos voláteis;
5. Pergolado	Junto ao rio; bancos e iluminação junto ao rio;	Não existe;
6. Parquímetro	Não existe;	Equipamento padrão como outros presentes no centro da cidade;
7. Sinalização	Sem informações;	Presente nas calçadas limítrofes; uma única placa informativa (pouco legível) do nome da praça; sinalização de trânsito;
8. Chafariz	Elemento com contornos curvos, círculo central com jatos ativos e flores;	Desativado, supressão do círculo central; caixa de manutenção com significativa interferência na paisagem;
9. Estátua religiosa	Teria sido instalada em 1940;	Elemento de devoção; demonstração apreço da população: manutenção do manto em tecido e flores; pedestal em alvenaria e imagem em cimento;
10. Monumento e marco da Imigração	Monumento: Instalado antes da fundação da praça (1924) por ocasião do centenário da imigração; marco central da praça e de comemorações cívicas; Arenito; Marco: pedra em granito com inscrições que designa a praça com local do desembarque dos primeiros imigrantes;	Monumento: Sofre degradação (vegetação parasita; placas de bronze suprimidas); Recebe Iluminação especial. Marco: permanece no local sem degradação detectada;

Fonte: Autor, 2017.

7.2.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

A principal atividade na Praça do Imigrante é o descanso e a contemplação do espaço com aproveitamento da sombra. Como vimos através do Quadro 1 e 2, alguns atributos do

local e do mobiliário deixaram de existir por diversas razões. Ao longo do tempo verifica-se que algumas atividades deixaram de existir, com a supressão do mobiliário ou, com a não utilização devido à manutenção. São exemplos disso: a contemplação e descanso junto ao Rio do Sinos e o chafariz, que foi esvaziado. Na trajetória da praça, a supressão e a falta de manutenção contribuíram para o isolamento do local e a degradação, pois deixaram de atrair os usuários.

No que tange ao isolamento como vimos, corrobora o fluxo intenso de veículos nas vias adjacentes e as dificuldades de acesso para pedestres à praça. Assim, com o pouco fluxo de usuários para as atividades e, até mesmo de transeuntes, a praça sofre um processo de desvalorização como espaço público. Isso impacta no mobiliário urbano, pois o uso e a permanência do usuário em atividade no local induz a preservação do elemento.

Observamos que os bancos originais da praça (54 na fundação) são atualmente 5 unidades. Correspondem à elementos com estrutura de concreto armado com assento em madeira. Figuras 46 e 47. Segundo a Prefeitura, a comunidade fez a apropriação destes bancos pintando-os de cores primárias diversas. A comunidade teria interferido no sentido da manutenção dos mesmos, já que existem poucas unidades remanescentes e seriam aqueles originais, conforme imagens e documentos¹⁴. Ao fazer a pintura em cores vivas e variadas não houve a preocupação da comunidade com o resgate das características originais do objeto, mas sim com a manutenção. Outros elementos são utilizados como assento: bancos de catálogo em madeira e pés em concreto pré-moldado e linhas de assento em concreto e pedra que fazem o desenho dos limites do espaço do chafariz. Junto com os bancos isolados, esses assentos sem encosto são utilizados para descanso sentado e para deitar.

O Monumento do Centenário ao longo da história da Praça um elemento aglutinador, pois sob ele ocorriam os principais eventos comemorativos da imigração e outros. A comemoração do 25 de Julho ainda nos dias de hoje acontece na Praça. O Monumento e o



Fig.42: Assento em linha. Fonte: Autor, 2017



Fig.43: Banco de catálogo. Fonte: Autor, 2017.

¹⁴ Conforme Moheleck, no Relatório Municipal de 09.01.1933 foi relatado que, “para comodidade dos visitantes da praça, foram colocados 54 bancos de concreto armado bem reforçado, dum feitio simples mas de aspecto agradável” (MOEHLECKE, 1998, p. 48).

marco do desembarque são elementos de mobiliário que remetem ao evento e estabelecem a Praça do Imigrante como lugar de memória.

7.2.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

O entorno imediato da Praça do Imigrante conta com edifícios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE) como o Antigo Seminário Evangélico ou Castelinho (1982) e a Ponte 25 de Julho (1980) ambos construídos antes da fundação da praça. A Praça do Imigrante, no entanto, ainda não foi protegida, mas é objeto de processo de tombamento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Memorial de Tombamento, 2012).

Entre os tipos de mobiliário urbano existentes na praça destacamos o Monumento do Centenário da Imigração, o marco do desembarque e os bancos originais como aqueles a ser considerados como tendo valor histórico, de memória e/ou identitário por sua trajetória documentada como visto na seção 3 da Introdução.



Fig.44: Marco do desembarque.
Fonte: Autor, 2017



Fig.45: Monumento ao Centenário da Imigração. Déc. de 1930. Fonte: Museu Visconde de São Leopoldo.

A ideia do Monumento nasceu na Intendência Municipal em Ata de 7 de setembro de 1923, que planejava o aterro da margem esquerda do Rio dos Sinos junto à ponte e a ereção de um monumento (MULLER, 1979, p.7). Foi efetivamente construído a partir da contribuição popular angariada por uma comissão que percorreu o estado. O projeto de autoria do arquiteto Walter Dreschler possui quatro faces: a do lado leste contém os relevos em bronze de D. Pedro I e D. Leopoldina, pois reinavam na época do desembarque; do lado norte, o busto do Visconde de São Leopoldo, fundador da cidade; do lado oeste a efígie do Dr. João Daniel Hillebrand que, além de médico e diretor da colônia possuiu outros títulos. Por fim, do lado sul, encontra-se a estátua do colono, que apoiado em seu cajado olha para cidade. Abaixo

dele, foi escrito *Den Vätern zum Gedächtnis* que significa “Em memória de nossos antepassados” (MOEHLECKE, 1998, p.122).

Através de arquivos e imagens da trajetória da praça, verifica-se a importância do monumento para aquela comunidade: eventos políticos, cívicos e outros festejos ocorriam sob esse marco, centralizado e ponto focal da praça. Durante a Segunda Guerra Mundial, o mesmo sofreu depredação com a retirada da figura do colono por revoltosos, pois representaria a “ligação com a Alemanha e com o nazismo” (MÜLLER, 1979, p. 12). Contudo, nos anos seguintes à guerra ele foi restaurado totalmente, com a anexação de uma placa com a tradução das palavras em alemão.

O monumento é uma referência da colonização alemã e um elemento com caráter simbólico para a comunidade ao ser a representação da memória e identidade imigrante. A sua história bem como a discussão da sua permanência ao longo do tempo, é fartamente documentada na bibliografia (MÜLLER, 2005); (MULLER, 1979); (MOEHLECKE, 1998) (WEBER, 2016), em documentos escritos (Memorial de Tombamento) e imagens de arquivo da prefeitura e do Museu Visconde de São Leopoldo.

A origem comum está associada à representatividade e ao protagonismo desse elemento de mobiliário nas mais variadas comemorações na cidade: era sob a sua sombra que ocorriam os eventos como discursos e apresentações diversas. Ao disseminar a sua história e importância regional, este objeto de mobiliário configura-se também como de valor histórico. Ele está contido no perímetro do processo de tombamento do centro histórico requerido junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SÃO LEOPOLDO, 2012).

Conforme Weber, a praça e o monumento, como foram concebidos, estavam voltados aos referenciais étnicos relacionados à origem imigratória alemã na história de São Leopoldo, inclusive nas interferências populares e administrativas que houveram no período nacionalista durante a Segunda Guerra (WEBER, 2016). São considerados por sua memória coletiva em torno dos eventos e do valor identitário como símbolo da origem.

A memória coletiva da origem imigrante também está associada a representatividade desse elemento nas mais variadas comemorações na cidade: era sob a sombra do monumento que aconteciam eventos, discursos e apresentações diversas. Era uma espécie de amparo simbólico do passado comum e dos eventos relacionados, que foi detectado através da iconografia.

No caso do Monumento, o valor de memória equipara-se ao valor artístico do objeto como comentado por Lagunes (2012), ao destacar que os monumentos seriam o tipo de mobiliário mais considerado para o tombamento pelo patrimônio.

Conforme Mohelecke, no Relatório Municipal de 09.01.1933 foi relatado que, “para comodidade dos visitantes da praça, foram colocados 54 bancos de concreto armado bem

reforçado, dum feitio simples mas de aspecto agradável” (MOEHLECKE, 1998,p. 48). Esses bancos na Imigrante atual foram deslocados da sua inserção original, movidos pela população.

Com a degradação da praça, a população interviu a favor da preservação dos bancos originais fazendo a pintura dos mesmos com cores vivas e diversas para estrutura e assento e também entre as suas unidades. Observa-se que, nesta intervenção pela população, não houve a preocupação com o resgate das características do objeto original, mas sim com a manutenção, em uma tentativa de preservação.

Com esta ação independente, a população usuária estabelece a apropriação¹⁵ deste objeto visando a sua permanência. Neste sentido, detecta-se a partir da intervenção sobre o objeto o reconhecimento, pela população, da memória coletiva através deste mobiliário urbano.

O banco aparece em muitas imagens ao longo da trajetória do espaço, inseridos nos limites dos canteiros. Através da análise das imagens, é perceptível a sua pertinência e relevância no espaço ao longo do tempo. Apoiando-se nesta documentação, esse objeto teria valor histórico sendo necessário prever, portanto, o seu inventário.



Fig.46: Bancos na Praça do Imigrante nos anos 30.
Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



Fig.47: Banco na Praça do Imigrante atualmente. Fonte: Foto do autor, 2016.

Não foram obtidas informações sobre os motivos, demandantes e data da instalação do marco do desembarque, bem como as possíveis interações com a trajetória e utilização atual da Praça. O marco corresponde a uma pedra em granito localizada no trecho da praça próxima à esquina da D. João Becker com Rua da Independência, onde está escrito “Local

¹⁵ Apropriação envolve necessariamente a interação recíproca usuário/espaço, na qual o usuário age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre usuário/espaço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem (NARCISO, 2009).

de desembarque da primeira leva de imigrantes alemães 25 de julho de 1824” e “Praça do Imigrante”. Dadas as inscrições, avaliamos que a lembrança do desembarque é um atributo de memória e, a identidade daquela comunidade é destacada no mobiliário em questão. Figura 44.

7.2.3.4 Uso, degradação, manutenção

Diferente da Praça Concórdia de Ivoti, ao longo do tempo, a Praça do Imigrante em São Leopoldo sofreu um processo de abandono e isolamento, apesar da sua importância na história da cidade. Isto, a princípio, ocorreu devido ao crescimento populacional significativo de São Leopoldo junto à Região Metropolitana de Porto Alegre ao longo do século XX. Como a praça encontra-se em um dos principais acessos da cidade e junto à rodoviária, houve o gradual aumento do fluxo de veículos naquela área, prejudicando as conexões do pedestre e privilegiando o tráfego.

Além disso, verifica-se outras questões para esse isolamento, como o fechamento do principal acesso à Igreja Matriz em frente à Praça; a conexão da Ponte 25 de Julho com muito fluxo e a degradação da conexão da Praça com o Rio do Sinos.

O mobiliário urbano no interior da Praça sofre com o isolamento e, por isso alguns deles estão com a conservação com problemas. Abaixo, o resumo na relação do uso e apropriação com a degradação e manutenção:

Quadro 3 Relacional

Mobiliário	Uso/Apropriação	Degradação/Manutenção
Monumento	Iluminação especial;	Pichado; supressão de figura em bronze; Crescimento plantas- enraizamento no grês;
Marco	–	Granito com marcas de cola e biodegradação;
Bancos antigos	Usuários intervêm; Deslocados; sem organização na praça;	Pintados em cores diversas;
Assentos em linha	São bem utilizados;	Boa manutenção;
Bancos catálogo	-	Pintura desgastada;
Chafariz	Sem uso; casa de máquinas interfere na paisagem; alteração do aspersor original; pintura em preto;	Rachaduras na borda;
Estátua religiosa	Aplicação de manto em tecido e flores artificiais;	Lixo nas proximidades;

Lixeiras	Toneis em aço adaptados; sem sacos;	Inserção sem critério;
Luminárias	—	Bom estado;

Fonte: Autor, 2021

Como pode-se observar, dentre o mobiliário remanescente da fundação aquele que melhor está preservado são os bancos/assentos em linha. Os que denominamos como bancos antigos sofreram intervenções positivas no sentido da manutenção, mas incongruentes com as suas características históricas, além de resultar em número bastante reduzido se compararmos ao período da fundação. O chafariz, também remanescente, teve alterações significativas. Aquela que mais impacta na paisagem da praça é a casa de máquinas que é um volume que interfere nas visuais. Se compararmos o chafariz original com o atual, podemos afirmar que o mobiliário está qualitativamente pior nos seus atributos de uso, degradação e manutenção.



Fig.48: Assentos/Bancos em linha.
Fonte:Autor, 2016.



Fig.49: Base do monumento pichada e lixeira.
Fonte:Autor, 2016.

7.2.4 Diagnóstico

Com base na análise e nos Quadros constata-se que a praça perdeu atributos como espaço público, em parte também pelas transformações que ocorreram com o seu mobiliário. Mesmo que o local seja próximo a diversos edifícios públicos, edificações históricas, a Ponte tombada e rodoviária, percebemos que a praça atual não atrai a população como fazia nas suas primeiras décadas. A supressão e falta de manutenção de elementos de mobiliário atratores à exemplo do pergolado e do chafariz, e atividades significativas como as feiras, concorreram para o seu isolamento e a sua deterioração como espaço público.

O mobiliário remanescente, que poderia ser restaurado e valorizado por sua presença histórica, sofre com a degradação ou com a intervenção sem critério, como é o caso dos

bancos e do chafariz. Os bancos foram pintados pela população com cores variadas e o chafariz, sofreu alterações como a pintura em preto não relacionadas ao seu passado histórico atestado por documentos e imagens de arquivo. Soma-se a isso a instalação de caixa de manutenção do chafariz que interfere na paisagem. Estes elementos de mobiliário possuem valor histórico e requerem a sua requalificação.

A caixa de manutenção pode ser enterrada valorizando o protagonismo do chafariz e liberando visuais. Os bancos por sua vez, requerem a pesquisa histórica de suas cores a fim de uma adequada revitalização bem como um estudo para a inserção apropriada das poucas unidades remanescentes.

A instalação de lixeiras em tonéis demonstra a adaptação de um objeto não adequado para sua função. Deve-se pensar, neste caso, a concepção de um sistema de mobiliário urbano que integre o mobiliário novo e necessário, ao antigo que deverá ser reabilitado e integrado adequadamente.

Como constatamos através do acervo fotográfico no Museu Visconde de São Leopoldo, o Monumento do Centenário continua sendo o principal elemento da praça. É elemento com valor histórico e de memória da comunidade e, como vimos, necessita de manutenção e a reconstituição do busto suprimido.

A necessidade do dique de contenção junto ao Rio do Sinos retirou o pergolado e escadarias que faziam a interação com o Rio. A praça perdeu uma atividade historicamente atrativa. A Praça foi o lugar do desembarque da primeira leva de imigrantes, que chegaram naquele ponto pelo Rio do Sinos. A reintegração com o rio através de ações de projeto do espaço ou introdução de mobiliário urbano poderá ser uma das diretrizes na requalificação promovendo um resgate qualitativo para a Praça.

Destacamos que ações no sentido da preservação vêm sido tomadas. Dentre essas ações, como comentado antes, está a inclusão da Praça do Imigrante no perímetro do processo de tombamento do centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São estabelecidas, portanto, ações de salvaguarda que possibilitarão, no futuro, a reabilitação da praça e do seu mobiliário urbano.

8. GRUPO 2: Núcleos imigratórios italianos

8.1 Monte Belo do Sul: Praça Padre José Ferlin

8.1.1 Origem do núcleo urbano

O atual município de Monte Belo do Sul foi colonizado por imigrantes italianos a partir de 1877. Era parte integrante da Colônia Santa Isabel, criada em 24 de maio de 1870, que abrangia também o atual município de Bento Gonçalves. Estas terras eram localizadas no Planalto Norte Riograndense, em terras devolutas do Governo Imperial e território de passagem de tropeiros que mantinham as ligações comerciais entre os núcleos urbanos.

O Ato de criação das Colônias de Santa Isabel em 1870 pela administração provincial estabeleceu a demarcação da região em linhas e lotes. Contudo, ainda em 1867, pelo Regulamento Colonial, os lotes se dividiriam entre urbanos e rurais. Naqueles urbanos, os profissionais contratados pelo Estado determinavam os espaços para a construção de espaços públicos como as praças, a igreja, a escola, o cemitério, a cadeia, a casa de administração, o abrigo para imigrantes entre outros (TORRES, CAPRARA, 2011).

Weimer (2004) coloca que, à semelhança das colônias alemãs, nem todos os núcleos italianos obedeceram às diretrizes do planejamento oficial. Infere que, o traçado de Monte Belo tenha sido “escolhido pelos próprios imigrantes, devido às condições peculiares de sua localização” (WEIMER, 2004, p. 151). Segundo o autor, Monte Belo seria uma autêntica “aldeia polar” com atributos paisagísticos excepcionais. Neste caso, conceitualmente, o núcleo seria originado de dois lugares que cresceram na direção de um ao outro, sendo isso muito comum quando um dos lugares é a igreja – localizada na parte mais alta – e as casas, situadas em um nível mais baixo (WEIMER, 2004). Fig.01

Conforme Razador (2005), a população italiana no território de Monte Belo do Sul em 1884 era de 1085 habitantes.

Em 1900, Monte Belo do Sul foi elevada à Vila e Distrito, sendo que ao longo do tempo teve os seguintes nomes: Linha Zamith; Montebello (1898-1945); Caturetã (1945-1949); Monte Belo (1949-1992) e, Monte Belo do Sul a partir da sua emancipação de Bento Gonçalves, em 1992.

A religiosidade e a divisão territorial em “linhas” se mesclam em Monte Belo, pois a cada linha corresponde a fundação de uma ou mais capelas: linha Zamith; Linha Pederneiras; Linha Leopoldina; Santa Bárbara; Linha Argemiro; Armênio; Fernandes Lima e Alcântara. Fig.02.



Fig.01: Monte Belo do Sul: Igreja no promontório. Fonte: Arquivos Prefeitura de Monte Belo do Sul.



Fig.02: Capela nas "linhas". Fonte: Arquivos Prefeitura de Monte Belo do Sul.

Atualmente, o município possui 2670 habitantes, sendo que a economia é baseada na vitivinicultura compondo, com outros municípios próximos, a Região do Vale dos Vinhedos (IBGE, 2020).

Além do cultivo da uva, o trabalho no município também envolve a elaboração de vinhos, espumantes e licores. Todo processo é desenvolvido pelos próprios familiares, responsáveis pelo cultivo, colheita e elaboração dos vinhos e espumantes. Atualmente são ao total doze vinícolas cujos produtos são elaborados exclusivamente com uvas cultivadas em Monte Belo do Sul.

8.1.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura de Monte Belo do Sul. Ver fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo Monte Belo do Sul. A visita e levantamento ocorreu em 22, 23 e 24 de setembro de 2017.

8.1.2.1 A fundação e localização da praça:

Em 1889, foi criada a Paróquia de São Francisco de Assis. Em frente à Paróquia, foi estabelecido um amplo espaço aberto mantido ao longo dos anos para as manifestações e encontros religiosos. As primeiras imagens da praça, nos arquivos da Prefeitura, mostram a primeira Igreja e um campanário em torre isolada. O espaço aberto à frente da Igreja ainda sem calçamento, mostra algumas comemorações religiosas com significativo número de pessoas ainda na primeira metade do século XX.

A igreja Matriz antiga existiu até 1955 e, no mesmo ano, iniciou-se a construção da atual Matriz, com duas torres e três sinos adquiridos em Padova, Itália, em 1920 e denominados Belina, Becker e Scalabrina (IBGE, 2020).

A fundação inicial do espaço da Praça não foi obtida. Porém, através de arquivos de imagens verifica-se que, em torno da década de 1960, já existia uma praça estruturada com

pavimentação, bancos, espelho d'água e iluminação. Contava com um desenho de caráter moderno na sua organização, sendo que os espaços principais eram para o playground e o descanso/contemplação. Fig. 05.

Através de imagens também constatamos que, além das procissões e comemorações religiosas da Matriz o espaço da Praça era e é utilizado para muitos outros eventos como a Festa da Vindima mas, ao longo dos anos, outros eventos começaram a ser sediados na praça, todos promovidos pela comunidade. Muitos deles são relacionados à cultura da uva e do vinho e a cultura do milho, como o Polentaço e o *Viene, Vivere la vita*.



Fig.03: Paróquia São Francisco de Assis antiga. Fonte: Arquivos Prefeitura de Monte Belo do Sul.



Fig.04: Paróquia São Francisco de Assis e campanário. Fonte: Arquivos Prefeitura de Monte Belo do Sul.



Fig.05: Praça José Ferlin, década de 1960. Fonte: Notari, 2010.



Fig.06: Paróquia São Francisco de Assis.
Fonte: Autor, 2017.



Fig.07: Vindima Praça José Ferlin, s/d. Fonte: Prefeitura de M.Belo do Sul.

8.1.2.2 Características da população usuária:

A origem populacional como comentamos antes foi majoritariamente a imigrante italiana, sendo que atualmente, 70% da população se concentra na área rural do município, na produção vitivinicultora. O afluxo para o centro e praça acontece principalmente aos finais de semana, excetuando-se as datas festivas comunitárias e turísticas - momentos em que é atraído também o público externo.

Nas visitas que realizamos foi observado que alguns usuários provenientes das linhas coloniais visitam o centro e a praça nos finais de semana, aproveitando para encontrar outros da comunidade e/ou utilizar os brinquedos para as crianças e descansar. O público é variado habitualmente contando, na maior parte, com jovens, adultos e crianças.

Isso muda totalmente nos eventos de caráter turístico, onde a população local participa ativamente na promoção. Conta com grupos tradicionais da cultura italiana que se apresentam caracterizados. Neste caso, os usuários da praça se ampliam consideravelmente já que tais eventos atraem turistas de diversas origens. Monte Belo do Sul é parte do Vale dos Vinhedos que corresponde, nos dias de hoje, a importante polo turístico do Estado.

Ao mesmo tempo, em eventos religiosos a comunidade participa significativamente. Isso pode ser avaliado nas imagens de arquivo da Prefeitura e em bibliografia sobre a Paróquia São Francisco de Assis (RAZADOR, 2005); (NOTARI, 2010).

Na visita observamos grupos de jovens músicos ensaiando na praça e, através de imagens mais antigas verifica-se que o espaço tradicionalmente é utilizado para apresentações musicais. Fig.10, 11 e 12.



Fig.08: Festa da Vindima s/d. Fonte: Prefeitura de M. Belo do Sul.



Fig.09: Polentaço, 2017. Fonte: Prefeitura de M. Belo do Sul.



Fig.10: Jovens músicos em ensaio. Fonte: Autor, 2017.



Fig.11: Apresentação musical s/d
Fonte: Prefeitura de M. Belo do Sul.



Fig.12: *Nostro Natale*
Fonte: Prefeitura de M. Belo do Sul.

8.1.2.3 Vias de entorno

As vias que envolvem a praça correspondem a ruas pouco movimentadas, com pavimentação de paralelepípedos de basalto. No entorno imediato encontram-se, além da igreja, edificações comerciais de pequeno porte (bares cafés, lojas), uma agência de banco e residências unifamiliares.

As vias de entorno são onde ocorrem as procissões e desfiles tanto religiosos como turístico-tradicionais.

O ponto mais alto da cidade é justamente a praça e a Matriz. Esta última encontra-se em um promontório circundado pelas ruas: Sagrada Família; João Salvador em continuidade com R. Imigrante Ernesto Berselli. Fig. 01.

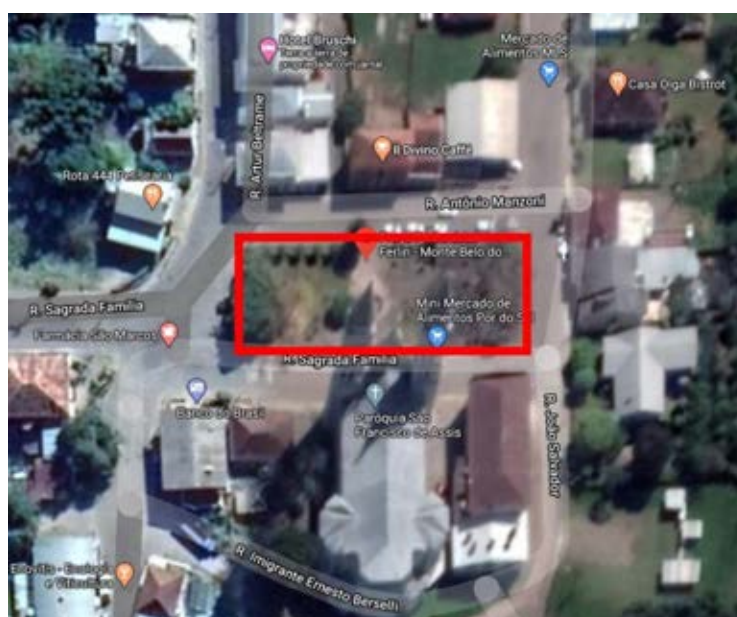


Fig.13: Praça Padre J. Ferlin, Monte Belo do Sul, RS.
Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

8.1.2.4 Pontos de interesse do entorno

A igreja assume o protagonismo no entorno da praça assim como também impacta no seu traçado interno: os principais caminhos na praça conduzem para a Matriz.

O salão paroquial é outro ponto de interesse, pois é o local onde boa parte dos eventos ocorrem abrigando banquetes e feiras de produtos locais em continuidade dos eventos que ocorrem nos ambientes da praça. Fig. 15.

Outras edificações de caráter histórico compõe o entorno imediato, contudo, não são tombadas. Uma delas é o casarão que abriga atualmente uma cafeteria e se encontra simetricamente em oposição à Matriz. Trata-se de um casarão com características ecléticas construído em 1938 e restaurado. Fig. 16.

Uma antiga prensa de uvas está colocada na esquina das Ruas Antônio Manzoni e João Salvador. Ela marca o espaço público com a memória da economia colonial. É um atrativo turístico junto da praça. Fig.14.

O entorno imediato da praça ainda conta com banco, residências unifamiliares, pequeno comércio e serviços. Configura-se em área de uso misto que favorece o fluxo de pessoas e promove, para além do turismo e eventos, a permanência e uso da praça.



Fig.14: Prensa de uvas no entorno. Fonte: Autor, 2017.



Fig.15: Salão Paroquial. Fonte: Autor, 2017.



Fig.16: Casarão. Cafeteria. Fonte: Autor, 2017.

8.1.2.5 Praça, população e eventos

As festas do município integram a igreja, o salão paroquial, as ruas e a praça. Este grupo de espaços é, na realidade, fundamental para a organização das atividades e dos elementos voláteis ou itinerantes (toldos, palcos, barraquinhas, equipamentos de som e outros) necessários para a organização das festas.

Os eventos tradicionais, religiosos ou relativos à colonização, atraem um significativo número de pessoas, tanto locais como turistas – a cidade integra, como comentamos, chamado “Vale dos Vinhedos” região reconhecida, junto a outros municípios próximos, pela produção vitivinícola no país. Assim, a população externa se faz presente nesses eventos na praça.

As principais comemorações são a Festa da Vindima, o Polentaço; o *Nostro Natale* e *Viene, Vivere la Vita*. São eventos que atraem expressivo número de pessoas¹⁶ e requerem, na sua organização, a instalação de stands, palcos e toldos que extrapolam o espaço da praça ocupando, como comentado, o Salão Paroquial e as ruas adjacentes. Observou-se em imagens destes eventos que elementos de mobiliário da praça são por vezes removidos para dar lugar aos itinerantes alterando o espaço. Fig. 17,18.

A última reforma da praça foi em 2006, com projeto das arquitetas Vanja Hertcert e Elizangela Sebben. As atividades organizadas na reforma são o descanso e a contemplação sob um pergolado; o playground em equipamento de múltiplos brinquedos e áreas pavimentadas abertas para uso diversificado. Uma destas áreas está sob uma árvore que promove extensa sombra. Por esta razão é bastante requisitada como estar.

A partir de imagem da praça da década de 1960, e a praça atual, podemos destacar alguns pontos:

- o caráter modernizante do projeto anterior (traçado regular e formalismo gráfico); a praça atual abre eixos amplos paralelos às vias e um diagonal (remetendo aos traçados ecléticos¹⁷); formato dos canteiros muito variados;
- a iluminação anterior era contemporânea, enquanto a atual remete a postes antigos, um falso histórico; Figura 5 e 28;
- os bancos antigos eram artesanais sem encosto; os atuais são modelo de catálogo em ferro fundido e madeira com desenho estilo “Paris” de fundições europeias¹⁸ do século XIX semelhantes à modelos ainda produzidos no Brasil nos dias de hoje; Figura 05 e 21.
- o chafariz atual se converte em ponto turístico por suas características inusitadas: água na cor vermelha sugerindo o vinho. Figuras 25 e 26.



Fig.17: Evento *Viene, Vivere la Vita*. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul. Fonte: Jornal do Comércio, 14.11.2019.



Fig.18: Evento do Polentaço na Praça. Fonte: Prefeitura Monte Belo do Sul.

¹⁶ Segundo informações de uma rádio local, mais de 6 mil pessoas participaram das comemorações da festa gastronômica *Viene Viver ela Vita* em novembro de 2019 (<https://difusora890.com.br/monte-belo-recebe-mais-de-6-mil-pessoas-no-vieni-vivere-la-vita-festival-2019/>)

¹⁷ Traçados comuns em praças no século XIX, onde o passeio e a contemplação eram os programas principais (ROBBA, MACEDO, 2010).

¹⁸ As fundições europeias tinham em seus catálogos uma série de modelos de bancos em ferro fundido e madeira (BARRADAS, 2015).



Fig.19: Retirada iluminação e instalação itinerantes na Praça. Fonte: Prefeitura Monte Belo do Sul.



Fig.20: Inserção de palco na Praça P. José Ferlin, Monte Belo do Sul. Fonte: Autor, 2017.

8.1.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça Padre José Ferlin, documentação nos arquivos da Prefeitura de Monte Belo do Sul, e bibliografia. Ver Fichamento mobiliário urbano no Anexo Monte Belo do Sul. Visita em 22, 23 e 24 de setembro de 2017.

8.1.3.1 Localização do mobiliário atual e do mobiliário urbano antigo

No caso da praça José Ferlin, não acontece a preservação do mobiliário antigo ou da fundação da praça, excetuando os marcos comemorativos - que foram realocados - e o banheiro público - que foi reformado para receber usuários cadeirantes.

Como já mencionado, identificamos através de arquivos de imagens duas praças anteriores à atual: uma, da década de 1960 e outra, provavelmente das décadas de 1980 ou 1990. Fig. 05 e 22.

Na imagem da praça dos anos 1960 havia pouca arborização e os postes de iluminação tinham desenho contemporâneo com número expressivo de unidades, o que sugere que havia boa cobertura.

A praça 1980/90 contava com bancos com encosto em madeira, de catálogo. As lixeiras eram em chapa galvanizada e a iluminação era híbrida: postes altos e postes para o pedestre. Os marcos comemorativos eram distribuídos pela praça e a área do parquinho abrangia grande parte do espaço. O espelho d'água foi suprimido entre os anos 1980 e 90 até a sua última reforma em 2006, quando é introduzido o chafariz circular no centro geométrico da praça.

Atualmente, elementos como bancos e postes de iluminação são distribuídos regularmente por todo o espaço.

Existe a separação entre a área de lazer e contemplação e a área de atividades cívicas que, a partir do projeto de 2006, é definido sobre a cobertura dos banheiros como uma espécie de coreto sem cobertura, cujas escadarias são muito utilizadas para apresentações dos corais ou de músicos. Os corais com interpretações de canções em italiano são muito populares e tradicionais na cidade com eventos competitivos. Utilizam a igreja e suas escadarias para as apresentações externas.



Fig.21: Banco atual. Fonte: Autor,2017.



Fig.22: Vista da Praça antes da reforma de 2006. Fonte: Prefeitura Monte Belo do Sul.

8.1.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

As principais atividades são a contemplação (estares e pergolado), apresentações (no coreto sobre os banheiros); equipamento de playground e usos diversos nas áreas pavimentadas como: andar de bicicleta, ensaios, apresentações de música.

Os espaços abertos e pavimentados são utilizados para apresentações em eventos com montagem de toldos e outros equipamentos interferindo significativamente na paisagem da praça. A demanda e montagem deste tipo de mobiliário mostra-se frequente no calendário anual. Interpõe-se, portanto, a previsibilidade da instalação como fontes adequadas de energia elétrica, esperas para fixação de estruturas de toldos considerando que, na praça atual estas instalações acontecem de forma adaptada.

Existe a valorização das visuais da igreja através do piso (encaminhamento) e do alinhamento das luminárias. A maior parte dos postes de iluminação contam com tomadas adaptadas de energia para instalação de equipamentos itinerantes, holofotes provisórios e iluminação decorativa.

Os marcos comemorativos e placas estão setorizados em uma única área estabelecida para esse fim.



Fig.23: Coreto sobre os banheiros: local de apresentações artísticas. Fonte: Autor,2017.



Fig.24: Coral no coreto no *Nostro Natale*. Fonte: Prefeitura de Monte Belo do Sul.

Verificamos ainda que, na instalação de equipamentos de mobiliário itinerantes é habitual a invasão de canteiros e movimentação dos bancos. Portanto, as atividades que mais interferem são as comemorações tradicionais que, devido à inserção de equipamentos, alteram parte do mobiliário existente e os espaços da praça. A alteração nesses casos não é definitivamente prejudicial, porém, deve haver a previsão em projeto deste tipo de mobiliário e o planejamento sobre o desenho da praça.

8.1.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

A Praça Padre José Ferlin foi reformada totalmente em 2006. A grande maioria dos elementos de mobiliário urbano de outros períodos não permaneceu, à exceção dos banheiros com acesso pela rua limítrofe e transformado parcialmente em uma espécie de coreto na sua cobertura.

O chafariz é o elemento central da praça, com formato circular com diâmetro de 3,90 metros e acabamento interno em mosaico cerâmico de cachos de uva. A água que esparge é colorida na cor vermelha, alusiva à produção local do vinho. A praça, a Igreja e, particularmente o chafariz, são atrativos turísticos da cidade.

A identidade urbana neste caso, tem vínculos com a dimensão social e psicossocial definidas por Valera (2014), no qual são percebidas a homogeneidade social e o estilo de vida da população local. Como parte da região produtora de uva e vinho, um dos principais eventos de Monte Belo é a Festa da Vindima que promove tradicionalmente desfiles nas ruas perimetrais e eventos na praça. O chafariz, nas suas características, reforçaria esta cultura colonial de Monte Belo. A cor da água neste caso, seria a alegoria, que é atrativo turístico justamente por esta característica. Fig. 25,26.

Os postes de rede na Praça José Ferlin seriam despercebidos pelos transeuntes pois são elementos muito comuns à inúmeras outras praças e a outros espaços urbanos. São

postes em concreto pré-moldados padronizados da concessionária, utilizados ao longo de muitas ruas e avenidas. Porém, especificamente na Praça José Ferlin, os postes receberam as cores da bandeira italiana. Conforme relatos, a iniciativa partiu de uma das administrações do município com o apoio da população. Neste caso, a dimensão social de identidade está delineada, na representação da origem imigratória italiana do grupo social.

Os postes são exemplos de mobiliário urbano que foram modificados para marcar as referências do lugar onde estão inseridos. É um caso de apropriação do mobiliário, no qual o usuário age no sentido de modificar o objeto existente para o seu desejo ou necessidade. Neste caso, o desejo de reforçar a origem e a identidade comum. Fig. 27



Fig.25: Chafariz. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul. Fonte: Autor, 2017.



Fig.26: Água / Vinho. Praça Padre José Ferlin, Monte Belo do Sul. Fonte: Autor, 2017.

Já os postes de iluminação internos da Praça e os bancos instalados são de caráter historicista, ou seja, representam um estilo não contemporâneo. Neste caso, são referentes à produção de fabricantes europeus de mobiliário urbano em ferro do século XIX, cujos desenhos são ainda reproduzidos por fabricantes no mundo, inclusive nacionais. Conforme Lagues (2012), a utilização do mobiliário decimonônico se baseia em uma imagem idealizada da cidade histórica, quando os espaços públicos assumiram importância no contexto urbano. Fig.28.

O mobiliário de catálogo, conforme Lagues (2012) é o meio mais útil da dotação de elementos de mobiliário para os espaços públicos. Contudo é muito comum que, os modelos historicistas acabem sendo escolhidos para espaços públicos recentes, como é o caso da Praça José Ferlin, sem nenhuma conexão cronológica com o contexto do sítio (LAGUNES, 2012). É provável que neste caso, a memória do período imigratório e da colonização possa estar sendo referenciado ou ainda o imaginário de cidades históricas italianas de origem. Contudo, isso não pôde ser verificado.



Fig.27: Poste de rede: apropriação. Fonte: Autor, 2017.



Fig.28: Poste iluminação: adaptações e falso histórico. Fonte: Autor, 2017.

8.1.3.4 Uso, degradação, manutenção

Os elementos de mobiliário na Praça José Ferlin têm manutenção razoável de forma geral: lixeiras com sacos plásticos; banheiros limpos; orelhão em funcionamento; brinquedos do playground funcionando.

Alguns elementos, no entanto, necessitam pontos de restauração como as infiltrações nos banheiros e a balaustrada no coreto, que apresenta a ferrugem aparente devido à degradação da alvenaria. Figura. 29.

A alteração do uso dos postes de iluminação para pontos de acesso à rede elétrica e acoplamento de refletores como já comentamos, precisaria ser repensado, inclusive em termos de segurança, visto que estes pontos de tomada são deixados à intempérie. O manejo dos postes via de regra, retirados quando ocorrem os eventos, se apresenta dificultado pelo próprio elemento que é pesado e não é projetado para ser movido com frequência. Alguns deles inclusive já apresentam alguma degradação. Fig.30.

O aspersor do chafariz não é apropriado para seu fim, e, não apresenta durabilidade.

Os elementos itinerantes são recorrentes nos eventos alterando, como comentamos antes, tanto os espaços abertos como o mobiliário preexistente. Percebe-se neste caso, que, apesar das alterações sazonais ocorrerem e, algum prejuízo puder ser detectado, as funções dos elementos de mobiliário não são inviabilizadas.

Ao mesmo tempo, observamos que a população respeita os espaços e seus elementos utilizando-os nas atividades diretas proporcionadas pelo mobiliário urbano como também

naquelas indiretas, como são os eventos, ensaios de música e outros relativos à multiplicidade de atividades que as áreas pavimentadas proporcionam.



Fig.29: Balaustrada do coreto sobre os banheiros. Ferragem aparente. Fonte: Autor, 2017.



Fig.30: Poste de iluminação: adaptado para retirada em eventos. Fonte: Autor, 2017.

8.1.4 Diagnóstico

A Praça Padre José Ferlin ao longo da sua trajetória sempre esteve vinculada à Paróquia São Francisco de Assis e suas manifestações religiosas e aos eventos tradicionais da Festa da Vindima, ao Polentaço e, mais recentemente ao *Viene viver ela vita*, que é mais um evento turístico ligado à promoção da cultura colonial italiana. Esta Praça é o espaço de todos esses festejos e conseqüentemente às suas demandas espaciais.

Neste sentido, verifica-se dois pontos significativos: o primeiro, diz respeito a organização funcional dos elementos instalados e a necessidade da inserção de itinerantes; e o segundo, da revisão do mobiliário historicista que, justamente pela sua imobilidade não é compatível com as necessidades da Praça. Isto é percebido na alteração da posição de bancos e dos postes de iluminação que sofrem alterações para retirada, adaptação de tomadas de energia e holofotes. Neste caso, poderia se justificar, sob o pavimento a instalação de rede de energia com pontos de tomada no piso. Ao mesmo tempo, postes de material mais leve e projetados para a remoção seria alternativa para as demandas dos eventos na Praça. A mesma condição se coloca para os bancos, porém, mesmo que pesados, ainda podem ser transladados sem prejuízo dos mesmos.

Elementos de proteção dos canteiros seria uma alternativa para a criação de espaços estendidos às zonas pavimentadas quando se fizesse necessário.

No que se refere ao chafariz como comentamos antes, é necessária a remoção do aspensor plástico (adaptado de chuveiro) e a instalação de bico aspensor adequado próprio de fontes e chafarizes.

Existe a necessária manutenção da alvenaria das balaustradas do coreto e a pintura com tinta resistente às intempéries. Ao mesmo tempo deve-se rever a impermeabilização do mesmo visto as infiltrações nos banheiros.

Estes últimos precisam de sinalização de feminino/masculino/cadeirante adequada e definitiva (na visita estava em papel), espelhos e luminárias externas e no teto.

Na imagem abaixo, vê-se no passeio, um acúmulo de elementos de mobiliário. Se observarmos, a posição de uma das lixeiras está dificultada dada a sua proximidade com os postes. Para esta situação sugere-se alterações em dois pontos: supressão do poste da placa de “Pare” e a fixação desta no poste de rede baseando-se na ideia de simplificação e rigor do número de objetos no espaço público. No caso das lixeiras, a escolha em catálogo ou a projeção de lixeiras com bocas voltadas para lado da Praça.



Fig.31: Aglomeração de elementos. Fonte: Autor, 2017.

Quanto ao mobiliário no qual verificamos referências identitárias como o chafariz e os postes de rede tem-se justificada a sua permanência pois, nestes casos, a própria administração local e a sua população são interessadas na promoção cultural colonial e turística. Especificamente no chafariz, poderia ser discutida a água colorida, pois o mosaico existente fica visualmente prejudicado.

8.2 Antônio Prado: Praça Garibaldi

8.2.1 Origem do núcleo urbano

Conforme Roveda (2005), a criação de Antônio Prado teria sucedido outros núcleos coloniais na Serra Gaúcha, como aqueles dos atuais municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Silveira Martins (próximo à Santa Maria).

Antônio Prado foi ocupada a partir da chegada de novos imigrantes e através da migração interna, de indivíduos vindos principalmente de Caxias do Sul. O seu território situava-se à margem direita do Rio das Antas e a nova colônia era chamada pelos seus colonos de *Paese Nuovo* (ROVEDA, 2005).

Considera-se 14 de maio de 1886, como sendo a data oficial da fundação da Colônia Antônio Prado, pois foi neste dia que o engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes o Bacharel Manuel Barata Góes enviou à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul um ofício informando as prováveis despesas para o assentamento de imigrantes na nova colônia que seria fundada em terras à margens direita do rio das Antas (ROVEDA, 2005, p.41).

Antônio Prado era um distrito de Vacaria e, em 1899, por decreto do governador do estado Dr. Julio de Castilhos, foi elevado à município autônomo. Nos primeiros anos do século XX, Antônio Prado contava com intenso comércio graças à estrada que ligava a outras cidades próximas e desenvolvia o seu comércio, indústria e serviços. A construção de uma ponte sobre o rio das Antas cuja travessia normalmente era realizada por balsa, era fundamental para o amplo desenvolvimento e ligação das cidades da região. Contudo, divergências políticas determinaram a transferência do local de instalação para o Distrito de Caxias do Sul, o que determinou de certa forma o isolamento do município. Isso só foi melhorado com o acesso por estrada em 1918, porém ainda sem a ponte sobre o rio (ROVEDA, 2005).

A ponte só seria instalada em 1965 e finalizada em 1968, no chamado Passo do Zeferino junto ao rio, depois de sessenta anos do desvio da primeira ponte. Ao mesmo tempo, o traçado da BR 116 que ligava ao centro do país não se conectava diretamente a Antônio Prado isolando a cidade do grande tráfego. Disso, resultou o isolamento e a retração no comércio e serviços locais e a conseqüente migração de habitantes para outros locais e a estagnação e a retração do seu desenvolvimento econômico (ROVEDA, 2005).

A esta situação, conforme Posenato, se deve a preservação do conjunto arquitetônico de Antônio Prado:

O relativo isolamento rodoviário de Antônio Prado foi um dos fatores que possibilitaram a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Os turistas e os peritos que passavam pela cidade, ou que visitavam o interior, encantavam-se com a beleza das velhas moradias, muitas delas de madeira, num estilo típico das construções italianas do início do século (1989, p. 9).

O traçado do núcleo urbano inicial de Antônio Prado foi projetado por técnicos da Secretaria de Obras como tantas outras vilas e cidades do Rio Grande do Sul no contexto dos princípios de planos regulares (WEIMER, 2004). Mesmo sendo uma colônia italiana e a tradição de origem dos aldeamentos europeus terem traçados diversos, ligados à extensão de rua ou de polos de crescimento, no caso de Antônio Prado o traçado de concepção regular rígida teve que sofrer alterações devido ao terreno acidentado. Em alguns pontos, portanto, a malha ortogonal teve que ser modificada para alinhamentos sinuosos e para vencer a topografia acidentada (CABRAL, 2012).



Fig.32: Levantamento Cadastral 2012 de Antônio Prado.
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Antônio Prado apud CABRAL, 2012, p.71.

O núcleo urbano relaciona-se visualmente com o espaço rural circundante, e as suas edificações mantém a homogeneidade de escala (LUZ; CESA FILHO; WAQUIL, 1989). O centro é formado por um expressivo número de edificações de uma mesma época, com unidade na linguagem arquitetônica: casas em madeira de dois pavimentos, frontão com ou sem porão em pedra. Posenato (1989) salienta que, no caso de Antônio Prado a arquitetura possuiria dois aspectos: a expressão austera e a linguagem decorativa. A primeira, segue a tradição rural italiana do despojamento e a segunda, diz respeito ao trabalho de arremate decorativo de telhados como os lambrequins e outros demais trabalhos em madeira como os torneados e fresados (POSENATO, 1989).

Como podemos observar nas Figuras 32 e 33, a Praça Garibaldi é quadra central e regular da malha urbana e, junto com a Igreja Sagrado Coração de Jesus (1891) formam conjunto ordenador do traçado (CABRAL, 2012). A escadaria da igreja avança em direção à praça e, segundo Cabral (2012, p. 71): “antigamente a avenida era interrompida nesse trecho e a ligação com o prédio religioso era direta com a praça central”. Conforme salienta Posenato (1989, p. 13), a praça central com a igreja matriz era “como foco central da vida, do comércio

e da administração urbanas, a partir da qual se sucedem ruas e avenidas paralelas e perpendiculares, definindo quadras regulares”

Ao longo das ruas perimetrais à praça foram instaladas casas em madeira com atividades residenciais de comércio e serviços que, desde 1987¹⁹ são reconhecidas como conjunto arquitetônico da colonização italiana e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Fig.33: Praça Garibaldi, Antônio Prado.
Fonte: <<https://www.google.com/maps>>

8.2.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura Municipal de Antônio Prado. Ver fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo Antônio Prado. A visita e levantamento local ocorreu em 22, 23 e 24 de junho de 2018.

8.2.2.1 A fundação e localização da praça:

A praça foi fundada na década de 1920, sofrendo remodelações ao longo dos anos, sendo prevista ainda uma requalificação para 2019²⁰.

¹⁹ Processo no Arquivo central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, no 1248 – T -87.

²⁰ Esta requalificação estava em discussão com a comunidade e escritório do IPHAN local à época de nossa visita.

Conforme imagens de arquivo correspondeu à década de 1920 a instalação dos primeiros elementos de mobiliário.

O espaço caracteriza-se pelo perímetro de casas tombadas configurando um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos da colonização italiana do país. Assim como a Praça José Ferlin de Monte Belo do Sul, a Praça Garibaldi é o espaço consolidado de eventos relacionados à cultura italiana que incidem consideravelmente no lugar quando ocorrem, à exemplo da festa gastronômica colonial da Fenamassa, conhecida regionalmente e que ocupa todo o espaço da praça com estandes.

A topografia natural da praça contava com desnível significativo entre a Avenida dos Imigrantes e Avenida Valdomiro Bocchese. Justamente no alinhamento desta última, foi construído um muro de arrimo com acesso por escadaria para a praça. Era dividida em dois setores transversalmente por uma rua: o setor seco, com grande área pavimentada para eventos cívicos e religiosos e outro com vegetação e estares (Prefeitura Municipal de Antônio Prado, s/d). Este último, possuía um traçado dos canteiros à semelhança do esquema da tríade clássica: caminhos em cruz e diagonais (eixos); estar central e passeio perimetral (ROBBA; MACEDO, 2010).

Nos anos 1960, a praça foi totalmente reformada, com a retirada de canteiros, vegetação e mobiliário e o espaço da quadra foi rebaixado permitindo acesso por todo o alinhamento da Av. Bocchese. Nesta remodelação, conforme imagens²¹, os elementos de mobiliário presentes são postes de iluminação e bancos em concreto (Prefeitura Municipal de Antônio Prado, s/d).

O traçado nesta remodelação é assimétrico no sentido longitudinal; centraliza um largo com pedestal de bandeiras e chafariz e faz ampla área gramada próxima à Av. Valdomiro Bocchese.



Fig.34: Área da futura Praça Garibaldi na década 1900. Fonte: Prefeitura de Antônio Prado.



Fig.35: Praça Garibaldi, década de 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, s/d.

²¹ As imagens a que nos referimos neste trecho são do trabalho da Prefeitura Municipal de Antônio Prado sobre a evolução da Praça Garibaldi produzido para a aprovação pela população de Antônio Prado no período de discussão da requalificação da Praça. A autora Arquiteta Raquel Carpeggiani Cabral, funcionária da Prefeitura, referência o conjunto de imagens como de arquivos do Projeto Memória; Acervo do IPHAN e rede social “Nossas Memórias”.



Fig.36: Praça Garibaldi, década de 1950. Divisão em área pavimentada (eventos) e área de vegetação (estar). Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, 2018.



Fig.37: Traçado Praça Garibaldi, década de 1960. Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, s/d.

8.2.2.2 Características da população usuária:

A população usuária é predominantemente da comunidade local e de cidades próximas. Os finais de tarde e fins de semana são os períodos mais frequentados.

Por ocasião dos eventos, a população pode variar significativamente: segundo levantamento da Prefeitura Municipal de Antônio Prado sobre fluxos de temporada, o evento da Fenamassa que tem duração de duas semanas chega a atrair em torno de 25 mil pessoas.

Salientamos, contudo, que este é o maior evento que ocorre na Praça. Outros como o *Nostro Natale* e a Feira do Livro são eventos de menor abrangência e, portanto, número menor de participantes.

Segundo ainda a Prefeitura Municipal, Antônio Prado recebe em média 700 turistas por mês sendo que os meses com maior número são aqueles de férias escolares. Considerando-se esse número e a importância do conjunto arquitetônico do envoltório da Praça, podemos afirmar que o fluxo de usuários externos ao município é significativo.

Como a praça conta com visuais importantes para a contemplação das edificações tombadas do entorno, é um espaço muito utilizado pelos turistas.

Em visita a Praça, verificamos também que existe afluência relevante de habitantes das cidades próximas como Nova Roma e Ipê, principalmente nos finais de semana. Segundo esses usuários, eles vêm para “passear e sair da rotina da sua cidade” e aproveitam a praça pelo menos duas vezes ao mês.

Outros usuários utilizam principalmente os brinquedos do playground para seus filhos em finais de semana.

Há ainda aqueles que utilizam os espaços da praça para sentar e conversar com os amigos diariamente (este grupo é na sua grande maioria de aposentados) e destacam eventos como a Fenamassa, o *Nostro Natale* e as “mateadas”. Reclamam que muitas vezes precisam

trazer cadeiras de praia para fazer aproximação e que as lojas do entorno não deveriam fechar nos fins de semana, pois devem atender aos turistas.

Existem também grupos de usuários típicos do lugar: os alcoólicos habituais e os expositores de orgânicos.

O primeiro grupo tem seu espaço definido por um grupo de bancos sob a sombra de árvores e, conforme usuários de outros grupos não “incomodam”.

Já o segundo, participa de um programa da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS) e da Prefeitura que promovem a feira orgânica no espaço central da Praça uma vez por semana com barracas construídas e mantidas por estes órgãos. Os expositores estão satisfeitos com a localização na Praça, pois além de ser um lugar central, eles alegam a satisfação pessoal com relação à atividade pois a maior parte das pessoas se conhece: “é tudo gente de casa”.

8.2.2.3 Vias de entorno

As vias do entorno da Praça Garibaldi são Av. Valdomiro Bochese; Rua Luisa Bochese; Av. dos Imigrantes e Rua Francisco Marcantônio.

O volume de tráfego maior é na Av. Valdomiro Bochese que liga a cidade às principais estradas: RS 437 e ERS 122. A segunda via com maior tráfego é a da Av. dos Imigrantes que liga o Moinho Nordeste (trigo) e um moinho histórico (milho): o Moinho Francescatto. Além destes pontos de atração, é juntamente em frente à praça que se encontra a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus construída em 1891 e é um elemento ordenador da cidade. Um aspecto da relação deste edificação com a via dos Imigrantes é que a sua escadaria termina diretamente sobre a via em uma reminiscência de antiga conformação da Praça Garibaldi onde havia a ligação direta com a Igreja interrompendo a continuidade da Av. dos Imigrantes (CABRAL, 2012).

As outras duas ruas possuem pouco tráfego e contam com estacionamentos oblíquos ao longo da praça.

8.2.2.4 Pontos de interesse do entorno

A Igreja Matriz e o conjunto de casas tombadas do entorno são os principais atrativos do local. Como já foi comentado, o fluxo de turistas aumentou principalmente a partir do Processo de Tombamento do IPHAE para o centro histórico, que conta com importante conjunto de casas típicas da imigração. As principais atividades no envoltório da Praça para além da Igreja, a Prefeitura e secretaria de Turismo; uma casa de memória, o escritório do IPHAN local, comércio diversificado, artesanato e serviços.

Conforme Posenato (1989, p. 15), Antônio Prado “apresenta um acervo rico em elementos das várias expressões arquitetônicas da sociedade de imigração italiana, tanto as peculiares como as aculturadas”. Se sucedem alinhados os chalés em madeira transpostos da cultura

arquitetônica italiana com seus lambrequins (rendilhados de madeira nas bordas dos telhados) que foram conservados de tal modo ao longo dos anos que, possibilitaram o tombamento como conjunto, como paisagem que retrata o passado histórico imigrantista de Antônio Prado. Este é o principal atrativo, e a Praça integra esse conjunto tombado.

O Moinho Nordeste no prolongamento da Av. dos Imigrantes é um moinho em pleno funcionamento em edificação industrial histórica fundada em 1945. Sua relação com a Praça foi comentada pelo Sr. Fernando Roveda, pesquisador e promotor dos convênios de gemellagio da cidade: conta que, a partir de 1946 era realizada, sobre o espaço da Praça, a secagem do trigo. Não se obteve, contudo, maiores informações ou documentos sobre essas ações. Porém, o moinho mantém, em uma das casas tombadas junto à praça, um espaço de memória da indústria local.

8.2.2.5 Praça, população e eventos

Para Antônio Prado, a Praça Garibaldi representa, como foi exposto pelo pesquisador local Fernando Roveda, o local que marca as relações comunitárias com as cidades italianas do *gemellagio* e é considerada o coração da cidade.

Além do patrimônio arquitetônico das casas tombadas, o patrimônio imaterial se destaca, sempre ligado às tradições imigratórias italianas tais como: a culinária, o artesanato do crivo e da palha de milho. Outro aspecto local é a tradição da língua “talian” que é uma variante do dialeto do vêneto e praticada na região de Antônio Prado²² (CABRAL, 2012)

A Igreja, em toda a trajetória da praça, sempre teve papel protagonista em relação as demais atividades do entorno: os eventos religiosos historicamente sempre ocorreram na praça e vias adjacentes. Entre aquelas que até hoje acontecem estão: o Corpus Christi (com elaboração de tapetes coloridos e procissão); a Quermesse e a Festa da Gruta. Todas estas festividades se estendem à Praça Garibaldi.

Outros eventos que ocorrem no espaço da Praça são:

- a. Fenamassa: evento bianual e principal no que se refere ao afluxo de turistas; festival gastronômico em que são montados estandes e toldos que encobrem quase toda a praça;
- b. *Nostro Natale*: montagem de palcos e decoração natalina; visa difundir a cultura e história da imigração italiana e a sensibilização para o patrimônio local;
- c. Feira do Livro: anual; espaço aberto próximo às bandeiras;
- d. Aniversário da Praça: instalação de palco e shows;
- e. Reuniões periódicas da comunidade evangélica;

²² O talian é parte do Inventário da diversidade cultural da Imigração Italiana desenvolvido no projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), hoje interado ao Instituto de Memória Histórica e Cultural Disponível em: <https://www.ucs.br/site/ucs/institutos/memoria_historica_cultural/ecirs/index.html> Acesso em: 09.08.2021

- f. Ponto de encontro de grupos de RAP; encontro de carros antigos; Mateada; encontro de ciclistas;
- g. Feira de Produtos orgânicos: às sextas feiras; montagem de bancas no espaço central da Praça;

Além destes eventos, foi comentado pela funcionária municipal Karina, que a noite é habitual o encontro de jovens na Praça.

Com base nesses eventos percebe-se o quanto a Praça Garibaldi é um centro atrativo do município. Sempre convergiram no seu espaço variadas comemorações, estabelecendo a praça como lugar histórico junto com o conjunto arquitetônico tombado que a envolve.



Fig.38: Festa de Sto. Antônio em 1906. Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado.



Fig.39: Comemorações do Centenário da Imigração Italiana, 1975. Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado.



Fig.40: Fenamassa na Pça. Garibaldi, 2017. Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado.



Fig.41: Feira ecológica semanal na Pça. Garibaldi. Fonte: Autor, 2018.

8.2.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça Garibaldi, documentação nos arquivos da Prefeitura Municipal de Antônio Prado, e bibliografia. Ver Fichamento do mobiliário urbano no Anexo Antônio Prado. Visita em 22, 23, 24 de junho de 2018.

8.2.3.1 Localização do mobiliário atual e do mobiliário urbano antigo

Conforme foi possível verificar através de imagens de arquivo, a trajetória da Praça Garibaldi sofreu intervenções diversas ao longo dos anos assim como também os seus elementos de mobiliário urbano. Uma das primeiras imagens do local, em torno da década de 1900, mostra um espaço vazio sem calçamento com seus limites dados pelas edificações construídas.

Já outra imagem de 1926, a Praça está organizada com canteiros próximos a Av. Valdomiro Bochese e cujos encaminhamentos convergem para um centro circular. Neste estágio, a Praça Garibaldi era dividida em dois setores por uma rua: um, de caráter mais cívico como uma praça “seca” próxima à Igreja e outro, com caminhos e canteiros arborizados. Toda sua área foi nivelada em relação à igreja e elevada com um muro de arrimo no alinhamento da Av. Bochese. São instalados também neste período, alguns elementos de mobiliário urbano como bancos com pés em ferro fundido e ripamento em madeira no assento, contudo, a sua localização à época, não foi possível verificar. Durante a visita verificamos que os bancos atuais possuem linguagem semelhante a estes primeiros. Fig. 42, 43, 44.



Fig.42: Praça Garibaldi em 1926: arrimo, encaminhamentos, mobiliário.
Fonte: Prefeitura Municipal de A. Prado.



Fig.43: Praça Garibaldi em 1950: vista do setor área “seca” e rua dividindo setores.
Fonte: Prefeitura Municipal de A. Prado.

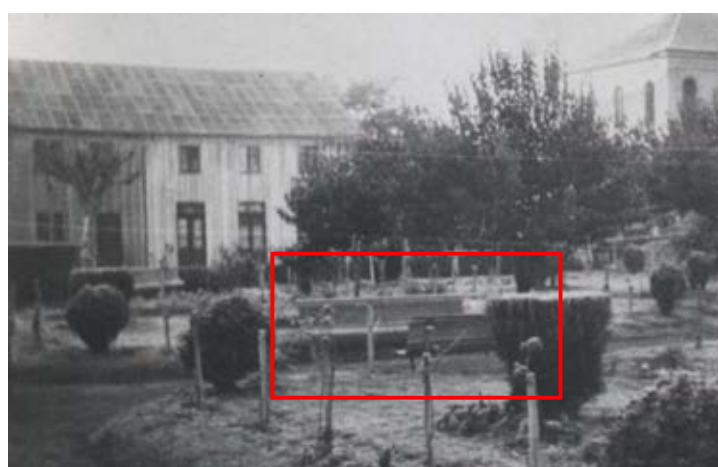


Fig.44: Ampliação de imagem com os primeiros bancos. Década de 1920. Fonte: Acervo Projeto Memória CIBRAP (Círculo Cultural Ítalo-Brasileiro).

Em 1960, todos os elementos da Praça foram retirados e ela sofreu uma remodelação significativa: o arrimo foi removido e a Praça foi nivelada com a Av. Bochese e a rua existente entre setores da praça foi retirada. O espaço da rua foi transformado em um largo com a instalação de uma base para bandeiras e um chafariz, ambos com formato quadrado. O mobiliário também foi modificado: os bancos instalados eram então em concreto pré-moldado e as luminárias para pedestre transmitiam a linguagem dos anos 60, com hastes lisas em concreto pré-moldado e bulbos de aço e vidro. A instalação das luminárias aconteceu nos limites de canteiros e ao longo dos caminhos e calçadas.

Atualmente, por ocasião da nossa pesquisa no local, percebemos que as luminárias internas foram adaptadas: se manteve a haste em concreto e inseriu-se novas cúpulas no topo, tipo esferas de vidro. Estes modelos são de dois tipos: simples (um ponto de luz); triplo (3 pontos) ou quádruplo (4 pontos). Encontramos também ao longo das calçadas luminárias de LED que, segundo funcionários da Prefeitura, fariam parte da primeira fase de requalificação da Praça Garibaldi que estava sendo aprovada pela comunidade para o próximo ano. Outro tipo de luminária interna da Praça seriam as altas triplas, que, como o próprio nome diz, possuem maior amplitude de iluminação encontrando-se em quatro pontos da praça.



Fig.45: Praça Garibaldi em 1960: luminárias de desenho contemporâneo e bancos em concreto.
Fonte: Prefeitura Municipal de A. Prado.



Fig.46: Praça Garibaldi déc. 1960: rua suprimida no centro dá lugar a base para bandeiras.
Fonte: Prefeitura Municipal de A. Prado.

Segundo relato do pesquisador Fernando Roveda, na década de 1930, os encaminhamentos foram desenhados convergindo para o centro e neste se pretendia a instalação do Leão de San Marco, que era um monumento comum às praças da região do Vêneto na Itália. O Leão representaria “o coração da cidade”. Porém, no caso da Praça Garibaldi ele só seria instalado nos anos 2000 em inserção não centralizada.

O largo central, que substituiu a antiga rua que dividia a Praça, teve a substituição do chafariz instalado na década de 1960 por um circular, com diâmetro de 6,00 m e aspessor circular em aço inoxidável. Junto a este, existe um canteiro com plantas arbustivas que dificulta o acesso à sua borda.



Fig.47: Iluminação mais recente e parte da próxima remodelação. LED
Fonte: Autora, 2018.



Fig.48: Poste de iluminação, 2018.
Fonte: Autora, 2018.



Fig.49: Banco e instalação.
Fonte: Autora, 2018.



Fig.50: Chafariz atual.
Fonte: Autora, 2018.

Os bancos instalados estão ao longo dos encaminhamentos e nos alinhamentos das calçadas. Contudo, em algumas situações os desníveis entre canteiro e piso são limitantes a alguns usuários. Fig. 49.

Os banheiros instalados encontram-se em um dos quadrantes da praça, com acesso em desnível e cobertura verde.

8.2.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

O mobiliário da Praça Garibaldi está adequado de modo geral as atividades rotineiras no local como estar, contemplação, playground e feiras. A cidade de Antônio Prado, no entanto,

conta com os espaços da Praça para os seus eventos em que são montados: toldos, palcos e estandes.

O principal evento é a Fenamassa que prevê bianualmente um afluxo significativo de participantes, como já comentamos. Este evento organiza a inserção de elementos itinerantes de grande porte como toldos e containers sobre ruas limítrofes, os canteiros e caminhos da praça. Segundo ainda a Secretaria de Turismo do Município, além da Fenamassa, outros eventos como os já citados, também têm lugar na Praça Garibaldi. Observa-se, portanto, que são requeridas alterações frequentes de elementos da Praça como adaptações em luminárias (holofotes e instalações elétricas) e nova posição de bancos.



Fig.51: Instalação de toldos.
Fonte: Secretaria de Turismo de Antonio Prado.



Fig.52: Feira ecológica.
Fonte: Autora, 2018.



Fig.53: Fenamassa 2019.
Fonte:<https://www.fenamassa.com.br/galerias_int.php?id=281>



Fig.54: Corpus Christi: ruas com tapetes
Fonte:<https://www.antonioprado.rs.gov.br/turismo/eventos_int.php?id=129>

8.2.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

Dentre os elementos de mobiliário urbano levantados na pesquisa local, verificamos que grande parte dos elementos instalados não possuem valor histórico. Nas intervenções que aconteceram na praça ao longo da sua trajetória houve a renovação completa dos elementos de mobiliário. Verificamos que a exceção foram as hastes dos postes de iluminação

em concreto que pertenciam à remodelação de 1960 e permaneceram até hoje com a alteração das cúpulas.

A Praça Garibaldi, apesar de integrar o conjunto tombado, não foi objeto de preservação tal qual as casas do seu entorno. Contudo, é um espaço historicamente representativo do centro e parte da paisagem cultural. Como vimos, é neste espaço que ocorrem os principais eventos culturais da cidade requerendo constantes instalações de mobiliário itinerante.

Destacamos, porém, dois tipos de mobiliário urbano na praça que, por suas características denotam valor de memória ou identitário para sua população: o Leão de São Marco (mobiliário artístico) e o ponto de taxi (mobiliário de serviço).

O “Leão de San Marco” que faz parte do projeto *Leoni Nelle Piazze* (leões nas praças) das cidades de origem italiana no Rio Grande do Sul. Inaugurado em 2013, o leão é símbolo das relações entre a região do Vêneto na Itália e as cidades gaúchas. Conforme a Secretaria de Turismo e Comércio de Antônio Prado, a inserção do Leão pretendeu valorizar as comunidades italianas e vênetas e as cidades irmãs que se relacionam através de convênio chamado de *gemellaggio*²³.

O escultor italiano Enrico Pasquale produziu cinco leões para cinco cidades gaúchas (Antonio Prado; Flores da Cunha; Ilópolis; Santa Tereza e Sobradinho) obedecendo as proporções do modelo do Leão da praça de São Marcos em Veneza que é o símbolo máximo para os vênetos.

O elemento com valor simbólico para a população local, representa não só a origem comum, mas os esforços no processo de *gemellaggio* que introduz uma série de benefícios nas interações entre as populações das cidades irmãs na Itália. A identidade social urbana é destacada pela dimensão social deste objeto que invoca as relações imigratórias, mas também a dimensão temporal, na memória das relações socioambientais da cidade e que cultiva, historicamente, as tradições através das comemorações. O Leão de San Marco de Antonio Prado é também um atrativo turístico que pontua o espaço público da Praça.

O ponto de taxi por sua vez é uma estrutura leve em madeira com cobertura de telha de barro. O que marca a identidade, para além dos materiais utilizados, é a inserção do lambrequim²⁴ em um espelhamento com as casas em madeira tombadas do entorno da praça. Fig. 56,57,58. Os lambrequins em Antonio Prado são arremates recortados em madeira com aspecto de rendilhado que fazem acabamentos de forros e beirais. São acabamentos que

²³ Gemellaggio é um acordo entre cidades ou países distantes uns dos outros mas que possuem origens comuns e pontos comuns que se identificam. Este acordo promove intercâmbios, acordos de cooperação, e trocas culturais. Antonio Prado possui convenio de gemellaggio com as cidades de Cavaion Veronese (Província de Verona) e Rotzo (Província de Vicenza). Ver Prefeitura de Antonio Prado – Secretaria de Turismo. Acesso em: <<https://www.antonioprado.rs.gov.br/>>

²⁴ O lambrequim é um ornamento feito em madeira que, em repetição, produz um efeito de um rendilhado em beirais de telhados. Tem origem europeia e a função inicial era o escoamento da água como o da pingadeira. Quanto mais trabalhados, mais abundada era a família proprietária da residência. (FONTES, 2005) Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/168>>

desde a fundação da cidade são realizados por artesãos especializados que reproduzem a cultura arquitetônica colonial. Em pesquisa nos arquivos da Prefeitura, verificamos que os lambrequins no passado já fizeram parte de outros elementos de mobiliário, como estandes de feiras em eventos na praça.

O ponto de taxi é um mobiliário urbano com padrões de microarquitetura²⁵ que, nesse caso, mantém a linguagem da arquitetura colonial italiana do seu entorno imediato.



Fig.55: Leão de São Marco: marca as relações de *gemellagio*.
Fonte: Autora, 2018.



Fig.56: Lambrequins no ponto de taxi: reflexos da arquitetura colonial.
Fonte: Autora, 2018.



Fig.57: Casa com lambrequins em A. Prado.
Fonte: IPHAN, 2009.



Fig.58: Lambrequins em estandes na Praça Garibaldi.s/d.
Fonte: Secretaria de Comércio e Turismo de A. Prado.

²⁵ Josep Serra distingue objetos como quiosques ou elementos de maior dimensão como microarquitetura destacando-os do termo tradicional de mobiliário urbano para os demais objetos no espaço público (SERRA, 1996).

8.2.3.4 Uso, degradação, manutenção

A Praça Garibaldi encontra-se com manutenção razoável. Alguns elementos de mobiliário apresentam problemas diversos em algumas unidades como pode ser visto no Anexo do Fichamento de Mobiliário Urbano de Antônio Prado.

Salientamos que, como está prevista nova requalificação da Praça é provável que muitos desses elementos venham a ser substituídos.

Considerando a utilização da Praça para eventos diversos, verificamos que algumas das luminárias baixas (simples, triplas) foram alteradas para a adaptação de refletores. Essa alteração deve ser repensada, possivelmente para um objeto único que congregue as duas possibilidades de iluminação. Além disso, a inserção de pontos de iluminação de forma geral deverá ser planejada de modo que se admita a sua supressão ou alteração, quando for demandado em função do evento.



Fig.59: Lixeiras
Fonte: Autor, 2018.



Fig.60: Banco
Fonte: Autor, 2018.



Fig.61: Adaptação de refletores
Fonte: Autor, 2018.



Fig.62: Feira do livro. s/d.
Fonte: Secretaria de Comercio e Turismo de A. Prado.

O impacto que as comemorações geram para a Praça Garibaldi devem ser estudadas a fim de que se faça a eleição de mobiliário urbano ou até mesmo o projeto de design do mobiliário visando mais de um uso. Além disso, o mobiliário itinerante que é instalado frequentemente poderá também ser objeto de estudo com vistas à previsão de esperas no piso e instalações elétricas adequadas.

8.2.4 Diagnóstico

A Praça Garibaldi como vimos, faz parte de um conjunto histórico tombado representativo da imigração italiana no sul do Brasil. Os eventos no espaço da praça demonstram que a cultura colonial é difundida e comemorada.

Ao mesmo tempo, a comunidade de Antônio Prado para além da sua arquitetura muito bem preservada, possui um rico patrimônio cultural à exemplo do artesanato colonial e da língua do talian.

Os convênios de *gemellagio* foram celebrados pela comunidade e buscam promover relações entre cidades italianas e Antônio Prado. Isso teve reflexo na Praça Garibaldi com a instalação do Leão de São Marco que pontua os laços com cidades-irmãs e, recorda a origem, a memória e a identidade comum.

O ponto de taxi por outro lado, é uma microarquitetura artesanal em madeira que faz referência a arquitetura colonial da cidade através do material utilizado e dos lambrequins.

Mantém, portanto, a identidade colonial na praça devendo ser pesquisada sua permanência e requalificação junto à comunidade.

Sendo a Praça Garibaldi local de eventos diversos e expressivo fluxo de visitantes como vimos, seria fundamental a revisão dos elementos de mobiliário para dar espaço às comemorações. A iluminação tanto no sentido da sua abrangência e tratamento cênico como os tipos de elementos (luminárias) deveriam ser objeto de estudo minucioso. Ao mesmo tempo, verifica-se necessário rever a rede elétrica de modo que viabilize estruturalmente e com segurança para receber novos equipamentos e mobiliário itinerante.

Sugere-se, neste caso, estudo de rede embutida no piso conjugada com pontos de iluminação.

A posição dos bancos deve ser revista para que não haja impedimentos ou riscos no acesso. Além disso, elementos leves e que possibilitem alteração de lugar seria o mais indicado para a praça.

9. GRUPO 3: Núcleos imigratórios açorianos

9.1 Taquari: Praça da Matriz

9.1.1 Origem do núcleo urbano

O Governo Português a partir de 1750 inicia um plano de imigração subsidiada de açorianos e madeirenses como estratégia de ocupação e defesa do território do atual Rio Grande do Sul. O Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha marca o início desta ocupação, com Portugal devolvendo a Colônia de Sacramento à Espanha e recebendo os Sete Povos da Missões²⁶ (ROCCA, 2009).

Conforme Rocca (2009), O Tratado de Madri foi importante por marcar a atuação de profissionais nos territórios coloniais, a exemplo dos engenheiros militares que demarcavam limites, produziam cartografia e colaboravam na elaboração de planos de traçados de núcleos urbanos.

Os primeiros povoadores de São José de Taquari provinham de Porto Alegre e eram aqueles assentados irregularmente na sesmaria de Jerônimo de Ornelas. Segundo Pimentel (1949), em 1760 chegaram sete casais que se estabeleceram no local. A seguir, em 1764, chegaram mais 14 casais. O Cel. José Custódio de Sá Faria recebeu ordens de acomodar os casais fundando a povoação. Neste mesmo ano era edificada a Capela de São José.

Em 1765 Taquari recebe a licença para se tornar Paróquia e construir a sua Igreja. Rocca (2009), coloca que Taquari é relevante na história do urbanismo colonial por se conhecer o desenho do seu projeto de assentamento inicial com data de 1767²⁷. Foi elaborado pelo engenheiro militar Manuel Vieira Leitão. O engenheiro agrimensor Alexandre José Montanha realizaria a demarcação das terras dos açorianos, que receberiam meia légua de frente por meia légua de fundos (PIMENTEL, 1949). Figura 01

Rocca (2009) coloca que o Governo Geral da Coroa Portuguesa considerava fundamental o controle do Rio Taquari por sua proximidade com Rio Pardo que era a fronteira oeste naquele período.

O assentamento localizou-se na margem esquerda do Rio Taquari, na altura da desembocadura do arroio Tingueté, num barranco que impedia a ocupação ao longo da orla. A topografia em dois níveis, um planalto e uma ribeira, incidiu na estruturação de dois setores, distantes entre si dois quilômetros: uma cidade baixa e uma cidade alta. Na parte alta, há uma lagoa que foi, até o início do século XX, lugar das lavadeiras (ROCCA, 2009, p. 509).

²⁶ Os assentamentos eram chamados: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio).

²⁷ A planta do núcleo inicial projetado encontra-se no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro (ROCCA, 2009, p. 508).

A cidade baixa, portuária configurou-se de modo espontâneo. Já a cidade alta é aquela de caráter institucional e planejada. Eram partes independentes, porém complementares que se moldaram em uma malha reticular (ROCCA, 2009).

No projeto da Villa de São José, a praça principal corresponde a união de dois quarteirões da malha urbana e, no seu entorno está posicionada a igreja, a casa da futura Câmara e Cadeia e a casa do vigário. Ainda há nesta planta uma segunda praça menor em que consta “Praça para o pelourinho” (ROCCA, 2009); (REIS, 2000, p.233). Figura 01

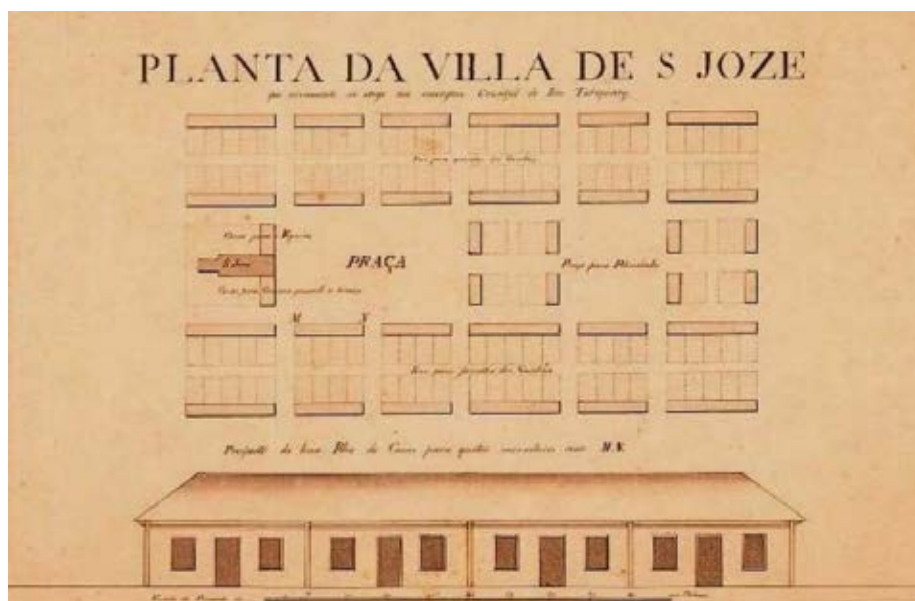


Fig. 01: Planta da Vila de S. José. Original: Arquivo Histórico do Exército/RJ.
Fonte: Reis, 2000, p. 233.

Como podemos observar, as unidades de habitação previstas eram tipo casas em fita. Esta tipologia referia-se a casas de porta e janela comuns nos Açores. Houve na implantação deste projeto modificações significativas como a supressão da praça menor e a conformação de quarteirões sem as passagens de servidão. Rocca (2009) salienta que o dimensionamento da malha do projeto foi mantido. Acrescenta ainda que, o espaço reservado para a praça, como era de uso público, servia para guardar gado utilizando para isso cercados e porteira como podemos ver em imagem de arquivos. Fig. 03

A Igreja Matriz foi erguida em 1768 na mesma posição estabelecida pelo projeto de Manuel Vieira Leitão. No outro extremo da praça seria construída a primeira Casa de Câmara e a Capela do Império do Espírito Santo, comum as tradições religiosas e culturais das ilhas dos Açores. A devoção do Divino Espírito Santo marcou a religiosidade e a identidade açoriana propagando-se com a imigração. As capela de devoção marcaram muitos núcleos urbanos no Brasil. No caso de Taquari, na capela todos poderiam participar das

comemorações. No período colonial os negros eram impossibilitados de assistir as celebrações na Matriz frequentavam a Capela do Império. Esta existiu junto à Praça da Matriz até a década de 1970. Figura. 07

A açorianidade da cidade de Taquari é verificada por Rocca (2009) através dos seguintes parâmetros:

- a. Sociodemográfico: os primeiros povoadores eram casais das ilhas dos Açores;
- b. Sociocultural: existência da Capela do Império;
- c. Urbanístico: a cidade baixa com distribuição linear e perpendicular ao rio, sem organizar quarteirões remete às freguesias açorianas. A cidade alta (onde se localiza a Praça) associa-se mais a urbanística portuguesa e ao urbanismo erudito;
- d. Tipológico: as casas remetem às características das casas açorianas;

A cidade conta com um Inventário de Bens Imóveis elaborado pela Prefeitura Municipal. Muitos desses imóveis estão localizados no entorno imediato da Praça da Matriz.

Em 1849, Taquari era elevada à categoria de Vila e é também o ano da emancipação do município de Triunfo.

A economia local foi marcada pela produção do trigo e precursora no Estado da produção de frutas cítricas como a laranja e o limão. A partir dos anos 1990 a produção de laranjas sofreu com o chamado cancro cítrico que acabou por prejudicar o protagonismo do município neste tipo de produção no estado.

9.1.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura Municipal de Taquari. Ver fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo Taquari. A visita e levantamento ocorreu em 11, 12 e 13 de outubro de 2019.

9.1.2.1 A fundação e localização da praça:

Como vimos antes, a localização da Praça estava prevista desde o projeto do núcleo da povoação. Contudo, o espaço planejado para a praça só seria efetivamente projetado em 1903. Antes disso, chegou a ser utilizado como curral para gado no final do século XIX. Conforme bibliografia, a Praça era denominada Praça São José (FARIA, 1981). Já em imagens relativas aos anos seguintes visualiza-se um espaço intensamente arborizado.

Em 1903, o engenheiro Alphonse Dinis Herbert (1852-1925)²⁸, filho de emigrados franceses, elabora o projeto da Praça da Matriz de Taquari. Ele organiza a praça a partir de um traçado “romântico-clássico” (ROBBA e MACEDO, 2010) no qual divide o espaço em

²⁸ Herbert estudou engenharia na França e Alemanha e foi também autor do projeto da Biblioteca Pública de Porto Alegre (WEIMER,2004).

quadrantes por caminhos-eixos que se conectam aos alinhamentos da quadra. Nesses limites, planeja o cercamento da praça com muros baixos de alvenaria compostos com gradis em ferro e portões, previstos nos eixos e nas esquinas. Dentro dos quadrantes, são traçados caminhos mais orgânicos e estreitos que os eixos principais fazendo conexões diversas. O centro geométrico da Praça é tratado como uma elipse no pavimento, onde partem os eixos e as principais visuais. No centro da elipse, está desenhado o que parece ser um coreto. Figura 02

Não se conhece a data da implantação do projeto de Herbert, mas é provável que tenha sido nas primeiras décadas do século XX. A essa época, o espaço da Praça se chamava Jardim Barreto Viana.

Em 2010, a Praça da Matriz foi reformada. Porém o traçado original permanece em quase toda a sua totalidade. Foram inseridos nesta reforma os atuais banheiros públicos que estão abaixo do nível da praça.

Os arcos, no círculo central e a instalação de mobiliário urbano em alvenaria de tijolo é a principal transformação desta reforma.

A Prefeitura Municipal e a sede do jornal O Taquaryense (segundo jornal mais antigo do estado), são instituições presentes no envoltório da Praça nos dias atuais. Historicamente existiram a sede da Câmara, a Intendência que foi também sede do Jornal Açoriano que são edificações inventariadas pelo município. Figuras 16 e 17.

Além destes edifícios, algumas das casas térreas no alinhamento também fazem parte do inventário municipal e destacam-se pelas características tipológicas das casas típicas açorianas (ROCCA, 2009).

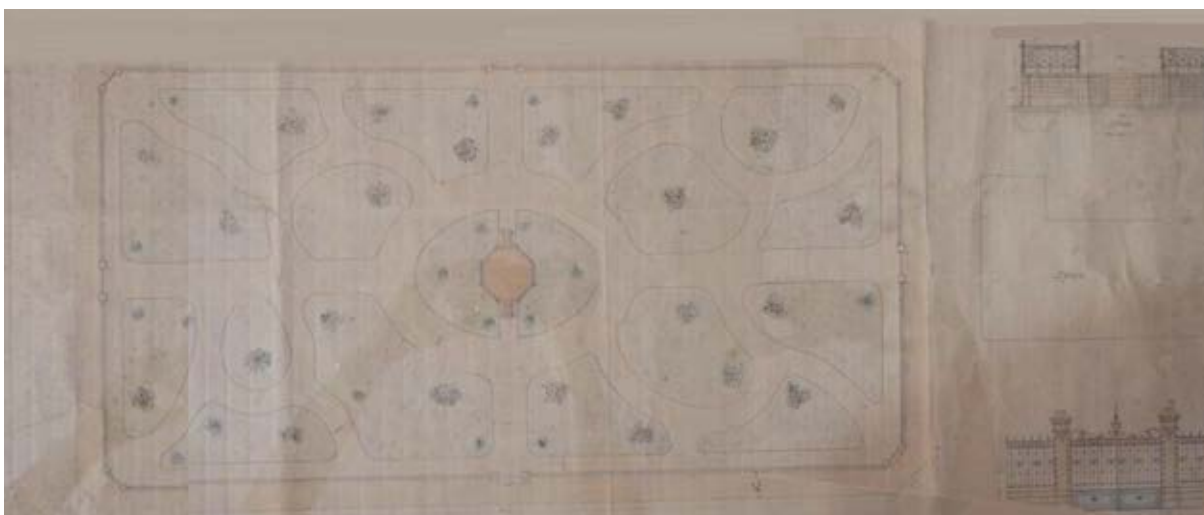


Fig. 02: Planta do Jardim Barreto Viana (Praça da Matriz).
Fonte: Original: Arquivo da Biblioteca Municipal de Taquari.

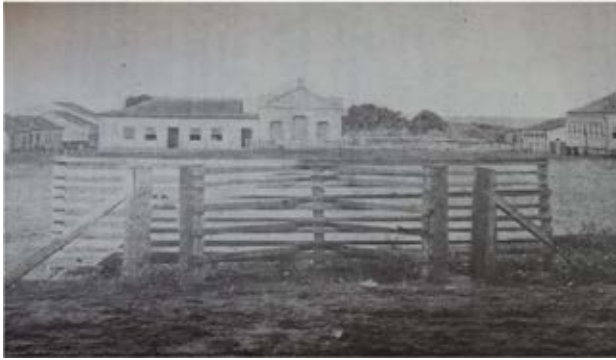


Fig. 03: Praça São José em 1884. Potreiro. Ao fundo, a Capela do Divino Espírito Santo.
Fonte: FARIA, 1981.



Fig.04: Praça S. José arborizada s/d (atual Praça da Matriz)
Fonte: Faria, 1981.

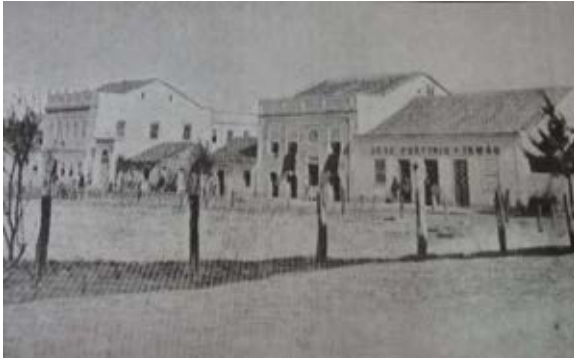


Fig.05: Praça S. José e vista para a Intendência Municipal na esquerda.
Fonte: Faria, 1981.



Fig. 06: “Jardim Barreto Viana”. Traçado do projeto original. De A. Herbert. Fonte: Faria, 1981.



Fig. 07: Praça da Matriz. Ao fundo a capela do Divino e a antiga Câmara.
Fonte: Costa e Silva. 1972.



Fig. 08: Vista encaminhamento Praça atual.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 09: Vista centro Praça da Matriz.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.2.2 Características da população usuária:

A formação do povoamento de Taquari, pelos casais açorianos ainda no século XVIII, somou-se a indivíduos de outras origens ao longo da sua trajetória. A população africana e seus descendentes e a de outros europeus, como alemães também contribuíram para a ocupação da região do Vale do Taquari.

As festas religiosas católicas eram as principais festividades da população açoriana que tinham lugar na Igreja São José, tais como a festa do padroeiro e a do Divino Espírito Santo na capela junto à Praça.

Mais recentemente, destacam-se também as comemorações de Corpus Christi, com os tapetes coloridos montados nas ruas do entorno imediato e o Natal Açoriano, que foi transferido para a Lagoa Armênia e tem repercussão regional.

Na Praça da Matriz observamos que o fluxo de pessoas é significativo por aqueles que usam a Praça como passagem para outros lugares no centro e, aqueles indivíduos que recorrem aos edifícios do entorno e a Igreja Matriz.

Representa lugar de descanso para quem está no centro e até mesmo de passagem.

Possui movimento reduzido durante a semana conforme relato dos funcionários da Prefeitura. Neste período, são comuns os transeuntes, os que esperam para serem atendidos na Prefeitura e aqueles que buscam descanso e sombra.

Durante os fins de semana observamos um fluxo maior de pessoas entre adultos que buscam descanso, contemplação e caminhada bem como jovens e pais, que trazem as crianças para andar de bicicleta. Não observamos idosos na praça durante a visita. Figuras 10 e 11.

Nos fins de semana é instalada, junto à uma das calçadas, uma van que vende lanches. Funciona sempre à noite e coloca cadeiras leves sobre a calçada da praça. Por causa disso, os jovens recorrem mais à noite.



Fig. 10: Jovens descansando.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 11: Jovens descansando, pais e criança com bicicleta.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.2.3 Vias de entorno

As ruas de entorno da Praça da Matriz são: David Canabarro; Sete de Setembro; Osvaldo Arranha e Pedro Michel. O fluxo de veículos é médio, sendo todas asfaltadas.

As ruas Sete de Setembro e Osvaldo Aranha são aquelas que estão no maior comprimento da quadra e que contam com estacionamento oblíquo para carros e motos. As esquinas da Rua Osvaldo Aranha avançam em relação ao leito da rua estreitando-a nesses pontos com passagem de pedestres. Ver Anexo Planta Pça. Da Matriz.

Em todas as esquinas estão colocados rebaixos para cadeirantes e, nas vagas de estacionamento, estão previstas vagas para idosos. Figuras 13 e 14.



Fig. 12: Situação Praça da Matriz e ruas do entorno.

Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place>>



Fig. 13: Rebaixo cadeirantes e faixa.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 14: Estacionamento oblíquo na via.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.2.4 Pontos de interesse do entorno

A Igreja de São José corresponde ao principal edifício do entorno por seu papel religioso junto à comunidade e significado histórico. Começou a ser erguida em 1768 em estilo Barroco. Ainda antes, quando existia apenas uma capela no local, o Governo Português enviou uma imagem de São José para ser orago padroeiro. A atual igreja ainda abriga a imagem. Sua torre só foi ampliada em 1900 (Jornal “O Informativo do Vale”, 08.05.2016). Figura 15.

A igreja, contudo, apesar de estar inventariada pelo município não é protegida por órgãos de patrimônio.

Outras edificações inventariadas pela municipalidade se encontram também junto à praça: a antiga Casa de Câmara e atual sede do Jornal “O Fato”; a antiga Intendência; o Museu da Cultura Açoriana e casas unifamiliares. Figuras 16, 17, 18, 19 e 20.

O jornal “O Taquaryense” possui seus bens móveis inventariados pelo IPHAE e permanece editando seu jornal em prensa original. É considerado um dos jornais centenários do país e o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul²⁹.

Outros pontos de interesse por suas atividades institucionais seriam a Prefeitura de Taquari, os Correios e bancos.

²⁹ Tombamento dos Bens Móveis e integrados do Jornal Taquaryense: Processo n.º 000794-1100/11-9; Portaria 075/2013; IPHAE.



Fig. 15: Igreja Matriz de São José.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 16: Antiga Casa de Câmara e atual jornal "O Fato"..
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 17: Antiga Intendência e jornal O Açoriano.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 18: Residência unifamiliar inventariada.
Fonte: Inventário de Bens Imóveis de Taquari.
Prefeitura Municipal de Taquari, s/d.



Fig. 19: Residência unifamiliar inventariada.
Fonte: Autor, 2019.



Fig. 20: Museu da Cultura Açoriana (Casa inventariada)
Fonte: Autor, 2019.

9.1.2.5 Praça, população e eventos

A Praça da Matriz é um espaço tradicional da cidade. Porém, a Lagoa Armênia - que está muito próxima da praça – assumiu ao longo dos últimos anos a maior parte dos festejos que aconteciam no local tais como: o Natal Açoriano e a Festa de Reis. Segundo a Secretaria de Turismo de Taquari, em função disso a Praça da Matriz se estabeleceu mais como um ponto de contemplação e descanso para a comunidade e também ponto de encontro para rotas turísticas.

Conforme a Prefeitura, dois eventos importantes para a cidade ocorrem na Praça: a Semana Santa, em que ela é decorada com motivos de Páscoa e o Corpus Christi, em que acontece a procissão sobre tapetes de serragem coloridos elaborados pela comunidade nas vias do entorno. Figura 22.



Fig. 21: Feira na Praça s/d
Fonte: <https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>



Fig. 22: Tapetes coloridos na Praça s/d
Fonte: <https://www.taquari.rs.gov.br/turismo/visualizar/id/1003/?praca-da-matriz.html>

9.1.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça da Matriz, documentação nos arquivos da Prefeitura de Taquari, e bibliografia. Ver Fichamento mobiliário urbano no Anexo Taquari. Visita em 11, 12 e 13 de outubro de 2019.

9.1.3.1 Localização do mobiliário atual e do mobiliário urbano antigo

As imagens da praça na bibliografia mostram que o Jardim Barreto Viana e a seguir, a chamada Praça da Matriz, teria a inserção de bancos posterior a ampliação da torre da Igreja que teve início em 1906. Como mostra o projeto de Herbert ainda de 1903, ele havia previsto somente um coreto, que em imagens do Jardim Barreto Viana não teria sido construído.

No livro “São José de Taquari: a história de minha terra” de Riograndino da Costa e Silva (1972) a imagem da praça que o autor chama de “aspecto atual” mostra, instalados, bancos pré-moldados em concreto ao longo do passeio. Figura 23.

Não conseguimos detectar outros tipos de elementos de mobiliário neste período. Contudo verificamos, através de outras imagens de arquivos da Prefeitura que os pergolados em dois acessos da Praça e os bancos Boni precedem a reforma de 2010.

Os bancos que chamamos aqui de “Boni” correspondem à bancos projetados originalmente para o antigo Auditório Araújo Viana (no local da atual Assembleia Legislativa do Estado) pelo engenheiro italiano Armando Boni (1886-1946)³⁰. Não é possível afirmar que, com a desocupação do espaço do auditório, os seus bancos tenham sido distribuídos pelo Estado. No entanto, sabemos que o engenheiro Boni continuou a reproduzir o seu modelo durante alguns anos e, possivelmente por um motivo, existem exemplares em Taquari. Especificamente, esses bancos, são os únicos com encosto e encontram-se, na sua maioria, no espaço central da Praça da Matriz.

A reforma de 2010 produziu mobiliário urbano artesanal na Praça da Matriz, ou seja, produziu-os no próprio local com alvenaria de tijolo deixada à vista e laje de concreto. A linguagem, portanto, da maioria dos elementos como: bancos, suporte de luminárias, arcos, suporte para lixeiras e floreiras mantém conexão devido aos materiais com que foram produzidos.

Diferente dos bancos Boni, que apesar do peso próprio pode ser transferido de lugar, os bancos em alvenaria e todos os outros mobiliários instalados na reforma de 2010 não podem ser trasladados.

Ainda nos canteiros, pontuam elementos comemorativos como totens com placas de bronze a exemplo daquele que registra a visita do Presidente do Governo Regional dos Açores em 1986 e chamado “Reencontro com as origens” ou de homenagem como o busto do General Canabarro (herói Farroupilha) combinado com suporte às bandeiras.

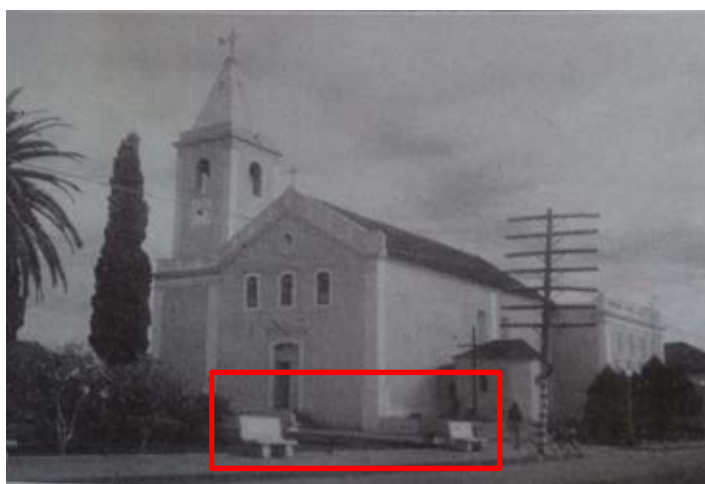


Fig.23: Praça da Matriz. Os bancos sobre o passeio em concreto pré-moldado. s/data. Fonte: Riograndino da Costa e Silva., 1972.

³⁰ Boni foi autor de obras como o “Palacinho”, residência oficial do Vice-Governador do estado; o edifício da Livraria do Globo e do Cemitério São Miguel e Almas (WEIMER, 2004).



Fig.24: Banco Boni em imagem anterior à reforma.
Fonte: <https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>



Fig.25: Banco Boni.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.26: Lixeiras sobre base de laje e alvenaria.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.27: Bancos em laje e alvenaria.
Fonte: Autor, 2019.

Os quatro arcos em alvenaria possuem duas funções: a de marcar o espaço central da praça e servir de suporte para iluminação. A forma adotada é o desenho de um arco abatido, típico das edificações coloniais portuguesas e açorianas. De forma semelhante correspondem os bancos nas esquinas com floreiras: servem para sentar e são barreira para esses locais. Fig.28 e 29.



Fig.28: Arco e luminária.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.29: Esquinas com bancos e floreiras: barreiras.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

A principal atividade da praça é o descanso e a contemplação. Os usuários são aqueles que passam pelos caminhos da Praça em trânsito; cidadãos que recorrem à Prefeitura e funcionários e visitantes da Igreja Matriz, que é o principal atrativo de devoção, histórico-arquitetônico e turístico.

Nos fins de semana passeios de pais e filhos pequenos para andar de bicicleta foram observados, bem como caminhantes de prática física.

Os bancos são bem utilizados. Tanto os antigos (Boni) como os em alvenaria sendo que os primeiros são preferidos por causa do encosto.

As lixeiras são variadas, observando-se que existem as aramadas com base em alvenaria e as de fibra de vidro com cores vibrantes (laranja e azul).

A população usuária organiza cadeiras de praia para sentarem-se em grupo, demonstrando a imobilidade dos bancos existentes.

Em imagem de arquivo sem data definida, mas possivelmente entre os anos 1970-80, observamos duas situações em que o mobiliário servia também de suporte para outros fins: o banco como meio para propaganda e o pergolado com adaptação de iluminação. Atualmente, estas duas situações foram alteradas: nos bancos porque não existe mais o modelo em concreto e, no pergolado, foram suprimidos os suportes de iluminação com ganho de austeridade para esse mobiliário. Fig. 30



Fig.30: Pergolado com luminárias adaptadas e banco com propaganda.
Fonte: <https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>

9.1.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

Na visita observamos que não haviam elementos de mobiliário que foram em algum nível apropriados pela população. Na remodelação da Praça de 2010 houve a inserção, no mobiliário urbano, de elementos que remetem à colonização açoriana do passado através do que podemos chamar de detalhes aplicados. Exemplos disso são os arcos construídos com curvatura semelhante à algumas edificações açorianas e a aplicação do azulejo, que neste caso refere-se mais amplamente à arte decorativa portuguesa e açoriana.

Quando perguntados sobre a aplicação dos azulejos sobre o mobiliário, os usuários comentaram que acreditam que foram colocados a fim de lembrar a origem açoriana do município. A aplicação de azulejos está nos arcos, na base de lixeiras e nas floreiras. Figuras 32 e 35.

Na realidade, os azulejos utilizados em edificações nos Açores eram importados até meados do século XIX, quando teve início a sua fabricação na Vila da Lagoa na Ilha de São Miguel. Antes disso, os azulejos eram aplicados principalmente nas edificações religiosas daquelas ilhas (CÂMARA, CARVALHO, 2015). Figura 31. No caso do mobiliário da Praça foram instaladas unidades de azulejo sobre a alvenaria de modo pontual sem similaridade com a forma tradicional de aplicação açoriana.

Os arcos com azulejos são em quatro, no centro da praça. São arcos do tipo abatidos em referência aos de mesmo tipo utilizados nas edificações históricas inventariadas pelo município. Algumas dessas edificações estão no entorno da praça a exemplo da Igreja São José e do atual museu da cidade que abrigou a antiga Estação de Telégrafo.

A pavimentação da Praça em pedra portuguesa na remodelação e o marco da visita do Presidente do Governo dos Açores em 1986, demonstram que havia a intenção no projeto e no poder público municipal da lembrança da origem do núcleo inicial de Taquari na Praça da Matriz. Figura 33.

O desenho do mobiliário urbano seria discutível em uma série de questões, entre elas o rigor³¹ e a ergonomia, que extrapolariam o foco deste trabalho. Entretanto, não podemos deixar de assinalar que houve, nesta remodelação, a intenção de pontuar a lembrança da origem étnica fundadora do núcleo inicial. A identidade espacial urbana, neste caso, é marcada principalmente pela dimensão temporal de uma origem comum.

O mobiliário com valor histórico não pôde ser verificado, ainda que os pergolados necessitem ter sua origem levantada. Contudo, as características do mobiliário projetado em 2010, remetem a origem da fundação açoriana do município sendo reconhecidas por seus usuários.

³¹ Mârius Quintana Creus (1996) define o rigor junto a racionalidade no sentido do abandono do protagonismo do designer e a economia de meios ao se fazer uma intervenção; fazer o possível para uma simplificação dos elementos urbanos; explicar o máximo com o mínimo.



Fig.31: Antigo Convento da Caloura com fachada azulejada C. 1684. Ilha de São Miguel dos Açores.
Fonte: Foto de Rosário S. de Carvalho. Câmara e Carvalho, 2015.



Fig.32: Aplicação no arco.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.33: Pavimentação em pedra portuguesa.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.34: "Reencontro com as origens: placa comemorativa."
Fonte: Autor, 2019.

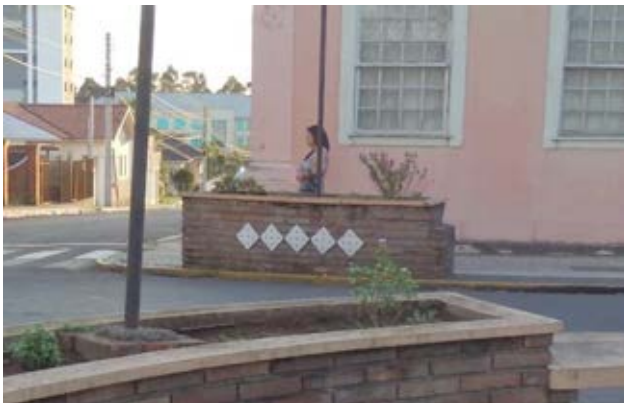


Fig.35: Aplicação de azulejos em floreiras;
Fonte: Autor, 2019.



Fig.36: Pergolado.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.3.4 Uso, degradação, manutenção

Como comentamos antes, a remodelação da praça inseriu um conjunto de mobiliário urbano construído artesanalmente no local utilizando materiais como o tijolo maciço e o concreto. O princípio da concepção coloca esses materiais como base onde se inserem as luminárias tanto em arcos como isoladas e bases para as lixeiras e bancos. Tais bases apresentam-se robustas já que são construídas em alvenaria e acabam por acumular sujeira sobre suas lajes.

Os bancos estão com a pintura como um todo degradada. As bases em alvenaria estão na sua maioria integras, no entanto se percebe a ação da umidade e a falta de limpeza. Em uma das esquinas, um dos bancos colapsou.

O mesmo acontece com as bases das lixeiras, sendo que os suportes em aço e a chapa perfurada do recipiente sofre muita deformação. Existem ainda, as lixeiras em fibra de vidro e suporte em aço que não mantém a mesma linguagem do conjunto de mobiliário. Além disso, é dificultado o esvaziamento e não possibilita a colocação de saco de lixo.

Os banheiros estão fechados com gradil impossibilitando o acesso.

Os pergolados que marcam os acessos no sentido longitudinal da praça contam com iluminação adaptada de holofote em alguns apoios e problemas com fiação exposta.

De maneira inapropriada, uma van que vende lanches estaciona na via e se utiliza da energia do quadro de distribuição da praça para ligação privada. Ao mesmo tempo, distribui cadeiras plásticas no passeio durante a permanência do negócio interferindo na passagem de pedestres.



Fig.37: Base luminária.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.38: Pergolado com ligação de energia.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.39: Banco colapsado.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.40: Acesso aos banheiros.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.41: Bases sem manutenção.
Fonte: Autor, 2019.



Fig.42: Van de lanches com ligação na CD da Praça.
Fonte: Autor, 2019.

9.1.4 Diagnóstico

O espaço da atual Praça da Matriz estava presente desde o projeto do núcleo inicial de São José de Taquari. O primeiro projeto, de Alphonse Herbert de 1903 chamado a época de Jardim Barreto Viana foi executado na primeira metade do século XX sem data precisa. Com a construção de passeio e instalação de mobiliário urbano na Lagoa Armênia, a Prefeitura transferiu alguns dos eventos tradicionais que aconteciam na Praça da Matriz como o Natal Açoriano e a Festa de Reis. Nos dias de hoje, a Praça configura-se como espaço de passagem e descanso no centro da cidade.

Os edifícios históricos do entorno são inventariados pela municipalidade. Contudo, não estão protegidos legalmente apesar de representarem a arquitetura açoriana e portuguesa do período colonial. A antiga Intendência e antiga sede do jornal O Açoriano está visivelmente degradado, sob risco de colapso.

Vimos que a Capela do Divino Espírito Santo que existia até a década de 1970 junto à Praça reforça a identidade açoriana de Taquari e impõe, junto a religiosidade dos colonizadores e a Igreja de São José a importância do espaço ao longo do tempo.

A Praça atualmente sofre com problemas de manutenção do mobiliário como: a pintura; a renovação de lixeiras; a reavaliação do uso de banheiros; a reposição de luminárias e a revisão de instalação elétrica nos pergolados. A utilização de rede pública para conexão da van de lanches é uma situação irregular.

As bases em alvenaria de forma geral estão com problemas de limpeza da umidade e houve o colapso de um dos bancos de esquina. Se percebe que os problemas de manutenção do mobiliário e a consequente degradação dos mesmos são parte da manutenção ampla do espaço como um todo, inclusive da renovação e cuidado com a vegetação.

Os bancos Boni, como vimos, são elementos representativos para o Estado do Rio Grande do Sul. Devem ser mantidos e repintados. Os bancos com base de alvenaria por sua vez poderiam ser revistos, já que não contam com encosto.

As lixeiras necessitam de reavaliação, pois aquelas instaladas a partir do projeto de 2010 mostraram-se inadequadas para o uso em função das deformações que a chapa perfurada sofre. Ao mesmo tempo aquelas lixeiras em fibra, que não guardam relações formais com as do projeto, não facilitam o esvaziamento e não permitem a colocação de saco de lixo deveriam ser suprimidas. Seria recomendável que houvesse a opção da separação do lixo em diferentes recipientes.

O valor histórico do mobiliário local não foi detectado. Contudo, os usuários mencionaram as formas em arco do círculo central da praça e os azulejos aplicados como lembranças da colonização açoriana. Verifica-se, portanto, que neste caso, a identidade açoriana é referenciada. No caso da Praça da Matriz os projetos de requalificação que advirem deverão considerar tais referências sem necessariamente manter os elementos de mobiliário atuais.

Evidenciamos que, o entorno da Praça da Matriz deve ser avaliado para urgente tombamento e que a praça integre este contexto.

9.2 Piratini: Praça da República Rio-Grandense

9.2.1 Origem do núcleo urbano

A região da atual cidade de Piratini era região de tribos nômades como as pampeanas e outras de tronco linguístico Tupi-guarani.

Os colonizadores iniciais foram 48 casais açorianos vindos da Ilha de Faial, se estabelecendo no local conhecido como Capão do Piratinim (STORCHI; ROMAN, 2012).

Logo a população instalada se desenvolve graças às condições proporcionadas pelo pampa, bem melhores que as da ilha de origem.

O nome de Piratini estaria relacionado à designação do lugar por seus primeiros habitantes, os Tupi-guarani que se referiam ao rio local como Piratinim que significa um “peixe barulhento”.

A ocupação urbana vincula-se a expansão territorial portuguesa no Sul, em áreas que então pertenciam à Coroa Espanhola pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777). Militares portugueses instalaram acampamento próximos ao Rio inicialmente e, nos anos seguintes, houve a divisão de terras em sesmarias a fim de marcar a ocupação do território (STORCHI; ROMAN, 2012).

Piratini nasce na sesmaria que havia pertencido a José Antônio Alves que ficava à direita do atual arroio Batalha estendendo-se até as proximidades do Passo do Medina onde está hoje a sede do município. A sesmaria foi dividida em 48 lotes destinados a igual número de casais. Exatamente onde hoje encontra-se a cidade de Piratini eram campos de Antônio José Vieira Guimarães que ergueu a primeira casa da localidade (DUTRA, 2008). Em frente da casa de Guimarães (hoje chamada de casa de Camarinha) e, em terreno doado por ele, seria erguida a primeira capela em honra a Nossa Senhora da Conceição. Ao longo dos anos, foram se instalando pequenas casas e o local passou a ser conhecido como Capela do Piratinim ou Capela dos Casais (DUTRA, 2008). O povoado cresceu rápido e, em 1810, por Alvará do Príncipe Regente D. João foi elevado à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Piratinim ligada à Vila de Rio Grande de São Pedro. Em 1830, o Governo Imperial elevou a freguesia à categoria de Vila, desmembrando-a de Rio Grande.

A capela localizada no ponto mais alto da povoação, posteriormente deu lugar à uma igreja um pouco maior destruída em 1870 e, a seguir a Igreja Matriz.

Além dos primeiros povoadores de origem açoriana, outros grupos étnicos foram se somando como os negros incorporados por força pela escravidão bem como os alemães e italianos.

Conforme Storchi e Roman (2012), a participação na Revolução Farroupilha se deveu em parte por sua posição estratégica no território e pela participação da sua população no acolhimento aos revolucionários. Essa condição de Piratini determinaria a relevância da cidade para a Revolução bem como o seu protagonismo no período:

Com a proclamação da República Rio-Grandense (1836), a Câmara Municipal de Piratini adere ao novo regime e sob a presidência de Vicente Lucas de Oliveira declara a Província Estado Livre, Constitucional e Independente. Bento Gonçalves da Silva, que se encontrava preso no Forte do Mar em Salvador, foi eleito primeiro governador da República Rio-Grandense e Piratini escolhida para sediar sua capital (STORCHI; ROMAN, 2012).

Em 1837 Piratini era elevada à categoria de cidade e capital da República Rio-Grandense. Porém, em 1839, a capital é transferida para Caçapava e depois para Alegrete mas, em 1843 a capital retornava à Piratini com a marcha dos revolucionários para a fronteira.

Com o acordo de paz de Ponche Verde (1845), Piratini é rebaixada à categoria de vila. Contudo, o seu desenvolvimento progride com a instalação de uma escola pública para meninas já em 1846 e, em 1855, são construídas a Câmara e Cadeia Pública; em 1870 a Ponte do Império e, em 1880, a cidade inicia o funcionamento da linha telegráfica (STORCHI; ROMAN, 2012).

O traçado de Piratini apresenta-se como semi-regular, similar aos assentamentos espontâneos de origem lusa e se desenvolve a partir de uma rua principal que se caracteriza por ser um divisor de águas na direção nordeste-sudoeste (Avenida Maurício Cardoso; Avenida Gomes Jardim e Rua Bento Gonçalves) (STORCHI; ROMAN, 2012).

No traçado semi-regular, as vias são retas ou curvas, adaptando-se à topografia do terreno. De modo geral os passeios apresentam-se estreitos e os becos estão presentes.

A ocupação dos lotes se deu junto ao alinhamento frontal com testada estreita e grande profundidade sem homogeneidade no tecido urbano.

A arquitetura tradicional luso-brasileira ainda é predominante entre as edificações urbanas, com casas térreas ou sobrados, grandes telhados de elegantes curvaturas em galbo, beirais curtos, janelas em guilhotina. Algumas destas construções foram posteriormente reformadas, sendo introduzidos elementos arquitetônicos característicos do ecletismo, com platibandas decoradas, frisos, inserção de novas esquadrias, de abrir à francesa. [...] Neste conjunto ainda se destacam pelo porte, composição e estrutura, dois grandes sobrados de esquina, a casa de Camarinha e o imponente Sobrado da Dourada, além da Igreja Matriz, cujas austeras torres, com seus buzínates, dominam a paisagem (STORCHI; ROMAN, 2012).

Em Piratini encontramos importante conjunto histórico arquitetônico do estado, que se iniciou com o tombamento pelo IPHAN do Palácio do Governo Farroupilha, da Casa de Garibaldi e do Quartel General Farroupilha ainda na primeira metade do século XX. Seguem-

se os bens tombados pelo IPHAE como a antiga Cadeia; o Teatro 7 de Abril e casas e sobrados do centro histórico e município em um total de 15 bens incluindo a Ponte do Império sobre o Rio Piratini na década de 1980.

A municipalidade possui sob a sua tutela ainda outros 31 bens tombados (STORCHI; ROMAN, 2012).

O centro histórico congrega ao total 25 bens tombados.



Fig.44: Vista Esquina 20 de Setembro e R. Gen. Bento Gonçalves a partir da Praça.
Fonte: Autor, 2021.



Fig.45: Vista esquina R. Gen. Bento Gonçalves com Comendador Freitas a partir da Praça. Fonte: Autor, 2021.



Fig.46: Vista da Praça a partir da escadaria da Igreja.
Fonte: Autor, 2021.



Fig.47: Vista atrás da igreja. Casa de Camarinha.
Fonte: Autor, 2021.

9.2.2 A praça como espaço público

Análise a partir do levantamento do entorno no local, bibliografia e documentação em arquivos da Prefeitura Municipal de Piratini. Ver fichamentos do Levantamento do Entorno no Anexo Piratini. A visita e levantamento local ocorreu em 25, 26 e 27 de setembro de 2021.

9.2.2.1 A fundação e localização da praça:

A capela e a seguir a igreja de Nossa Sra. Da Conceição foram inseridas no ponto mais alto do sítio. Conforme Rocca (2009, p. 540) esta instalação determinou a formação de um aglomerado tipo “aldeia monte” que, neste caso, convergiam três vias coincidentes com as estradas de acesso e onde se conectam as travessas e becos.

A igreja se destaca na paisagem e, junto com a praça, conformam a centralidade do aglomerado. Não se conhece a data da sua fundação. Porém desde o início do assentamento havia um amplo espaço à frente da Igreja conhecido como Praça da Igreja ou Praça da

Conceição e a seguir Praça da Matriz e Praça das Alegrias (DUTRA, 2008). No período que Piratini era uma vila, a praça era um espaço aberto onde estava instalado um coreto central com altura em torno de 60 centímetros em pedra, onde músicos se apresentavam ou políticos proferiam discursos (DUTRA, 2008).



Fig.48: Igreja Matriz
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, s/d.



Fig.49: Vista da Praça a partir da escadaria da Igreja. Anos 1930. Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini.



Fig.50: Balaustrada. Praça em nível único. Anos 1930.
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, s/d.



Fig.51: Vista da Praça e Prefeitura (antiga Intendência)
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, s/d.

Somente em 1933 a administração municipal organiza a Praça, aterrando e elevando seu nível no alinhamento da Rua Gen. Bento Gonçalves com um arrimo encimado por balaustrada que percorreu todo o perímetro da Praça. Havia escadarias que a acessavam em quatro pontos: na esquina da Rua Gen. Bento Gonçalves com 20 de Setembro; à frente da Prefeitura; à frente da Igreja e na Rua 20 de Setembro. Seu espaço interno foi regularizado e ganhou bancos e ajardinamento (DUTRA, 2008). Figuras 49 a 51

Em 1935, por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha ganhou um obelisco que foi instalado no centro geométrico do espaço. A Revolução ainda era lembrança presente

para os habitantes de Piratini e, em 1956 a Praça passou a se denominar Praça da República Rio-Grandense recordando a capital da República revolucionária (DUTRA, 2008).

Em torno de 1965, foi realizada modificação estrutural no espaço da Praça com o rebaixamento do arrimo, novo nivelamento e a retirada da balaustrada.

Até os dias de hoje, a Praça da República Rio-Grandense se constitui no centro cívico e religioso da cidade. Junto a seu perímetro, além dos edifícios institucionais da Prefeitura e a antiga Cadeia, encontramos importante casario residencial e comercial.

A açorianidade da cidade, dada por seus primeiros povoadores e fundação foi estudada por Luisa Rocca (2009). Conforme a autora, existiu uma capela do Império do Espírito Santo já demolida que revelaria a presença açoriana. Além disso, a ocupação de origem espontânea e o traçado de “formação gradual e adaptado ao sítio, sem a interferência de um projeto do urbanismo erudito, e a predominância de tipos domésticos compactos e semelhantes aos do arquipélago” atestariam a açorianidade na configuração espacial (ROCCA, 2009, p. 542).

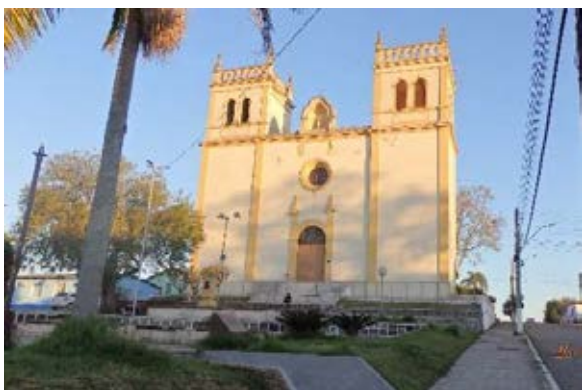


Fig.52: Vista da Praça e Igreja.
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, s/d.



Fig.53: Vista da Praça e Obelisco.
Fonte: Prefeitura Municipal de Piratini, s/d.



Fig.54: Arquitetura colonial luso-brasileira
Fonte: Autor, 2021.



Fig.55: Visual a partir da Praça da República.
Fonte: Autor, 2021.

9.2.2.2 Características da população usuária:

Na visita que ocorreu em um final de semana observamos que a população que utiliza a Praça durante o dia é diversa. Recorrem adultos para tomar chimarrão sentados nos bancos; adultos que vem passear com seus cachorros; crianças e pais para andar de skate; adultos para descanso à sombra e rodas de senhoras para conversas no fim da tarde. Este último tipo de grupo gosta de levar cadeiras de praia para ficarem mais próximas.

Depois da missa no domingo as pessoas não permanecem no local.

Os encontros em eventos são raros, sempre ligados as comemorações religiosas da Igreja, principalmente na semana das Novenas, na qual são montados estandes com artesanato e comidas.

Verificamos no período da visita pouco afluxo de usuários para as proporções da área da Praça. Inferimos que talvez isso seja devido as poucas opções de atividade no espaço, bem como a posição dos ambientes de estar que não a opção de aproximação para a conversa. Isso é atividade recorrente que é solucionada com cadeiras de praia. Figura 56

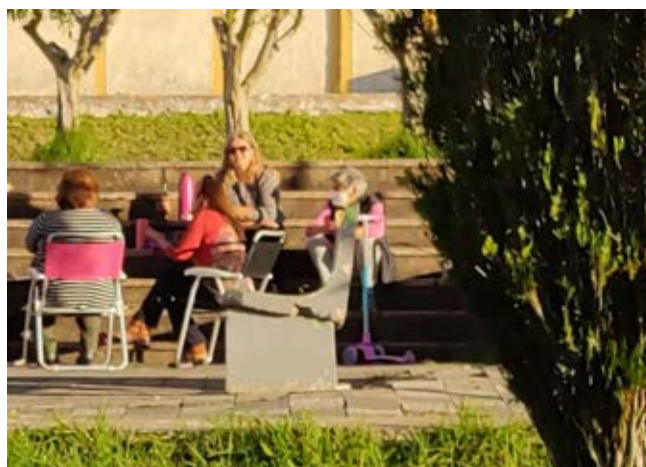


Fig.56: Roda de chimarrão com cadeiras de praia.
Fonte: Autor, 2021.

9.2.2.3 Vias de entorno

A Praça da República Rio-Grandense possui três dos seus alinhamentos delimitados por vias de tráfego médio a fraco. Na direção norte, está a Rua Gen. Bento Gonçalves que é a principal da cidade, fazendo a ligação com a RS-702. Esta possui o tráfego mais intenso mas encontra-se no lado mais estreito da quadra da praça.

A oeste está a Rua Comendador Freitas que no trecho junto a Prefeitura conta com estacionamento oblíquo e fraco movimento de veículos. A Rua Vinte de Setembro está à leste e também possui movimento fraco.

Do lado sul está a escadaria da Igreja Nossa Senhora da Conceição que determina o limite visual principal da Praça. No seu entorno imediato encontram-se canteiros com vegetação

rasteira e o limite nos fundos é dado pela Travessa Tiradentes. Justamente no trecho compreendido pela Igreja, a travessa conta com um alargamento com canteiro que proporciona importante visual para a Casa de Camarinha, a primeira casa de Piratini.



Fig. 57: Situação Praça da República Rio-Grandense e ruas do entorno.
Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place>>

9.2.2.4 Pontos de interesse do entorno

Como percebe-se a partir da Figura 43, em que está o traçado da Vila de Piratinim, percebe-se que muitas das edificações do período que tiveram representatividade ao longo da história da cidade estão instaladas no entorno imediato ou próximo da Praça da República. Muitas delas foram tombadas ainda no século XX pelo IPHAE e Municipalidade. São elas:

- a. Igreja N. S. da Conceição: construída entre 1840 e 1854 projetada por arquiteto italiano; não tombada;
- b. Casa Gomes de Freitas: figura pública do município de Estado; casa da arquitetura luso-brasileira tombada pelo município em 1956 e pelo IPHAE em 1986.
- c. Casa do Comendador Fabião: industrial e comerciante destacado na sociedade de Piratini; casa abrigou também o poeta e escritor Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002); arquitetura eclética; tombada pelo município em 1956 e pelo IPHAE em 1986.
- d. Casa Comercial Fabião: casa com características da arquitetura luso-brasileira para fins comerciais e contígua à residência Fabião;
- e. Primeira Cadeia: nesta edificação instalou-se a primeira cadeia na Vila de Piratinim em 1832 antes que a cadeia definitiva estava em construção;

- f. Casa de Camarinha: datada sua construção em 1789, é a casa mais antiga de Piratini; residência de Antônio José Vieira Guimarães doador do terreno da Igreja N.S. da Conceição;
- g. Antigo Teatro Sete de Abril: construído em 1830 mantendo-se em funcionamento até 1845; lugar de saraus e bailes, homenagens e festas durante a Revolução Farroupilha; tombado pelo município em 1956 e pelo IPHAE em 1986.
- h. Antiga Cadeia: edificação construída em 1855 para ser cadeia, contudo este fim foi vetado por estar próximo à um templo cristão; está adaptada para residência; tombada pelo município em 1956 e pelo IPHAE em 1986.
- i. Prefeitura Municipal: antiga casa de Câmara, foi construída em 1858 e reformada em 1934 com elementos do ecletismo; no seu interior encontra-se pintura à óleo intitulada: *Alegoria do Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha*, de Hélios Seelinger (1878-1965);
- j. Beco da Dona Santa: Beco com sinuosidade e calçamento sem passeio ou meio fio, típico do período colonial luso-brasileiro (STORCHI;ROMAN, 2012); (DUTRA, 2008);

Dentro da praça, o Monumento Comemorativo ao Centenário da Primeira Capital Farroupilha (1935) destaca-se como ponto de interesse, dada a importância da Revolução e o status de capital na história do município. Trata-se, como já comentamos de um obelisco em granito rosa com placa de bronze e a efígie em baixo relevo do General Bento Gonçalves da Silva esculpida por Antônio Pastorello (1875-1968), artista francês que residia em Pelotas.



Fig.58: Casa de Camarinha.
Fonte: Autor, 2021.



Fig.59: Casa Comercial Fabião.
Fonte: Autor, 2021.

9.2.2.5 Praça, população e eventos

A Praça cívico-religiosa da República Rio-Grandense, depois da reforma de 1933, foi reformada nos anos 1970 e passou a ter vários patamares e escada entre eles. Esta organização do espaço não se mostrou agradável e segura aos usuários. Isso é reforçado por Carlos Fernando de Moura Delphin em seu parecer sobre a Praça no qual coloca que, a “série de desníveis separados por inconvenientes degraus, substituíram o plano único e contínuo da

praça, com grandes prejuízos para o conjunto arquitetônico circundante” (BRAGHIOLLI, 2009, p. 89).

Os espaços da Praça passam a ser pouco utilizados pela população, sendo que o trecho com acesso mais recorrente seria aquele próximo à Rua Gen. Bento Gonçalves que é o mais baixo e até os dias de hoje conta com a sombra das árvores.

Delphim ainda chama a atenção que, ao longo dos anos, foram inseridos um expressivo número de monumentos, “ de acordo com o espírito do confuso projeto dos anos 70, que não se integraram à sua feição inicial, rompendo com a unidade e continuidade do plano em terraço” (BRAGHIOLLI, 2009, p. 89). Esta questão é um ponto interessante, pois dada a valorização local pela memória Farroupilha, pontuar a cada centena de anos o evento impactaria de forma prejudicial. Vale lembrar que, além do obelisco do Centenário (1935) existe também o monumento do Sesquicentenário (1985). Além desses, outros marcos diversos pontuam o espaço da praça.

Na visita, observamos que a base do obelisco que conta também com um pedestal de bandeiras foi projetado para ser um espelho d’água. Contudo, toda a sua profundidade está preenchida por terra, transformando-o em um canteiro – sem flores ou qualquer vegetação. Verifica-se, portanto, um desvio de uso daquilo que foi projetado.



Fig.60: Patamares diversos na Praça.
Fonte: Autor, 2021.



Fig.61: Espaço onde deveria estar o espelho d’água com areia.
Fonte: Autor, 2021.

Para além da profunda relação com os eventos da Revolução Farroupilha, a Praça é lugar também dos festejos em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Nas noites em

que acontecem as novenas e no dia da padroeira em 08 de dezembro, a população se reúne no local para as apresentações de caráter artístico e aproveitar as bancas de comida que são instaladas na Praça (DUTRA, 2008).

9.2.3 O mobiliário urbano

A seguir análise a partir do levantamento do mobiliário da Praça Rio-Grandense, documentação nos arquivos da Prefeitura Municipal de Piratini, e bibliografia. Ver Fichamento do mobiliário urbano no Anexo de Piratini. Visita em 25, 26 e 27 de setembro de 2021.

9.2.3.1 Localização do mobiliário atual e do mobiliário urbano antigo

As imagens de arquivos da Prefeitura Municipal de Piratini indicam que, por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha em 1935 a então denominada Praça das Alegrias contava com ajardinamento com arbustos e árvores em canteiros desenhados através de vegetação rasteira. O mobiliário que podemos observar nessas imagens são o obelisco e luminárias altas com cúpulas em esfera. Os bancos, se existiram, não foram detectados. A Praça na sua primeira implantação, como já comentamos, era limitada por muro de arrimo e balaustrada em todo o seu perímetro, sendo o espaço da praça desconectado do alinhamento da Igreja através de uma rua. Com o muro de arrimo, a praça se desenvolvia em um único plano com relativa austeridade no que se refere ao seu desenho.

Não foi possível verificar a data em que houve a reforma que estabeleceu a conformação em patamares que persiste até os dias de hoje. Contudo, conforme parecer de Carlos Fernando de Moura Delphim para a Praça, este projeto teria sido executado nos anos 1970 (BRAGHIOLLI, 2009). Este parecerista do IPHAN, critica a transformação dos anos 1930 para esta mais recente, comentando que a última intervenção “não constata qualquer vantagem estética, de conforto ou mesmo de segurança para o usuário” (BRAGHIOLLI, 2009, p. 89).

Neste aspecto é pertinente colocarmos que, verificamos, por ocasião da visita, que é real o perigo para os usuários dadas as diferenças de altura dos patamares que não possuem qualquer proteção em seus desníveis.

O mobiliário presente hoje são de poucos tipos: bancos; luminárias e monumentos. Nos chamou a atenção a ausência total de lixeiras que é um mobiliário essencial em espaços públicos.

A distribuição dos bancos acontece, geralmente, junto aos limites dos canteiros que são retos formando “L”. Esta disposição ocorre tanto com os bancos em concreto tipo “soltos” como com os bancos sem encosto com base em alvenaria. Talvez por esse motivo, alguns usuários habituais da praça façam uso de suas cadeiras de praia, na intenção de formar grupos de conversa.

Os postes de iluminação interna não possuem critério claro de inserção.

Importa salientar que a posição da Praça possibilita importantes visuais do entorno histórico urbano que, como já comentamos, possui valor histórico atribuído e tombado.



Fig.62: Bancos lineares sem encosto disposição em "L".
Fonte: Autor, 2021.



Fig.63: Bancos soltos com disposição em "L".
Fonte: Autor, 2021.



Fig.64: Visual a partir da Praça (R. Vinte de Setembro)
Fonte: Autor, 2021.



Fig.65: Visual a partir da Praça (R. B. Gonçalves)
Fonte: Autor, 2021.

9.2.3.2 Uso do mobiliário e as atividades

A Praça da República Rio-Grandense é uma praça de caráter cívico-religiosa. As suas atividades principais são o descanso e a contemplação. No centro do espaço é onde se encontra o marco simbólico do Centenário da Revolução Farroupilha de 1935 que é muito visitado por turistas.

As novenas e a comemoração da Padroeira N. S. da Conceição são efetivamente as comemorações de calendário na Praça. Os relatos de funcionários da Prefeitura e de usuários dão conta da instalação de estandes de venda de lanches nestas comemorações, contudo não obtivemos imagens.

Na visita, observamos adultos e idosos descansando bem como algumas crianças andando de skate (1) e outras correndo em brincadeiras (3). As rodas de conversa e chimarrão e caminhadas com cães também foram observadas. O final da tarde é o turno preferencial para essas atividades.

9.2.3.3 Valor histórico, de memória e identitário

A Praça da República conforme comentamos, foi objeto de parecer do IPHAN elaborado pelo Arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim no qual ele estabeleceu os limites das intervenções no local (BRAGHIOLLI, 2009). O parecer se concentra essencialmente no espaço da Praça não distinguindo qualquer elemento de mobiliário urbano no sentido da preservação ou tombamento. Contudo, argumenta que, em sítios protegidos, como é o caso do centro histórico de Piratini, “as operações de manutenção e conservação tem prioridade sobre as de restauração; as operações de restauração têm prioridade sobre as de inovação e desenvolvimento” (BRAGHIOLLI, 2009, p. 91).

Ainda como o parecer coloca, os monumentos existentes na Praça deverão ser reduzidos ao mínimo, “tolerando-se apenas aqueles que tenham um valor substancial para a história Farroupilha, que é o caso do obelisco do centenário da revolução” (BRAGHIOLLI, 2009, p. 90).

Observa-se que a origem açoriana de Piratini ou as suas referências não estão representadas no espaço da Praça. O centro histórico onde a praça está localizada conta com vários elementos da arquitetura luso-portuguesa que é a maior representação da identidade de origem local. A Revolução, contudo, se sobrepõe à memória da origem imigratória percebida nas narrativas históricas dos museus, significação das casas dos personagens farroupilhas e no monumento ao Centenário na Praça da República Rio-Grandense.

A identidade açoriana se verifica mais claramente nas comemorações religiosas que tem lugar na Praça do que propriamente nos elementos do mobiliário do local.

9.2.3.4 Uso, degradação, manutenção

O mobiliário urbano da Praça bem como o calçamento e demais elementos, possuem manutenção precária de modo geral.

Tanto os bancos em concreto como os lineares sem encosto em algumas das suas unidades estão com pontos de ferragem exposta e desgaste na pintura. Entre os bancos em concreto soltos percebe-se apoios (pés) deslocados e/ou virados. O acesso em alguns pontos é comprometido por causa do piso em mal estado.

As luminárias são de três tipos: com cúpula esférica e haste em ferro; com lâmpadas dispostas em “pétalas” LED e um poste adaptado com holofotes.

Aquelas que contam com cúpula estão com péssima manutenção, precisando de reparos na pintura, cúpulas quebradas, ausência de lâmpadas e, em algumas unidades, fiação exposta. Na estrutura da praça não possuem critério para sua inserção.

O poste adaptado tem o propósito de iluminar a fachada da Igreja. Mas a adaptação dos holofotes não está adequada, foi feita de modo artesanal com fiação exposta o que causa risco.



Fig.66: Bancos com apoios modificados.
Fonte: Autor, 2021.



Fig.67: Degradação na pintura.
Fonte: Autor, 2021.

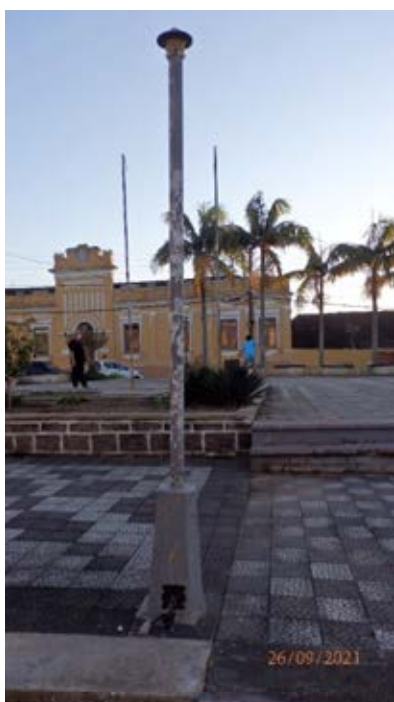


Fig.68; 69 e 70: Luminárias na Praça: problemas com fiação e degradação.
Fonte: Autor, 2021.

9.2.4 Diagnóstico

No parecer de Carlos Delphim para o IPHAN, consta que o compromisso prioritário seria com a preservação de um sítio de valor histórico que se configura como entorno de monumentos protegidos pelo tombamento como é o caso do centro histórico. Desta forma é colocado que, a preservação do espaço e dos valores históricos e ambientais deverão prevalecer sobre inovações (BRAGHIOLLI, 2009). Nesse sentido, o parecerista defende que os eixos visuais e a visibilidade do conjunto do entorno tombado deverá ser preservada.

Como comentamos antes, não constatamos nenhum mobiliário urbano de valor histórico, de memória ou identitário no espaço da Praça, excetuando o obelisco do Centenário e o marco do sesquicentenário. Contudo, Delphim defende que, tão somente o obelisco deveria ser preservado, na crítica ao número de monumentos instalados (BRAGHIOLLI,

2009). Na visita podemos constatar que realmente havia pelo menos nove marcos ou monumentos além do obelisco, instalados por entidades diversas. Ainda há de se considerar que, a grande maioria, são de altura reduzida o que pode representar risco ao usuário caminhante. Devemos concordar, portanto com o parecerista quando ele recomenda a transferência desses elementos para outro lugar, preservando a austeridade e a visibilidade que a praça deve proporcionar.

Os bancos deveriam ser revistos, pois como foi apurado, a demanda de seus usuários sugere que a alternativa da formação de grupos de estar seria a adequada.

O sistema de iluminação da mesma forma deveria ser revisto. As luminárias de cúpula estão com problemas de manutenção e deveria ser revisto o critério de inserção a fim de privilegiar zonas de estar de maneira adequada.

A iluminação da Igreja deve ser melhorada, e, considerando as visualidades, suprimir-se os holofotes, prevendo a iluminação embutida no piso ao longo das paredes, de modo a criar impacto sobre a arquitetura da Matriz que se impõe sobre o território de Piratini.

O obelisco está bem preservado e também poderia contar com iluminação de mesmo tipo, já que é o principal monumento com valor histórico e representativo da Revolução. Neste caso, a restauração do espelho d'água deverá ser discutida com a comunidade pois valorizaria o conjunto do obelisco e o pedestal das bandeiras através do seu reflexo e poderá proporcionar a distinção do obelisco com luzes embutidas no próprio espelho d'água.

Constatamos a imperiosa necessidade de instalação de lixeiras na Praça. Neste sentido, sugerimos a escolha de conjuntos para lixo orgânico e reciclável que integrem, esteticamente, um sistema de mobiliário urbano junto aos demais elementos de mobiliário que devem ser substituídos por alguns elementos mais leves prevendo a movimentação no caso dos bancos e adequada iluminação interna do espaço da praça.

As referências de origem imigratória na Praça da República Rio-Grandense não foram identificadas no mobiliário, mas estão representadas no traçado urbano do seu entorno tombado cuja arquitetura luso brasileira é plenamente contemplada através das suas privilegiadas visuais. Desta forma, o mobiliário não deve interferir nas visuais buscando sempre a sintonia com os demais elementos e o entorno imediato.

Considerações Finais

A análise das praças deste estudo foi planejada em grupos definidos pela origem imigratória a fim de estudar separadamente esses grupos e verificar possíveis associações relativas ao mobiliário urbano.

No Grupo 1, apesar das praças derivarem de núcleos coloniais semelhantes se apresentam diferentes sob muitos aspectos. A Praça Concórdia de Ivoti se originou adjacente a picada que ligava as propriedades e mesmo outros núcleos urbanos. Foi totalmente reformada nos anos 1990 e conta com manutenção satisfatória e fluxo de usuários significativo principalmente para o uso dos equipamentos de ginástica. Já a Praça do Imigrante em São Leopoldo foi localizada no traçado inicial da cidade mantendo conexão direta com o Rio do Sinos que é um dos seus limites. Foi espaço público com trajetória marcada por importantes celebrações da memória da colonização alemã no município e no estado. Contudo, em função principalmente da sua localização conflituada no acesso principal da cidade e a instalação do dique de contenção junto ao rio, sofreu o abandono do espaço pela redução de acesso de usuários. Consequentemente, o seu mobiliário urbano, mesmo com elementos que se destacam em termos de valor histórico, de memória e de identidade sofreram a degradação principalmente pela falta de uso e manutenção.

As praças do Grupo 1, no entanto, ainda são espaços em que convergem algumas poucas comemorações da colonização, demandando alguns dos seus elementos de mobiliário nestas ocasiões. A salvaguarda do mobiliário urbano de memória como é o caso do Monumento ao Imigrante e, alguns outros elementos desta praça comentados no diagnóstico, se apresenta urgente em face da progressiva degradação.

As praças de cidades de origem colonial italiana como Monte Belo do Sul e Antônio Prado do Grupo 2 se destacaram por seus elementos de mobiliário com valor de memória e identitário. Ambas as praças possuem vínculo estreito com as suas igrejas e as comemorações religiosas, diretamente vinculadas à cultura de origem. Ao mesmo tempo ambas promovem regularmente em seus espaços as comemorações da economia colonial como a Vindima e o Polentaço em Monte Belo e a Fenamassa em Antônio Prado com importante fluxo de pessoas. A partir disso, esses eventos se convergem em atrações turísticas que induzem a instalação do mobiliário urbano itinerante que acaba por interferir com o mobiliário preexistente. Ao mesmo tempo o uso frequente do espaço para essas comemorações se mostra por outro lado, um fator de preservação do próprio espaço e dos valores de memória e identidade. Em termos do mobiliário, esses valores podem ser exemplificados com o chafariz da Praça José Ferlin e seu mosaico de uvas e com o ponto de táxi da Praça Garibaldi com o seu lambrequim. No que se refere às cidades do Grupo 3, de colonização açoriana, verificamos que as referências de origem nas suas praças apresentam-se heterogêneas. Enquanto em Taquari na Praça da Matriz foram projetados elementos de mobiliário urbano com aplicações de

azulejos que denotariam a origem colonial da cidade, em Piratini, na Praça da República Rio-Grandense, como o próprio nome se refere, associa o espaço ao fato da cidade ter sido capital da Revolução Farroupilha. Nesta última, não podemos verificar qualquer elemento de mobiliário com valores de memória ou identidade com a colonização. Contudo, o obelisco do Centenário da Revolução é um elemento de valor histórico na praça indicado a ser preservado por parecerista do IPHAN.

A apropriação do mobiliário pela população foi verificada em alguns casos no sentido da preservação do objeto ou no intuito de marcar a identidade. Estes casos foram respectivamente o banco antigo na Praça do Imigrante, os quais foram pintados pela população e os postes de rede em Monte Belo do Sul pintados com as cores da bandeira italiana.

A seguir, os diagnósticos das praças identificaram os problemas no mobiliário urbano e indicaram as possíveis soluções para os casos específicos. Contudo, podem vir a contribuir com casos semelhantes em outras praças considerando a abordagem de valores de memória e de identidade.

Um dos aspectos que podemos destacar neste estudo como um todo, foi a ausência de legislação de mobiliário urbano. Nenhuma das cidades pesquisadas possui diretrizes para instalação e manutenção do mobiliário. Considerando-se que, a maioria destas praças se inserem em centros históricos, contando inclusive com conjuntos arquitetônicos tombados impõe-se que, a ausência de políticas de planejamento desses espaços se mostra preocupante. Como vimos neste estudo, a pertinência e novas inserções de mobiliário urbano deveriam ser objeto de estudos, legislação e discussões com a comunidade.

A legislação a ser proposta deverá considerar estudos sobre a trajetória e uso do espaço e o mobiliário a ser preservado considerando os valores históricos/artísticos, de memória e identitários.

Um exemplo muito evidente da ausência de legislação é a instalação sem critério de marcos comemorativos de entidades públicas e de sociedades benemerentes nas praças em geral. Diferente de um monumento, banco ou lixeiras cuja pertinência é justificada por sua função ou valor histórico/artístico, os marcos representam muitas vezes sociedades restritas e pontuam o espaço da praça passando ao largo do rigor com que deveria ser observada a curadoria do espaço.

Observamos que o uso frequente do mobiliário e os eventos promovem, não só, a qualidade do espaço mas também a sua preservação. Fica evidente ainda que, através de políticas públicas e de ações da própria comunidade se acaba por transformar as praças em espaços com identidade e vivos.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9283: **Mobiliário urbano**. Rio de Janeiro, 1986.

ALMEIDA, Davi. **História do município de Piratini**: Roteiro histórico e sentimental. Piratini: Gráfica CEAJ, 1988.

BARRADAS, Sílvia. **A produção do mobiliário urbano de fundição em Portugal**: 1850-1920. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2015. Tese de Doutorado.

BRAGHIROLI, Angelo C. S. (org.). Paisagens do Sul: pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: IPHAN: IPHAE, 2009.

BRANDÃO, Pedro. **A identidade dos lugares e a sua representação coletiva**. Lisboa: Europress, 2008.

CABRAL, Raquel C. **Desafios da preservação**: o entorno dos bens tombados de Antônio Prado. Rio de Janeiro, 2012. IPHAN (Dissertação de Mestrado).

COELHO, Luiz A. L.(org.), Conceitos –chave em design. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.

COSTA E SILVA, Riograndino da. **São José de Taquari**: a história da minha terra. Porto Alegre: Ed. Flama, 1972.

CREUS, M. Espacios, Muebles y Elementos Urbanos. In: SERRA, Josep. **Elementos urbanos, mobiliário y microarquitectura**. Barcelona: Gustavo Gili, p. 6-14, 1996.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2002.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

DUTRA, Iracema F. **História e Memória de Piratini**: em seus bairros, ruas, praças e avenidas. Porto Alegre: Ed. Do Autor, 2008.

FARIA, Otávio A. de. Monografia do Município de Taquari. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

FONTOURA, João Paulo da. **São José de Tebiquary**: um jorro de luz sobre o passado do município de Taquari. São Leopoldo: Estação Gráfica, s/d.

GATTI, Simone. **Espaços públicos**: diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**. Barcelona: Reverté, 2013.

GOERCK, Balduino. **Taquari após retorno a vida democrática no Brasil em 1947**: Legislação, fatos relevantes, curiosos e pitorescos. Lageado: Fortgraf, 2009.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/monte-belo-do-sul/panorama> Acesso em: 04.03.2021

IPHAN. Ministério da Cultura. **Diretrizes para o disciplinamento do entorno de bens tombados**: Antônio Prado/RS. 10 de dezembro de 1996.

IPHAN. Ministério da Cultura. **Memória e preservação**: Antônio Prado/RS. Brasília,DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

KREUTZ, Roque Amadeu (org). **Bom Jardim-Ivoti no palco da história**. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.”

LAGUNES, Sílvia S. **Mobiliário urbano**: historia y proyectos. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.

LAYTANO, D. de. **Os Açorianos**. In: BECKER, K. (org.) Enciclopédia Rio-grandense. Porto Alegre: Sulina, 1968.

LANDO, A. M., BARROS, E.C., Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A., DACANAL, J.H., GONZAGA, S.(org.), **RS: Imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LEVIEN, Ana Luiza A. **Histórias do Turnen na Leopoldenser Turnverein**: Sociedade de ginástica de São Leopoldo. Universidade Federal de Pelotas, 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgef/files/2014/04/analevien.pdf> Acesso em: 14.10.2016.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MOEHLECKE, Germano O. **São Leopoldo**: obras e iniciativas públicas. São Leopoldo: s/ed., 1998.

MORAES, Carlos de S. **O colono alemão**. São Leopoldo: EST, 1981.

MOURTHÉ, Claudia R.; MENEZES, João B. Ergonomics methodology for comparative study of street furniture in different cities. **Proceedings of the Human Factors and Ergonomics Society Annual Meeting**, v. 44, n. 8, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/154193120004400807> Acesso em: 03 ago 2016.

NARCISO, Carla A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação: Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 out. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NOTARI, Mário. **Padre José Ferlin**. Monte Belo do Sul: Ed. Da Paróquia S. Francisco, 2010.

ORNSTEIN, Sheila W.(org.). **Avaliação Pós-Ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP, 1995.

PATRO, Herta S.; HESS, Sandra.; KREUTZ, Roque A. A estrada Presidente Lucena. In: KREUTZ, Roque Amadeu (org)., **Bom Jardim –Ivoti**: no palco da história. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.”

PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo**: Berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermond &Cia., 1964.

- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Taquari**. Edição Comemorativa do 1o Centenário. 1949.
- POSENATO, Julio. (org.). **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.
- Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Memorial de tombamento da Praça do Imigrante de São Leopoldo**: Justificativa histórica e iconografia. 24 de maio de 2012.
- PREISER, W.; RABINOWITZ H. Z.; WHITE, E.T. **Post occupancy evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.
- QUITZOU, Evelise A. A ginástica alemã: observações acerca dos primeiros manuais alemães de ginástica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 2, 2015. p.111–18.
- RAZADOR, Leonir. **Povoadores e história de Monte Belo do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- REIS, Nestor G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- RIBEIRO, S. B.(org.) **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2014. Cadernos Técnicos.
- ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio. **Praças públicas brasileiras**. São Paulo: Editora da USP,2004.
- ROCCA, Luisa D. **Açorianos no Rio Grande do Sul**: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura/PROPUR/UFRGS, 2009. Tese de Doutorado.
- ROSSI, Elvira. **Mobiliário urbano**. Rio de Janeiro: Arte e Ensaio, 2010.
- ROVEDA, Fernando. **Memória & identidade**: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional.Caxias do Sul: LorigrafGráfica e Editora Ltda., 2005.
- SANTOS, Miriam de O. A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. **Histórica**: Revista On Line do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo.Ano 02; abril de 2006; nº 9. ISSN 1808-6284
- SANTOS, Nilda R. S. dos. **A cidade de Taquari numa (re)visão histórica**. São Leopoldo: UNISINOS, Monografia.
- SERRA, J. Ma.,**Elementos urbanos**: mobiliário e microarquitetura. Barcelona: Editora Gustavo Gili, S.A, 1996.
- SILVA, Eder D. da., NOGUEIRA, Adriana D., **Mobiliário urbano em cidades históricas**. São Cristóvão: editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2012.
- SILVA, Kalina V.; MACIEL, Henrique S. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Riograndino da C. e. **São José de Taquari**: a história de minha terra. Porto Alegre: Edições Flama, 1972.

SOUZA, Célia. F. de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

STORCHI, Ceres; ROMAN, Vlademir. Centro histórico de Piratini: preservação e valorização. Porto Alegre: Paisagens do Sul, 2012.

TORRES, Rozalia B., CAPRARA, Bernardete S. Os papéis dos agentes políticos e religiosos na evolução urbana de Bento Gonçalves. Boletim Gaúcho de Geografia, 37: 85 - 101, maio, 2011. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37362>> Acesso em: 05.03.2021

WEBER, Roswita. Praça Centenário e seu monumento: persistência do nacionalismo no pós Segunda Guerra Mundial - São Leopoldo/RS. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 4-23, janeiro-junho, 2016.

WEIMER, G. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

_____. **Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

SANTOS, Nilda Rita Silva dos. A cidade de Taquari numa (re)visão histórica. São Leopoldo: UNISINOS, Monografia.

Anexo Ivoti

- Entorno/Praça:
<https://drive.google.com/file/d/1pBrPUUfL9SzSH0uDcQvhqTX0jxlcnplo/view?usp=sharing>
- Mobiliário urbano:
<https://drive.google.com/file/d/1ghWvE0POa2Jn1Ma1WPhlqBB2A5fsXeEK/view?usp=sharing>

Anexo São Leopoldo

- Entorno/Praça:
https://drive.google.com/file/d/1wje-Dt2Sk_gwhRWLMZ5Pav25tZOeYNA2/view?usp=sharing
- Mobiliário urbano:
https://drive.google.com/file/d/1SK0An90tzVh3CzMTipQpzeMT_JR4uOrW/view?usp=sharing

Anexo Monte Belo do Sul

- Entorno/Praça:
<https://drive.google.com/file/d/1z-cGPcC6r6H7TY95h1bhgdkf04k0dkBB/view?usp=sharing>
- Mobiliário urbano:
<https://drive.google.com/file/d/1GcXeuepPk28-l8mFxcKe3clDKUYPFdMP/view?usp=sharing>

Anexo Antônio Prado

- Entorno/Praça:
<https://drive.google.com/file/d/1F7LjpNiEPXtu67BQwyOF3LWZMool8DkJ/view?usp=sharing>
- Mobiliário urbano:
<https://drive.google.com/file/d/1DUofJGPBPYBYgFfAONg3z3h2nqkWNOZ/view?usp=sharing>

Anexo Taquari

- Entorno/Praça:

<https://drive.google.com/file/d/1MPesTJmjnVYsR55OIuJW9YIkMPms2YE6/view?usp=sharing>

- Mobiliário urbano:

https://drive.google.com/file/d/1o8dFpy_95uPd5y1yEqdb-hS7SJ4p4r92/view?usp=sharing

Anexo Piratini

- Entorno/Praça:

https://drive.google.com/file/d/12sRXayZHNKORG2wsNFHVRJKCxfaGiJ_Q/view?usp=sharing

- Mobiliário urbano:

<https://drive.google.com/file/d/1xgm17ueJCCqnPChAfRpgvhOot5SSk0G8/view?usp=sharing>